

MAURICIO DE JESUS TOZETTI

DISCURSO AMBIENTALISTA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA

CURITIBA
2008

MAURICIO DE JESUS TOZETTI

DISCURSO AMBIENTALISTA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA

Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
Educação, Curso de Pós-Graduação, Setor
de Educação, Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dra. Andréia A. Marin

CURITIBA
2008

TERMO DE APROVAÇÃO

MAURICIO DE JESUS TOZETTI

DISCURSO AMBIENTALISTA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, Linha de pesquisa Educação Saúde e Trabalho no Programa de Pós Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Profª Drª. Andréia Aparecida Marin
Programa de Pós Graduação de Educação, setor de Educação,
UFPR

Profª Drª. Sônia Maria Marchiorato Carneiro
Programa de Pós Graduação de Educação, setor de Educação,
UFPR

Profª Drª. Sônia Buck
Departamento de Zoologia da Faculdade de Ciências
Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

CURITIBA
2008

DEDICATÓRIA

Para o meu DEUS,
autor e consumidor da minha fé.

Para minha esposa Regina Célia
e meus filhos Liana (Lica) e
Giulliano (Nego)
pela paciência e compreensão nesta
empreitada que realizamos juntos, o meu
amor por vocês é incondicional.

AGRADECIMENTOS

À DEUS, meu Senhor e abençoador.

À Pessoa chamada Andréia Aparecida Marin
por ter sido muito mais que professora,
orientadora e doutora, por várias vezes a
chamei de anjo sustentador.

À minha esposa, amiga e amante,
amada de minha alma, quem sou eu sem você?

EPÍGRAFE

E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era muito bom;
e foi a tarde e a manhã, o dia sexto. (Gêneses 1:31)

Esforça-te, e tem bom ânimo; porque tu farás a este povo
herdar a terra que jurei a seus pais lhes daria. (Josué 1:6)

Porque melhor é a sabedoria do que os rubis; e tudo o que mais
se deseja não se pode comparar com ela. (Provérbios 8:7)

Os vinte e quatro anciãos prostravam-se diante do que estava assentado
sobre o trono, e adoravam o que vive para todo o sempre;
e lançavam as suas coroas diante do trono, dizendo:
Digno és, Senhor, de receber glória, e honra, e poder;
porque tu criaste todas as coisas,
e por tua vontade são e foram criadas. (Apocalipse 4:10-11)

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	xii
LISTA DE FIGURAS	xiii
RESUMO	xiv
ABSTRACT	xv
INTRODUÇÃO	1
CONSTRUÇÃO LÓGICA DOS CAPÍTULOS	10
1 CAPÍTULO I - DISCURSO AMBIENTAL E HISTÓRICO DOS CAMPOS	
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DO DIREITO AMBIENTAL	12
1.1 O DESENVOLVIMENTO DO AMBIENTALISMO E DO DISCURSO	
AMBIENTAL	13
1.1.1 A questão ambiental e crise ecológica: ambientalismo importado ou	
produção nacional	13
1.1.2 Ambientalismo nos períodos republicano e na contemporaneidade	15
1.1.3 Ambientalismo: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente	
Estocolmo 1972 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente	
e o Desenvolvimento (CNUMAD) Rio 92	19
1.1.4 Os elementos principais do discurso na síntese histórica	23
1.2 HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
E DO DIREITO AMBIENTAL.....	24
1.2.1 Elementos históricos da Educação Ambiental	25
1.2.1.1 Evolução conceitual da Educação Ambiental	30
1.2.1.2 Desafios e perspectivas da Educação Ambiental	31
1.2.1.3 Desafios da Educação Ambiental frente à política educacional	33
1.2.2 Elementos históricos do Direito Ambiental e a legislação ambiental	
no Brasil	35
1.2.2.1 Direito Ambiental na Monarquia e no período Pré-Republicano	41
1.2.2.2 Legislação Ambiental na República até o final dos anos 1960	42

1.2.2.3	Legislação Ambiental a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Estocolmo 1972	43
1.2.2.4	A evolução das concepções e dos fundamentos do Direito Ambiental	46
2	CAPÍTULO II FUNDAMENTOS ÉTICOS COMUNS NO DISCURSO E NA NORMATIZAÇÃO	52
2.1	A ÉTICA COMO ELEMENTO GENÉTICO DO DISCURSO AMBIENTAL	53
2.2	PROBLEMATIZAÇÃO DA ÉTICA E DOS PRESSUPOSTOS INCORPORADOS NO DISCURSO AMBIENTAL	57
2.2.1	Ética e moral no discurso ambientalista	57
2.2.2	Os resquícios da modernidade clássica	59
2.2.3	A ramificação da ética ambiental	61
2.2.3.1	Éticas antropocêntricas, biocêntricas, conservacionistas e preservacionistas	62
2.2.3.2	Ética ambiental atrelada ao liberalismo democrático ocidental	62
2.2.3.3	Éticas planetárias: ética da terra, ecologia profunda e ética holística	64
2.2.3.4	Ética socialista e cristã	65
2.2.3.5	Ética da responsabilidade e da compaixão	67
2.2.3.6	Ética ambiental de base crítica e ecoética	69
2.3	SISTEMATIZAÇÃO DOS ELEMENTOS CENTRAIS DOS DOCUMENTOS OFICIAIS E DAS OBRAS	70
2.3.1	Dos princípios expostos	71
2.3.2	Dos processos mediadores.....	75
2.3.3	Dos fundamentos	81
2.3.4	Dos pressupostos éticos	84
2.4	SÍNTESE DOS PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS ÉTICOS SISTEMATIZADOS.....	87
3	CAPÍTULO III: ELEMENTOS DOS DISCURSOS NOS CAMPOS DO DIREITO E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	91
3.1	MUDANÇAS OCORRIDAS NOS CAMPOS	93

3.1.1	Mudanças ocorridas no histórico do Direito	94
3.1.1.1	A inserção do ser humano no meio ambiente	94
3.1.1.2	Mudança de foco da ação punitiva (reparação do dano ambiental) para a preventiva	95
3.1.1.3	Reconhecimento da necessidade de equilíbrio ambiental e mudança da postura de protesto para a de diálogo no ecologismo	97
3.1.1.4	A regionalização do Direito Ambiental e a questão ambiental entendida de forma descentralizada	99
3.1.2	Mudanças ocorridas no histórico da Educação Ambiental	101
3.1.2.1	A inserção do ser humano no meio ambiente	101
3.1.2.2	Foco na formação de valores e competências e ênfase na educação crítica e na cidadania	102
3.1.2.3	Transição de ações pontuais para projetos de longa duração	104
3.1.2.4	Institucionalização e maior inserção na educação formal	104
3.1.2.5	Considerações adicionais: criação de novas propostas pedagógicas	107
3.2	PARTICIPAÇÃO DOS CAMPOS NA CONSOLIDAÇÃO E PERPETUAÇÃO DO DISCURSO AMBIENTAL	108
3.2.1	O Direito Ambiental sem aplicação prática	113
3.2.2	Educação Ambiental instrumentalizada e organizada como forma de influência na criação de um direito preventivo	116
3.3	CONCEITOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMULADOS PELOS PROFISSIONAIS DE AMBOS OS CAMPOS	117
3.4	SOBRE AS COMPETÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS DE AMBOS OS CAMPOS	121
3.4.1	Necessidades específicas dos dois campos e a necessidade de diálogo de saberes	126
3.5	IMPORTÂNCIA DOS CONHECIMENTOS SOBRE LEGISLAÇÃO E DA ÉTICA AMBIENTAL	132

4	CAPÍTULO IV SÍNTESE DOS ELEMENTOS CENTRAIS DO DISCURSO E	
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
4.1	EDUCAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE NOVOS DISCURSOS	137
4.2	CIDADANIA AMBIENTAL E A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE	141
4.3	A NECESSÁRIA DA APROXIMAÇÃO DIALÓGICA ENTRE OS CAMPOS DO DIREITO E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	142
4.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
	REFERÊNCIAS	149
	DOCUMENTOS CONSULTADOS	156
	ANEXOS	160

LISTA DE QUADROS

QUADRO I Princípios expressos em documentos e reflexões teóricas em ambas as áreas, quanto aos objetivos	72
QUADRO II Princípios expressos em documentos e reflexões teóricas em ambas as áreas, quanto aos meios	78
QUADRO III Princípios expressos em documentos e reflexões teóricas em ambas as áreas, quanto aos fundamentos	82
QUADRO IV Princípios expressos em documentos e reflexões teóricas em ambas as áreas, quanto aos pressupostos éticos	86
QUADRO V Mudanças ocorridas nos campos.....	93
QUADRO VI participação dos campos na consolidação dos discursos.....	109
QUADRO VII Concepções de Educação Ambiental conforme percepção dos entrevistados	120
QUADRO VIII Competências dos profissionais atribuídas pelos entrevistados	124

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I Representação esquemática da relação entre os elementos considerados: discursividade, educação e normatização	90
--	----

RESUMO

Em meio aos problemas socioambientais que tomam importância sem paralelo na humanidade, a importância do discurso ambientalista na Educação Ambiental e na legislação ambiental brasileira se impõe a cada dia. Percebe-se uma evolução desse discurso, principalmente o que nasce na esfera da Educação Ambiental como papel fundamental, na medida em que antes de serem estabelecidos os direitos e deveres do cidadão no seio da sociedade, é preciso que seus pressupostos estejam aceitos e incorporados em seus discursos. Neste trabalho, procuramos discutir os movimentos educativos geradores de novos discursos e sua consolidação no Direito Ambiental, cujo processo aponta para um diálogo silencioso entre Educação e Direito, bem como entre os profissionais que estão envolvidos nesses campos. Procuramos saber até que ponto os desenvolvimentos dos dois campos caminham juntos, o que pode ser detectado na análise comparativa dos princípios que fundamentam o discurso e as ações em ambos os campos. Nessa busca, realizamos: uma breve reconstituição histórica dos campos do Direito e da Educação Ambiental; um estudo sobre os princípios éticos que perpassam o discurso expresso no material teórico e jurídico em ambos os campos; pesquisa empírica com profissionais dos campos, identificando os fundamentos de seus discursos e as concepções de seus papéis nas mudanças da relação sociedade-ambiente. Os procedimentos metodológicos incluíram a coleta de dados por meio de entrevistas com roteiro, que foram realizadas com quatro educadores ambientais e o mesmo número de profissionais da área do Direito Ambiental, num recorte geográfico delimitado pela Região Metropolitana de Curitiba. Para a análise do material coletado foi utilizada a análise de conteúdo, ancorada no princípio da hermenêutica. A análise demonstrou uma inquestionável aproximação de discurso entre os campos, mas também a necessidade de um maior diálogo na busca de elucidação das competências, de alguns princípios éticos norteadores e da efetivação de ações conjuntas.

Palavras chave: discurso ambientalista, Educação Ambiental, Direito Ambiental, diálogo entre Educação Ambiental e Direito Ambiental princípios éticos.

ABSTRACT

Surrounded by the social and environmental issues that took an importance without parallel in the humanity, the relevance of the environmental discourse in the Environmental Education and the Brazilian Environmental Law is imposed daily. An evolution of this discourse is perceived, mainly the one rooted on the sphere of the Environmental Education, which has a fundamental function because before being established the citizen's rights and duties in society, it is necessary that its presuppositions are accepted and incorporated by the social discourses. In this dissertation, we will argue about the educational movements that generates new discourses and their consolidation in the Environmental law. This process points to a silent dialogue among Education and Law, as well as among the professionals who are involved in these areas. We will try to know until when the developments of the two areas go together, which can be detected by the comparative analysis of the principles that base the discourses and actions on both areas. In this research, we will carry out: a brief historical reconstitution from both areas, Law and Environmental Education; a study on the ethical principles that pass by the formal discourses in the theoretical and legal material in both areas; empirical research with professionals acting on those areas, identifying the foundation of its discourses and the conceptions of their role in the changes of the relation among society and environment. The methodological procedures included data from scripted interviews with four Environmental Educators and the same number of professionals from the Environmental Law area, in a geographic region of Curitiba's Metropolitan Area. For the analysis of the collected data, the analysis of content was used, anchored in the principle of the hermeneutics. The analysis demonstrated an unquestioned approach of both fields' discourses, but also a necessity of a bigger dialogue to explain the competences, some guiding ethical principles and the outset of joint actions.

Key words: Environmental discourses, Environmental Education, Environmental law, ethical dialogue, principles.

INTRODUÇÃO

O discurso ambientalista tem recebido, nos últimos anos, grande atenção e novos elementos de discussão, reflexo do contexto de constantes surgimentos de novos problemas socioambientais e acirramento de antigos. Os problemas que nos cercam são graves e necessitam de respostas, ainda que preliminares.

Originalmente, ancorada no argumento do esgotamento dos bens naturais e na conseqüente inviabilização da sobrevivência humana, a questão ambiental passou a agregar questionamentos sobre os valores humanos, os diferentes modos de viver e as variadas formas de necessidades de contato do ser humano com a natureza. Nesse sentido, incorporou as reflexões advindas da dimensão holística e sistêmica apontada por pensadores de diferentes áreas do conhecimento.

Essas novas formas de pensar a relação do ser humano com o ambiente têm provocado um repensar da ética, na medida em que requer modelos alternativos de apropriação dos bens coletivos naturais, novos padrões de consumo e uma revalorização dos elementos da natureza de que dependem não só a sobrevivência humana, mas os modos de viver pautados na qualidade ambiental e na satisfação da dimensão sensível do humano.

As reflexões éticas colocam em discussão a visão antropocêntrica, já tão sedimentada na cultura ocidental, que é de difícil ruptura e buscam a formação de novos valores que fundamentem as relações do ser humano com o ambiente. Ações de cobrança de atitudes ecologicamente corretas, como separação de lixo e sua reciclagem, ou a criação de uma legislação com caráter punitivo e não preventivo já não são suficientes. A mudança deve se fundar na formação e num posicionamento ético em que não se tenha sempre o homem como o ser supremo do planeta e ator principal deste roteiro e que só seu destino é o que conta, e tudo o mais orbita em torno do *Homo sapiens* ou *Homo faber*.

A evolução do discurso ambientalista, principalmente o que nasce na esfera da Educação Ambiental, tem um papel fundamental nessa mudança, na medida em que antes de serem estabelecidos direitos e deveres do cidadão no seio da sociedade, é preciso que seus pressupostos estejam aceitos e incorporados nos seus discursos. A normatização na dimensão do Direito é um dos reflexos das

evoluções do discurso ambientalista e das novas reflexões e vivências proporcionadas pela Educação Ambiental¹.

A problematização, que está na base do presente trabalho, é enunciada justamente a partir dessa relação: a constituição do discurso ambiental, a partir dos movimentos educativos, e a sua consolidação na forma de produção de normas das relações entre sociedade e ambiente, que se dá na esfera do Direito Ambiental. Essa relação aponta para um diálogo silencioso entre dois campos de conhecimento - a Educação e o Direito - que precisa ser reconhecido pelos seus profissionais, e conseqüentemente transformado num diálogo expreso, onde reconheçam seus princípios fundamentais comuns e sejam capazes de reavaliar constantemente se suas ações se embasam num discurso convergente.

Historicamente a ação na esfera do Direito esteve, em muitos casos, fundamentada tão somente num processo meramente legislativo, que visava coibir os crimes ambientais, distanciando-se do processo de formação vivencial das relações sociais, ou seja, da dimensão educativa. A necessidade de um compartilhamento do caráter preventivo e educativo é, no entanto, um ponto que merece atenção no campo da Educação Ambiental, uma vez que essas divisões de ações – punição/coibição no Direito e prevenção/conscientização na Educação – acabam por gerar maior incompreensão da população sobre a importância das normas constituídas.

A questão central do presente estudo é, portanto, a forma de como está constituído o discurso corrente – verbalizado e sistematizado em obras e normatizações – em ambos os campos, na tentativa de identificar: i. se os princípios éticos que norteiam esses discursos são, de fato, convergentes ou se há diferenças detectáveis; ii. se os profissionais de ambos os campos atuam tendo em vista a dicotomia entre vigiar/coibir/punir e conscientizar/educar; iii. se reconhecem a necessidade de compartilhamento das ações e de diálogo. O que se pretende verificar a partir do relato de como vêm o desenvolvimento de seus campos de atuação e seus papéis no processo.

¹ A Educação Ambiental será entendida aqui não somente como as ações desenvolvidas a partir de sua institucionalização, mas como todas aquelas desenvolvidas por quaisquer grupos ambientalistas, educadores ou outros profissionais, que tenham, ao longo dos anos, provocado reflexões e novos discursos sobre o enfrentamento dos problemas sócio-ambientais da atualidade. O termo Educação Ambiental é detalhadamente trabalhado no item “Evolução conceitual da Educação Ambiental” do Capítulo I.

Logo, é objeto deste projeto de pesquisa conhecer a forma de como está a aparente evolução entre discurso ambientalista que perpassa a Educação Ambiental no país e o desenvolvimento da legislação ambiental, tentando estabelecer os pontos de ligação entre eles, ou seja, onde e com qual precisão os elementos do discurso ambiental estão expressos na normatização. É objeto também, conhecer a forma de como os profissionais envolvidos na questão – Educadores Ambientais e Profissionais do Direito – vêem: a relação entre Educação Ambiental e normatização do Direito Ambiental; as potencialidades e fragilidades no desenvolvimento tanto da Educação Ambiental e do Direito Ambiental, bem como a implementação da legislação; seus papéis nesse processo de criação, procurando considerar que normatização, Educação Ambiental e discurso ambiental se perpassam.

Uma possível hipótese evidencia-se nesse momento: que na visão desses atores sociais parece haver uma nítida separação entre as dimensões consideradas e não há consciência clara desse diálogo silencioso e convergente entre os campos.

O ENUNCIADO DOS OBJETIVOS PODE SER ASSIM APRESENTADO:

Objetivo geral: identificar os elementos comuns e dissonantes entre os princípios em que se pautam a Educação Ambiental e o Direito Ambiental e analisar as formas como os profissionais de ambas as áreas vêem seu papel na configuração do discurso ambiental e nas mudanças necessárias da relação ser humano-ambiente.

Objetivos específicos:

- Realizar uma reconstituição histórica do desenvolvimento da Educação e do Direito Ambiental, na tentativa de apontar aproximações e distanciamentos entre os discursos relacionados às questões socioambientais em ambas as áreas;
- Identificar, a partir de materiais teóricos e documentos oficiais desenvolvidos em ambas as áreas, os princípios éticos que fundamentam e motivam seus interesses e ações com relação às questões socioambientais;
- Levantar, a partir de entrevistas com profissionais de ambas as áreas, a compreensão que têm sobre o desenvolvimento do discurso ambientalista e

sobre os papéis dos Educadores Ambientais e dos profissionais do Direito Ambiental nesse processo;

- Formular uma síntese reflexiva sobre a natureza dos princípios éticos em ambas as áreas e a forma como eles se refletem na fundamentação dos discursos e no reconhecimento das atribuições em cada área.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi desenvolvida em dois momentos: pesquisa teórica, que atendeu aos objetivos de levantamento histórico do desenvolvimento do discurso ambientalista no país e seu paralelo com o desenvolvimento da Educação e da Legislação Ambiental; pesquisa empírica, onde se levantou categorias comuns ou distintas entre os discursos de Educadores Ambientais e profissionais do Direito Ambiental.

A pesquisa teórica foi realizada por meio de documentos e bibliografias sobre o tema, incluindo periódicos sobre Direito e Educação Ambiental, documentos oficiais, *sites* na rede mundial e artigos de revistas especializadas. Com esta verificação procuramos ter uma noção da proximidade do universo da Educação Ambiental e a Legislação Ambiental.

Na pesquisa empírica os dados foram coletados através das opiniões expressas nos discursos dos atores: Educadores Ambientais e profissionais ligados ao Direito Ambiental no Estado do Paraná.

O instrumento de coleta de dados foi a entrevista com roteiro (Anexo I). A opção por este instrumento se dá pelo fato de possibilitar uma forma mais flexível para a coleta de dados, comparada aos questionários, uma vez que pode dar maiores chances de suscitar o tratamento do foco temático em questão, a partir de interferências do pesquisador durante as falas. De acordo com Gil (1999, p. 117), as entrevistas são “[...] uma forma de diálogo assimétrico, em que um das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

Segundo o referido autor a utilização de entrevistas em pesquisa social possui várias vantagens como; Gil (1999, p. 120): “Possibilidade de obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; a entrevista é uma técnica muito eficiente para obtenção de dados em profundidade acerca do

comportamento humano; os dados são suscetíveis de classificação e de quantificação.”

A escolha da obtenção de dados pela entrevista foi fundamentada na premissa de que é uma forma extremamente eficiente para esta função, buscando então o tipo de entrevista focalizada, ou seja, aquela que enfoca um tema específico, permitindo ao entrevistado falar com bastante liberdade sobre a questão enunciada, mas quando se desvia do tema proposto, há a possibilidade de retomada ao que se destina inicialmente. A estruturação dada pelo mesmo autor através da *entrevista focalizada* nos é adequada à pesquisa proposta, pois como nos relata Gil (1999, p. 120), “Este tipo de entrevista é bastante empregado em situações experimentais, com o objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas. (...) nestes casos, o entrevistador confere ao entrevistado ampla liberdade para expressar-se sobre o assunto”.

Como o tema se refere a um tipo de experiência vivida pelos atores sociais envolvidos, parece ser adequado o modelo, até porque a espontaneidade do entrevistado deve ser considerada naquilo que pretendemos observar,² as entrevistas foram acompanhadas do termo de consentimento livre e esclarecido, (anexo II).

Para Richardson (1999, p. 212), este tipo de entrevista toma o nome de *entrevista guiada*, pois além de ser utilizada para descobrir aspectos de determinada experiência do entrevistado, produzem alterações neste e possui liberdade para que o entrevistado possa se expressar livremente, mas “guiado” pelo entrevistador, ao que ele relata: “O pesquisador conhece previamente os aspectos que deseja pesquisar e, com base neles, formula alguns pontos a tratar na entrevista. As perguntas dependem do entrevistador, e o entrevistado tem a liberdade de expressar-se como ele quiser, guiado pelo entrevistador”.

A caracterização das entrevistas definidas acima, parte do pressuposto que uma das intenções neste trabalho é a apreensão de definições e experiências dos entrevistados sobre as questões ambientais envolvidas no Direito Ambiental e na Educação Ambiental, portanto, ela é uma técnica de fundamental importância para tal captação, como se comenta Richardson (1999, p.207).

² No que diz respeito ao tipo de entrevista, focalizada como definida por Gil, ou como entrevista guiada (Richardson, 1999), nos pareceu a mais adequada pelo interesse em descobrir aspectos de experiências pessoais dos entrevistados e sua relação prática com os outros atores sociais envolvidos na dinâmica da pesquisa.

A melhor situação para participar na mente de outro ser humano é a interação face a face, pois tem o caráter, inquestionável, de proximidade entre as pessoas, que proporciona as melhores possibilidades de penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos. Esse tipo de interação entre pessoas é um elemento fundamental na pesquisa em Ciências sociais. Que não é obtido satisfatoriamente, como já foi visto, no caso da aplicação de questionários. A entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determina informação é transmitida de uma pessoa A a uma pessoa B.

Participantes da pesquisa

As entrevistas foram feitas com quatro Educadores Ambientais na Região Metropolitana de Curitiba e o mesmo número de profissionais da área do Direito Ambiental, na mesma região. A delimitação geográfica está relacionada à facilitação e viabilidade na coleta de dados. Quanto ao número de entrevistados, considerou-se essa amostra suficiente, pois se pretendeu fazer uma análise em profundidade das falas; o número foi expressivo considerando-se o recorte geográfico estabelecido, pois não há um tão grande número de profissionais do Direito Ambiental em atuação direta no recorte acima, as dificuldades de agendamento de entrevistas são numerosas e não se pode deixar de mencionar que a importância do tema impossibilitou a pesquisa com profissionais que estão à margem do Direito Ambiental, ou que só detém conhecimento do Direito de forma genérica, ou seja, não tendo a especificidade do Direito Ambiental e a relação com a Educação Ambiental, fator importante para a definição dos entrevistados, até porque como já dito acima, a análise em profundidade depende também desta característica dos entrevistados.

Representou uma condição viável, levando-se em conta o tempo disponível para a execução da pesquisa, evitando-se o acúmulo de material para transcrição e análise. Segundo Bauer e Gaskell (2002, p. 68, grifos do autor): “A **finalidade** da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão. [...] O **objetivo** é maximizar a oportunidade de compreender as diferentes posições tomadas pelos membros do meio social”.

O contato prévio com os participantes foi realizado pessoalmente pelo entrevistador, também por telefone e e-mail, informando as considerações gerais da pesquisa (anonimato, natureza do trabalho, sigilo de respostas, tipo de entrevista,

autorização prévia para o registro), sem se aprofundar no tema e principalmente reforçando o caráter de importância que tem o entrevistado para o trabalho, baseado nos ensinamentos de Richardson (1999, p. 216-217).

Profissionais da área do Direito Ambiental

Os atores escolhidos a princípio foram quatro profissionais da área do direito (os nomes serão mantidos em anonimato na apresentação dos resultados da pesquisa, conforme indicações gerais dos comitês de ética em pesquisa), que atuam na área do Direito Ambiental, alguns deles com contato prévio.

Resumidamente, o contato com os entrevistados se deu da seguinte maneira: E. P. é atuante no Ministério Público do Paraná, além de professor em algumas instituições de ensino superior, portanto, bem conhecido pelo meio acadêmico do Direito em Curitiba. Após contato telefônico, prontamente marcou um horário e se dispôs a auxiliar na pesquisa. Realizamos a entrevista e logo após esta, o participante já nos encaminhou para a entrevistada A.C.C. que também atua no Ministério Público.

Já D. F. e A.B.C. foram indicados por outro entrevistado, Educador Ambiental, que reconheceu neles uma ótima oportunidade de coleta de material, vez que são atuantes em órgão governamental ligado diretamente ao Direito Ambiental e indiretamente na Educação Ambiental. As entrevistas transcorreram no mesmo dia e com uma participação muito pronta de ambos.

Profissionais da área de Educação Ambiental

Tendo em vista que consideramos no âmbito da presente pesquisa, Educadores Ambientais como todos os profissionais que lidam direta ou indiretamente com pesquisas ou projetos/ programas de intervenção em Educação Ambiental nos vários segmentos em que hoje essas iniciativas são necessárias, essa amostra contou com: Educadores Ambientais associados a órgãos públicos relacionados à questão ambiental; inseridos em ONGs; aqueles que trabalham diretamente no ambiente escolar (professores ou monitores de projetos); pesquisadores da área vinculados à ambientes acadêmicos.

No contato que tivemos com os entrevistados, um deles, M.L., é Educador

Ambiental e pesquisador pelo IBAMA, que nos encontros no Programa de Pós- Graduação em Educação da UFPR foi convidado a participar da pesquisa e prontamente aceitou dar sua contribuição.

S.M.C. atua na área de Educação Ambiental há vários anos, sendo também pesquisadora da área em autarquia federal. Após convite pessoal, foi muito receptiva e nos auxiliou muito através de suas informações.

M.B.M. foi indicada por M.L., pois ambos atuam no IBAMA e também foi muito gentil em participar.

A. L., foi indicada pela orientadora deste trabalho, principalmente pela sua atuação em ONGs, sua experiência direta com Educação Ambiental, seus artigos e personalidade voluntariosa nas questões ambientais.

Mais do que uma tarefa trabalhosa, principalmente a gravação³ e análise, as entrevistas foram certamente muito proveitosas, como mais adiante relatamos. As palavras no papel são frias e não expressam tudo o que se passou em cada entrevista, os tons, as expressões, os significados marcantes das pessoas quando falavam e ensinavam muito mais do que poderiam imaginar.

O roteiro das entrevistas (anexo I) foi elaborado seguindo as orientações de Richardson (1999, p.212), considerando-se especialmente a seguinte recomendação:

Para a elaboração das partes ou do “guia” da entrevista, o pesquisador pode formular uma quantidade de perguntas em pedaços de papel ou cartões separados. Posteriormente, pode empilhar os cartões de acordo com os temas que está interessado em pesquisar. Por último, faz uma seleção, definitiva, e formula os temas que serão tratados. É conveniente que a formulação seja simples e direta, para lograr uma melhor comunicação com o entrevistador.

Na simplicidade quase óbvia dos detalhes acima, pode-se diferenciar entre o sucesso e o fracasso da coleta de dados, evidente que não há um modo padrão para a elaboração do roteiro, mas as idéias básicas são ajudas essenciais para o pretendido, neste sentido o roteiro de entrevistas foi confeccionado com o guia ou tópico guia para auxiliar o entrevistador.

³ O Serviço de gravação de áudio e vídeo consiste em transcrever integralmente e fielmente a fala de cada participante para o papel, inclusive em caso de intervenção, com registro prévio do nome de cada orador.

Análise do material coletado

A análise foi sistematizada com os procedimentos da análise de conteúdo, de acordo com Richardson (1999), envolvendo a elaboração de categorias temáticas, apresentadas com base no discurso e discussão detalhada das falas.

A fundamentação da análise do material coletado foi o princípio da hermenêutica, em que se contextualizam ao máximo as categorias encontradas, partindo-se da eliminação prévia dos pré-conceitos sobre o tema, buscando uma discussão profunda das falas dos participantes ligadas aos seus contextos, e sistematizando reflexões abertas a novas considerações.

Nos dizeres de Bauer e Gaskell (2002, p. 85-86):

O objetivo amplo da análise é procurar sentidos e compreensão. (...) A análise não é um processo puramente mecânico. Ela depende de intuições criativas, que podem muito bem ocorrer quando o pesquisador está falando com um amigo ou colega, ou naqueles momentos de reflexão ao dirigir, caminhar ou tomando banho. (...) É vital garantir que toda a interpretação esteja enraizada nas próprias entrevistas, de tal modo que, quando a análise é feita, o *corpus* pode ser trazido para justificar as conclusões.

Ou seja, é mergulhar no *corpus* do texto, para dele extrair as questões que porventura sejam respondidas, mas sem se esquecer da teorização em que se baseia a pesquisa.

CONSTRUÇÃO LÓGICA DOS CAPÍTULOS

As reflexões desenvolvidas no presente trabalho perpassam a questão da construção do discurso ambiental. É na dimensão da discursividade que buscamos as evidências dos princípios éticos, os quais fundamentam a evolução das compreensões e ações relacionadas às questões socioambientais em duas áreas de conhecimento que tratam de um mesmo fenômeno e se estabeleceram em momentos históricos semelhantes.

A própria proposição da análise de conteúdo da discursividade exige uma reconstituição histórica, na medida em que o discurso nunca pode ser visto sem a perspectiva de uma dinamicidade, pela qual ele é entendido como um processo em constante transformação.

Associado a isso, um segundo elemento da nossa proposta pressupõe o retorno ao histórico dos campos: a tentativa de identificar a existência ou não de uma comunicação expressa entre princípios das duas áreas de conhecimento ao longo do seu desenvolvimento. Nesse sentido, partimos de um resgate histórico que não pretende ser um tratado das temáticas em questão, mas um relato onde se possam ler os aspectos relacionados as nossas inquietações. Tal resgate é feito em três instâncias: o histórico de formação do discurso ambientalista, da sua gênese no reconhecimento dos grandes problemas ambientais que abalaram o entendimento da relação ser humano-ambiente ao discurso da sustentabilidade nos dias atuais; dados históricos do desenvolvimento da Educação Ambiental, com ênfase nas mudanças de princípios que ocorreram ao longo desse processo; dados históricos da evolução do campo do Direito Ambiental, tentando identificar as influências do discurso ambientalista na sistematização das normatizações. A sistematização desses elementos históricos é apresentada no primeiro capítulo.

Os resgates assim realizados trarão subsídios para um segundo momento de nossas reflexões, pautados na discussão sobre os fundamentos éticos que embasam as compreensões e ações em ambos os campos. Dessa forma, o segundo capítulo é dedicado à fundamentação teórica sobre a ética, especialmente as vertentes da ética ambiental já sistematizada na literatura dos campos.

O capítulo terceiro traz o levantamento empírico, qual seja: dados do discurso dos profissionais de ambas as áreas. É importante aqui salientar que esses

dados trazem: informações diretas sobre as formas como tais profissionais vêem o desenvolvimento dos campos e os papéis de ambos os profissionais nesse processo, que geram novos elementos ou problematizações sobre o histórico traçado, bem como revelam a existência ou não de diálogo expresso entre as áreas; dados indiretos são detectados a partir da análise das falas que revelam os princípios que fundamentam suas motivações, que se ligam então à análise de princípios éticos feita no capítulo anterior.

A síntese do trabalho que se segue aos capítulos quer tornar clara a resposta a nossa questão inicial – a aproximação ou distanciamento entre as áreas – e trazer considerações gerais sobre o desenvolvimento do discurso ambiental até o presente momento e as reflexões éticas necessárias para sua consolidação na *práxis* futura.

CAPÍTULO I

DISCURSO AMBIENTAL E HISTÓRICO DOS CAMPOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DO DIREITO AMBIENTAL

O DESENVOLVIMENTO DO AMBIENTALISMO E DO DISCURSO AMBIENTAL

HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DO DIREITO AMBIENTAL

CAPÍTULO I. DISCURSO AMBIENTAL E HISTÓRICO DOS CAMPOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DO DIREITO AMBIENTAL

1.1 O DESENVOLVIMENTO DO AMBIENTALISMO E DO DISCURSO AMBIENTAL

A comunicação sempre foi o grande motivador dos acertos e erros da humanidade. É por sua qualidade que se constrói a história das relações humanas e se busca a superação para conflitos, determinando se um problema tem solução, se é insolúvel, ou se nem mesmo é problema. O presente trabalho trata justamente das condições comunicativas entre atores sociais - profissionais da área do Direito e Educadores Ambientais -, uma vez que elas fundamentam a evolução dos conceitos, a constituição dos princípios éticos e as ações efetivas do ambientalismo.

Nosso referencial temporal se dá a partir da conferência realizada em Estocolmo em 1972. Evidentemente não podemos iniciar em 1972 como se antes nada tivesse existido, portanto, mesmo que brevemente, relataremos o histórico anterior sobre o tema.

1.1.1 A questão ambiental e a crise ecológica: ambientalismo importado ou produção nacional

A revisitação da origem do ambientalismo brasileiro e de sua evolução histórica é necessária para compreendermos melhor sua trajetória e as formas como foram-se definindo os conceitos e paradigmas que hoje lhe dão forma.

Esse histórico tem uma origem anterior ao movimento de institucionalização da Educação Ambiental. Santilli (2005, p. 25) demonstra que autores como José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Nabuco já levantavam a necessidade de rever o modelo de exploração colonial, caracterizado pelo escravismo, monocultura e pela degradação Ambiental. Segundo a autora, isso caracteriza a gênese local do pensamento ambientalista no Brasil, o que contraria a vertente que preconiza que o movimento preservacionista tenha sido “importado” da Europa e dos Estados Unidos e se espalhado pelas colônias. Essa diferença é importante na medida em que justifica um discurso ambientalista que claramente contrapõe o histórico de expropriação máxima de recursos que marcou o processo de colonização. Para a referida autora, as críticas ao modelo exploratório surgiram de uma elite e não de um

movimento social, mas que mesmo assim não pode considerar tal construção histórica sem se levar em conta estas raízes.

Não obstante, algumas ações em um período anterior ao republicanismo podem ainda ser destacadas, embora todas de cunho meramente conservacionista, conforme nos destaca Silva (2002, p.27):

A proclamação real de 1306, do rei Eduardo I, proibindo o uso, em Londres, do carvão em fornalhas abertas: no caso de violação, o responsável era obrigado a pagar uma multa; em caso de reincidência, a fornalha seria demolida; ocorrendo uma terceira violação da proclamação, o responsável pagaria com a própria vida. No Brasil, foram criadas, em 1635, as primeiras conservatórias, visando à proteção do pau-brasil como propriedade real. Em 1797, foi assinada a primeira Carta Régia sobre a conservação das florestas e madeiras; em 1808, Dom João VI funda o jardim Botânico. Outro acontecimento importante foi a decisão de Dom Pedro II, de 1861, mandando plantar a Floresta da Tijuca, a fim de garantir o suprimento de água para o rio de Janeiro, ameaçado pelos desmatamentos das encostas dos morros.

Ainda outros exemplos podem ser demonstrados sobre o desenvolvimento do ambientalismo no Brasil. Mesmo quando colônia de Portugal, obedecendo as ordenações Afonsinas⁴, algumas leis já faziam referências à proteção ambiental como nos diz Rodrigues (2005, p. 91): “Durante a vigência das Ordenações Afonsinas, destacam-se as normas que consideravam como crime o furto de aves, a proibição de corte irracional e deliberado de árvores frutíferas, qualificando tal fato como típico de injúria ao Rei.”

Continua o referido autor a observar que em referência ao Brasil colônia, o conceito de proteção ambiental ainda era marcado pela visão economicista, agora em comentários quando estávamos sobre a égide das Ordenações Filipinas⁵

Na vigência das Ordenações Filipinas, há, por causa do desenvolvimento urbano, um nítido incremento da proteção da vida do ser humano nas cidades, tal como a preocupação com equipamentos públicos (ruas, praças,) em benefício da população e arborização de terrenos baldios e ermos. (...) a determinação era proibir a qualquer pessoas que jogasse material que pudesse manter os peixes e sua criação ou sujasse as águas dos rios e das lagoas. (id., p. 91)

⁴ As **Ordenações Afonsinas** são coletâneas de leis promulgadas como primeira compilação oficial do século XV. Durante o reinado de Dom Afonso V., várias vezes as Cortes tinham pedido a D. João I a organização de uma coletânea em que se coordenasse e atualizasse o direito vigente, para a boa fé e fácil administração na justiça. Para levar a cabo essa obra, designou D. Duarte o doutor Rui Fernandes, que acabaria o trabalho em 1446 em Arruda.

⁵ Esta compilação jurídica resultou da reforma do código manuelino, como consequência do domínio castelhano, tendo sido mais tarde confirmada por D. João IV. Mais uma vez se fez sentir a necessidade de novas ordenações que representassem a expressão coordenada do direito vigente. A obra ficou pronta ainda no tempo de Filipe I, que a sancionou em 1595, mas só foi definitivamente mandada observar, após a sua impressão em 1603, quando já reinava Filipe II.

Ainda nesse período é importante destacar a Lei 601⁶ conhecida como “Lei das Terras” em que em seu conteúdo albergava proteção ao meio ambiente como nos relata Nazo e Mukai (2005, p.73)

Avançava na legislação extravagante a teoria da reparação do dano ecológico e no ano de 1850 é promulgada a Lei 601, conhecida como a “lei das Terras”. Esta lei obrigava o registro de todas as terras ocupadas e impedia a aquisição das devolutas, a não ser por compra. Em seu art. 2º, punia o dano pela derrubada de matas e queimadas, responsabilizando o infrator, civilmente, com o pagamento de multa de “cem mil réis” e, penalmente, com a prisão que poderia variar de dois a seis meses.

Verificando os textos dos citados autores, temos que o modelo de preservação naquela fase era de uma proteção de forma secundária e reflexa, mediata, produto de um pensamento egoístico e de visão meramente econômica. O meio ambiente era assim considerado como bem privado de interesse prioritariamente do indivíduo possuidor. Até os dias de hoje esta modalidade de proteção ambiental técnica e mediata acontece, e isto se refletiu fortemente no período republicano com a edição do Código Civil brasileiro de 1916, correspondendo a uma idéia liberal, tendo o Estado uma omissão frente ao individualismo, produzindo uma tutela jurídica do bem de forma privatista, como veremos a seguir.

1.1.2 Ambientalismo nos períodos Republicano e na contemporaneidade

No período republicano, podemos destacar que no Brasil, entre 1920 e 1970, aconteceram algumas medidas de cunho conservacionista, como: a assinatura, em 1921, de um tratado de proteção às aves úteis para a agricultura; a criação do primeiro parque nacional em 1937, Parque Nacional do Itatiaia; o Parque Nacional do Iguaçu em 1939, além de várias outras áreas de conservação criadas nos moldes dos EUA, como o parque Yellowstone criado ainda em 1872.

A visão de cunho meramente conservacionista identificada nessas ações tinha como base o objetivo de garantir a manutenção intacta dos recursos naturais e ecossistemas sem, logicamente, a intervenção do homem.

Outras ações ambientalistas de importância foram sendo tomadas no passar das décadas, das quais vale mencionar: criação do Código das Águas⁷ e o

⁶ BRASIL. LEI No 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 20 de setembro de 1850

Código Florestal, ambos em 1934; a Lei do tombamento de 1937; O “Novo Código Florestal” de 1965⁸.

Já no período pós-golpe de 1964, em que se implantava um modelo ditatorial no país sob o signo de proteção da pátria contra as forças antidemocráticas, não havia espaço político e democrático para uma discussão ambientalista, até porque qualquer formação ideológica neste período que não estivesse alinhada aos princípios impostos pelo regime, não tinha uma interpretação amigável. Assim, obras marcadamente nocivas ao meio ambiente foram colocadas em pleno vapor e a qualquer custo, sob a égide do milagre econômico e baseados na razão tecno-científica e no crescimento.

Então desenhou-se uma vertente de múltiplas ações: as usinas atômicas de Angra I e II em Angra dos Reis (RJ), a hidrelétrica de Itaipu, a Rodovia Transamazônica, o aumento absurdo das fronteiras agrícolas em áreas de florestas e cerrado, sem qualquer planejamento socioambiental, a criação de portos em baías com ecossistemas frágeis, a concentração de indústrias de altíssima poluição em regiões impróprias (cidades de Cubatão, São Paulo, ou o pólo petroquímico de Camaçari, etc.), o uso indiscriminado de defensivos agrícolas, a expansão e manutenção de um modelo rodoviário para facilitação da indústria automobilística multinacional em detrimento ao transporte ferroviário e fluvial, etc..

No entanto, apesar das condições evidentemente desfavoráveis, algumas ações ambientalistas foram verificadas. É o caso da criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente em 1973, da aprovação da primeira lei que regulamentava a utilização de agrotóxicos no Rio Grande do Sul em 1983 e da criação da Lei da Política Nacional de Meio ambiente em 1981⁹, entre outras. A grande maioria das ditas ações ambientais, porém, não tinha a dimensão social diretamente

⁷ BRASIL. LEI Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial da União, Brasília, 1997. p. 470.

⁸ Como mencionado acima, não pretendemos esgotar todas as ações legislativas na esfera ambiental, mas a Coletânea de legislação de Direito Ambiental da 3ª Ed. Rev. At. e ampl. da Editora Revista dos Tribunais, traz um vasto contudo sobre o tema, onde fomos nos apropriar de alguns tão somente.

⁹ BRASIL. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Constituição Federal, coletânea de legislação de direito Ambiental/ org. Odete Medauer, obra coletiva de autoria da Editora dos Tribunais- 3. ed., atual. E ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

incorporada, sendo basicamente voltadas à conservação de alguns animais, ecossistemas e espécies, dando grande ênfase ao controle e repressão de práticas lesivas ao meio ambiente.

Não havia necessariamente a idéia de conscientização e reflexão quanto ao modo de vida, modelo de desenvolvimento, ou inter-relação com as condições humanas e, portanto, o movimento permanecia concentrado num discurso biologicista, não envolvendo outras áreas do conhecimento.

A Lei 6938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente) viria a ser um marco favorável na superação deste pensamento; ela normatizava a alteração do modelo de proteção conservacionista para a inclusão social na esfera ambiental, conforme destaca Rodrigues (2005, p. 91):

Tal como dito, a lei 6.938/81 representou o início de um verdadeiro “Direito Ambiental”. A proteção do meio ambiente e seus componentes bióticos e abióticos (recursos ambientais), compreendidos de uma forma unívoca e globalizada, deu-se a partir desse diploma. (...) o fato de marcar uma nova (ou primeira!) fase do Direito Ambiental deve-se basicamente, aos seguintes aspectos: adoção de um novo paradigma ético em relação ao meio ambiente, colocando no eixo central do entorno a proteção a todas as formas de vida. Encampou-se, pois, um conceito biocêntrico. A adoção de uma visão holística do meio ambiente, que fez com que o ser humano deixasse de estar ao lado do meio ambiente e ficasse inserido no mesmo, como parte a ele integrada, não podendo ser dissociado. Albergou-se, portanto, uma posição autônoma do meio ambiente, considerando-o como um objeto de tutela independente, um bem imaterial. Deixando de ser meros apêndices ou simples acessórios em benefício particular do homem, passou a permitir que os bens e componentes ambientais pudessem ser protegidos independentemente dos benefícios imediatos que poderiam trazer para o ser humano.

Já ao final da década de 80 do século XX e em diante, rompeu-se a orientação somente conservacionista e aplicaram-se instrumentos de gestão ao meio ambiente. São criados órgãos específicos, ao que Souza (2000, p.278-279) destaca: (IBAMA, Conselho de Meio Ambiente COSEMA, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, Promotorias de Meio Ambiente, etc.) além do surgimento de muitas organizações não Governamentais (ONG) com discursos ambientalistas diversos.

A reboque da redemocratização do Brasil, os movimentos sociais ganhavam espaço, especialmente a partir da consolidação da nova Constituição e eleições presidenciais diretas em 1989. Nesse contexto, o ambientalismo fortaleceu-se e a idéia do socioambientalismo foi gradativamente reforçada, de forma que a visão contemplativa de conservação misturou-se com a inclusão dos atores sociais e o cunho social passou a ser peça integrante na questão.

Um marco para o ambientalismo no Brasil foi sem dúvida a aprovação da nova Constituição Nacional em 1988. Pela primeira vez na história brasileira uma Constituição dedica um capítulo ao meio ambiente, representando assim, não somente um fortalecimento jurídico, mas uma representação clara de que o ambientalismo tinha se estruturado no pensamento da sociedade brasileira.

Os anos 80 do século XX foram tempos de redemocratização da América Latina, com a falência dos modelos militares, que não deram respostas às expectativas quer das populações, quer dos detentores do capital. No contexto da redemocratização, os movimentos sociais que estavam estagnados por 20 anos de ditadura, vêm à tona. Movimentos de defesa das “minorias”¹⁰, especialmente mulheres, negros, combate a discriminação de gênero, cor, raça, defesa dos índios, idosos, adolescentes, “descamisados”, portadores de deficiências físicas, liberdade de religião, proteção ao patrimônio público, social, cultural e evidentemente ao meio ambiente, emergem para reclamar que na nova Constituição apareçam seus pleitos.

No caso específico do meio ambiente, não se pode olvidar que ocorreu uma evolução, já que o capítulo destinado ao meio ambiente traz consigo não somente um apanhado jurídico, mas sim um conceito de sustentabilidade e garantias fundamentais para a presente e as futuras gerações, expresso na Carta Maior de um país. A Constituição de 88 evidencia, em seu capítulo referente ao meio ambiente, a tutela à vida, vida em sentido *lato*, vida com qualidade com predominância sobre os demais direitos garantidos da Carta Maior, como nos aduz Silva (1995, p.26):

A constituição de 1988 foi, portanto a primeira a tratar deliberadamente da questão ambiental. Pode-se dizer que ela é uma constituição eminentemente ambientalista. Assumiu o tratamento da matéria em termos amplos e moderno. (...) o que é importante – escrevemos de outra feita- é que se tenha a consciência de que o direito à vida, como matriz de todos os demais direitos fundamentais do homem é que há de orientar todas as formas de atuação no campo da tutela do meio ambiente. Cumpre compreender que é um fator preponderante, que há de estar acima de quaisquer outras considerações como as de desenvolvimento, como as de respeito ao direito de propriedade, como as da iniciativa privada. Também estes são garantidos no texto constitucional, mas, a toda evidência, não podem primar sobre o direito fundamental à vida, que está em jogo quando se discute a tutela da qualidade do meio ambiente. É que a tutela da qualidade do meio ambiente é instrumental no sentido de que através dela, o que se protege é um valor maior: a qualidade da vida.

¹⁰ O termo minoria entre aspas refere-se ao sentido que muitas vezes a minoria na realidade é empregado equivocadamente, pois deveria se referir a maiorias que são discriminadas e marginalizadas, caso das mulheres, negros e pardos, pobres, etc..

Este novo ambientalismo tem como base a idéia de que as políticas públicas ambientais devem englobar as comunidades locais, com seus conhecimentos e vivências ambientais. A redução da pobreza e desigualdades sociais, a promoção da justiça social e equidade são paradigmas que o socioambientalismo deve contemplar para construir um novo conceito de ambientalismo.

O socioambientalismo nasceu, portanto, baseado no pressuposto de que as políticas públicas ambientais só teriam eficácia social e sustentabilidade política se incluíssem as comunidades locais e promovessem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais (SANTILLI, 2005, p. 35).

Esta vertente ambientalista tem como diferencial, portanto, o fato de representar uma alternativa ao modelo conservacionista tradicional, baseado nos modelos de preservação do primeiro mundo, que tentam manter áreas de vastíssimas regiões com sua vegetação intacta, proibindo o desenvolvimento de qualquer atividade, excluindo populações inteiras e aumentando a pobreza e miséria social.

1.1.3 Ambientalismo: Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo 1972) até a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) Rio 92

A Conferência realizada em Estocolmo (1972) é um marco sobre a discussão global do ambientalismo. Anteriormente a convenção de Estocolmo, as questões ambientais eram vistas, como dito, de forma mais simplista e pontual.

Para Silva (2002, p. 28), o I Congresso Internacional para a Proteção da Natureza (Paris, 1923) representa o primeiro passo na concepção mais complexa de preservação ambiental.

Outras convenções internacionais foram realizadas antes de 1972, caso da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo (Londres, 1954) em que já se tinha presente o princípio de multi-especificidade da questão ambiental. No entanto, a maior virtude da convenção de Estocolmo foi realmente trazer conceitos de complexidade da questão ambiental, deixando em segundo plano a visão meramente comercial da preservação.

Baseado em Silva (2002), tentaremos de forma sucinta, descrever os meandros da construção da conferência de Estocolmo, no intuito de evidenciar não só um corpo de informações, mas uma fonte de reflexão sobre os princípios e motivadores que a marcaram.

Em aprovação pela Assembleia Geral da ONU em 1968, coube ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) a realização de uma conferência mundial sobre meio ambiente. Após uma série de consultas aos Estados-membros, organizações governamentais e não governamentais, o Conselho recomendou que a conferência não deveria restringir-se a temas restritos, mas abordar assuntos de interesse geral e amplo da humanidade.

Em 1970 criou-se uma comissão preparatória para operacionalizar a convenção, que realizou quatro sessões: a primeira voltou-se basicamente para a definição de como os Estados-membros atuariam na convenção; a segunda teve a incumbência de definir uma agenda prévia e de como seria a natureza do documento que seria criado em Estocolmo; a terceira sessão foi para examinar o progresso dos temas apresentados para o esboço da Declaração de Meio Ambiente e a quarta sessão, ocupou-se da funcionalidade da conferência.

À época da convenção ocorreram reações opostas entre o pensamento de países desenvolvidos e os ditos em desenvolvimento, pois nestes, a questão ambiental tinha um peso secundário, vez que os desafios maiores eram a diminuição da pobreza, fome, falta de moradia, educação, desempregos, etc. Além disso, houve o problema da falta de reuniões preparatórias de especialistas e de amplo debate interno livre e democrático, reflexo de um modelo político governamental dos regimes truculentos da maioria dos países em desenvolvimento naquele instante.

A posição brasileira foi favorável ao modelo desenvolvimentista em primeiro lugar, resultado do discurso político do regime dos generais, conforme nos relata Silva (2002, p.29)

Desde o início, o Brasil assumiu uma posição favorável à tese desenvolvimentista. O Embaixador Araújo Castro, em julho de 1970, salientou que os planos submetidos à comissão Preparatória identificavam-se com os problemas e as preferências dos países industrializados e não levavam em consideração as necessidades e as condições dos países em desenvolvimento. Esta orientação, acrescentou, refletia “a filosofia inaceitável que busca um equilíbrio ambiental global na qual certas áreas ou regiões devem ser conservadas intactas, capazes de compensar os fatores de poluição criados em abundância nos países desenvolvidos”. Em novembro do mesmo ano, disse:... “a verdade indiscutível é que, no atual momento, o dilema mais urgente é dar a dois terços da Humanidade condições básicas de sobrevivência compatíveis com a dignidade do Homem”.

Evidente que a posição do Brasil parecia ser um tanto radical, mas a posição dos países desenvolvidos também o era, tanto assim que a Assembléia Geral das Nações Unidas aceitou o posicionamento do Brasil e de outros países como ponto de pauta da Conferência.

Importante ressaltar que o relatório apresentado por Maurice Strong, em Founex (1971), conforme Silva (2002, p.31), tratava de questões diversas, sobre as quais os países industrializados e os em desenvolvimento teriam de se confrontar na Convenção de Estocolmo, questões como a contida no preâmbulo da criação da Declaração de Estocolmo são muito importantes, vez que nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais são causados pelo subdesenvolvimento. Milhões continuam a viver abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana, privados de alimentos, vestimenta, abrigo, educação e saúde. Nota-se aqui a condição humana na questão ambiental, permitindo uma nova visão além do preservacionismo.

Uma questão relevante na Convenção foi a clara demonstração de que os problemas ambientais de países desenvolvidos e os em desenvolvimento são distintos, mas não de maior ou menor importância, pois o meio ambiente não se limita por fronteiras políticas ou por formas de governo. Vejamos o que nos infere Silva (2002, p. 32)

A principal virtude da Declaração adotada em Estocolmo é a de haver reconhecido que os problemas ambientais dos países em desenvolvimento eram e continuam a ser distintos dos problemas dos países industrializados. Isto não pode, contudo, ser interpretado como significando a existência de regras distintas e menos rígidas para os países em desenvolvimento; regras que possam significar um direito de poluir ou de fabricar produtos nocivos ao meio ambiente. Cumpre adotar normas suficientemente amplas, capazes de permitir a todos os países acatá-las. A adoção de regras permissivas poderá resultar na promoção, por governos sem visão, de práticas cujos malefícios exigirão mais tarde a adoção de medidas dispendiosas para sua erradicação.

Evidente que a Convenção adotada em 1972 foi criticada por não haver elaborado regras mais rígidas, de forma que defensores de posições mais radicais optaram pelo consenso, para evitar que o documento fosse mera letra morta, inaceitável para alguns.

O que não se pode deixar de observar, é que, de lá para adiante, a Declaração de Estocolmo exerceu grande influência em todos os outros documentos sobre meio ambiente. Seus 26 princípios estão contidos em inúmeras declarações,

conferências e constituições, produzindo assim um substrato importantíssimo para a Conferência do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Não obstante, passados alguns anos após a Conferência de Estocolmo, constatou-se que se aumentava a destruição ambiental. A consolidação da prática da *soft law*, que exortava as partes a agir de uma ou outra maneira, mas sem a capacidade de obrigá-las a agir em prol do meio ambiente, deu o tom do desgaste e da frustração. O aumento da pobreza, a crescente utilização de produtos não renováveis e a constatação que o progresso em matéria ambiental fora insignificante levou a Assembléia das Nações Unidas a convocar nova Conferência.

Indicou-se a criação de comissões de alto nível, bem como a realização de mini-conferências regionais que deveriam gerar reflexões para servir como embasamento da resolução da Conferência mundial.

Em 1983 foi criada pela ONU a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, composta de dez membros representantes de países em desenvolvimento e dez de países desenvolvidos, além do Presidente, Gro Harlem Brundtland, da Noruega e do Vice Presidente. Esta comissão visitou inúmeros países, consultou dezenas de especialistas de diversas áreas, realizou reuniões deliberativas e encerrou suas atividades em 1987, com a entrega do relatório denominado *Relatório Brundtland*, que constatou três principais problemas: o primeiro ligado à poluição ambiental, pela emissão de carbono na atmosfera, contaminação do solo e águas e a mudanças climáticas; o segundo grupo ligado aos recursos naturais, como desmatamentos, perda da biodiversidade, erosão e desertificação e exaurimento dos recursos marítimos e lacustres; já o terceiro grupo de problema refere-se a questões sociais e a sua relação ambiental, a terra e sua ocupação, saneamento, crescimento urbano, êxodo rural e principalmente relaciona a educação. Neste contexto, é interessante dar ênfase ao que relata Silva (2002, p.34).

O relatório, ao abordar os principais problemas, dá especial ênfase às consequências negativas da pobreza sobre o meio ambiente. Dentre suas inúmeras questões, uma deveria merecer especial atenção das autoridades brasileiras, pois trata de um problema que surge frequentemente no País. Lembra que “o cultivo intensivo em encostas íngremes está aumentando a erosão do solo em muitas regiões montanhosas de países desenvolvidos e em desenvolvimento. em muitos vales fluviais, cultivam-se agora áreas onde as inundações sempre foram comuns.” O resultado destas práticas se refletem numa incidência cada vez maior de catástrofes naturais; nos anos 70, o número de vítimas de tais catástrofes foi seis vezes superior ao dos anos 60.

O Relatório *Brundtland* recomendou expressamente a convocação de uma nova Conferência, e na sessão de 1988 a Assembléia Geral das Nações Unidas seguiu por este caminho. A resolução de dezembro de 1989 foi de fundamental importância para a preparação da Conferência no Rio de Janeiro em 1992, pois continha os principais objetivos da Conferência, tópicos que deveriam ser observados e a operacionalidade dos trabalhos, dentre eles, a melhoria das condições de habitação e trabalho dos pobres em regiões urbanas e rurais, além da procura de mecanismos para erradicação da pobreza pelo desenvolvimento urbano e rural.

A Conferência do Rio foi realizada no mais alto nível possível de participação, contando com cento e setenta e oito delegações, e com a presença do maior número de chefes de Estado de toda a história. O texto elaborado previamente pelo Comitê Preparatório foi aprovado em plenário na Conferência, além de algumas Resoluções, caso da 44/228 que tratava da questão da dívida externa dos países pobres, a qual deveria ser discutida com urgência, para permitir a redução de desigualdades mundiais, a fim de haver melhor contribuição e responsabilidade no enfrentamento mundial na defesa do meio ambiente.

Das diversas produções realizadas na Conferência do Rio 92, destaca-se a confecção da Agenda 21, em que a comunidade internacional reunida deveria apresentar de forma expressa um planejamento, objetivando solucionar até o ano 2000 os principais problemas ambientais, para se adentrar no século XXI com melhor qualidade de vida. Evidente que tais soluções não foram implementadas adequadamente, dada a complexidade econômica, social e política que permeia tais processos.

1.1.4 Os elementos principais do discurso na síntese histórica

Apesar de breve, esse histórico nos revela uma evolução de princípios ao longo do desenvolvimento do movimento ambientalista. Até aqui, em nossa revisitação histórica, vemos dois momentos importantes de transição: um que parte da relação estritamente exploratória, sem uma preocupação mais nítida com a questão Ambiental, ocorrida no período colonial, para uma postura essencialmente conservacionista inaugurada na fase final deste período; outra que supera o discurso e a prática de base conservacionista, que no Brasil predominara no regime ditatorial,

avançando para a adoção de um princípio que incorporava a inserção do elemento humano no trato das questões ambientais, que se alastraria nas discussões desenvolvidas nas conferências sobre o tema e se efetivaria na concepção de sustentabilidade.

Podemos considerar, portanto, que embora tenha havido uma tal evolução, dois pontos essenciais continuaram a causar inquietações. O primeiro, o fato de não se assistir a grandes avanços práticos no espaço de tempo transcorrido entre as várias conferências, o que revela um distanciamento preocupante entre discursividade e ações concretas. Outro ponto importante é o fato de que, tanto o discurso conservacionistas quanto aquele que amplia o conceito de ambiente, nele inserindo a dimensão social, tiveram, ao longo dessa trajetória, um princípio claramente antropocêntrico, uma vez tanto a conservação da natureza quanto a preservação da qualidade ambiental e de vida e a sustentabilidade no uso de recursos visava a sobrevivência humana e o direito das gerações futuras.

Tentaremos, a seguir, visualizar, como essas características do ambientalismo se manifestaram no histórico da Educação Ambiental e do Direito Ambiental.

1.2 HISTÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DO DIREITO AMBIENTAL

As últimas quatro décadas caracterizaram-se pelos inúmeros encontros, conferências, acordos e produção de leis e textos sobre a questão ambiental, mas foi neste mesmo período que também se viu a maior e pior destruição do ambiente desde tempos imemoriais, o que demonstra claramente que há necessidade urgente de aprimorar a educação para a construção de uma nova sociedade.

O discurso ambientalista tem recebido, nos últimos anos, grande atenção e novos elementos de discussão, como já dito antes, e neste contexto a Educação Ambiental surge com posição de destaque para dar sustentação aos fundamentos desta sociedade que procura um modelo sustentável, que garanta a qualquer indivíduo os direitos inerentes a todos, de forma igualitária.

A necessidade de tal educação deveria, portanto, se refletir em todos os níveis de ensino formal e também no não formal. No entanto, nos dizeres de Grün (1996, p.9), “a crescente demanda social, exigindo algum tipo de tratamento das

questões ambientais no âmbito da educação, tem encontrado pouca resposta por parte dos professores das universidades brasileiras”. Se na universidade este fato é sentido de forma clara, não é diferente em todo o restante da formação educacional sendo, portanto, urgente se repensar a educação, pois os problemas que nos cercam são graves e necessitam de respostas.

Analisemos, nesse sentido, como a Educação Ambiental foi pensada como estratégia para o enfrentamento desses desafios. Os elementos de historicidade e definições de Educação Ambiental são elaborados por diversos autores que já há muito discutem a temática, mas entendemos necessário discutir aqui alguns desses elementos, no sentido de tornar claros os seus princípios norteadores. Em determinado momento aproximaremos a discussão da questão do ensino superior, considerando que é a universidade o local de maior criação e pesquisa sobre o tema, bem como de formação de educadores.

1.2.1 Elementos históricos da Educação Ambiental

O histórico da Educação Ambiental tem relação íntima com o limite racional do modelo de desenvolvimento. Ela inicia ou começa a efetivar-se quando a preocupação pela emergência da crise ambiental passa a ser não mais um assunto exclusivo dos amantes da natureza, mas uma preocupação para a toda a sociedade.

Esta efetivação foi intimamente ligada ao processo que Grün (1996, p.15) denomina de “ecologização das sociedades”, cujo autor citando Worster (1992) dá como marco histórico do início de “ecologização” o ano de 1945 com os testes da bomba atômica: “ironicamente, a bomba plantava as primeiras sementes do ambientalismo contemporâneo. Estávamos entrando na ‘idade ecológica’.” (id.)

Outros autores procuram se afastar de datas ou de fatos pontuais para se referir ao início de uma fase ou era, apontando que houve um processo histórico que conduziu e continua a marcar o dinamismo do trato com as questões ambientais. É esse o caso de Carvalho¹¹ apud Pádua (1997, p.273):

O movimento ecológico desponta como portador de um discurso libertário, denunciando o lado sombrio da modernidade. Ao expor a falência da idéia de progresso, evidencia os

¹¹ Pádua, S. M. & Tabarez, M.F. (orgs.) Educação Ambiental. Caminhos trilhados no Brasil. Brasília. FNMA/MMA/IPÊ. 1997. P.271-280.

riscos do crescimento econômico, militar e industrial para a sobrevivência humana. [...] A questão ambiental emerge como uma crise de civilização caracterizada por três aspectos fundamentais de fratura e renovação: a) os limites do crescimento e a construção de novo paradigma de produção sustentável; b) o fracionamento do conhecimento e a emergência da teoria de sistemas e o pensamento da complexidade; c) o questionamento à concentração do poder do Estado e do mercado, e as reivindicações da cidadania por democracia, equidade, justiça, participação e autonomia.

Para a autora, as transformações na cultura passam por um “acontecimento ambiental” e não um dado fato ambiental. Ela traz uma idéia subliminar em sua obra de um acontecimento que está em movimento, em constante transformação, expansão, debate e complexidade, ou seja, um “acontecimento”. “Assim, sem pretender resolver ou esgotar os dilemas políticos que atravessam o acontecimento ambiental, é possível tomá-los como força em tensão, redesenhando continuamente as configurações culturais do ideário democrático ambientalista. “(CARVALHO, 1997, p.278).

Para Leff (1997, p.19), a conscientização sobre a crise se dá progressivamente a partir da evidenciação e da denúncia dos limites da razão tecnocientífica que moldara o discurso progressista da modernidade: “a crise ambiental faz sua entrada na história contemporânea marcando os limites da racionalidade econômica”. A educação, nesse sentido deve ser o foco de relativização dos valores impostos por essa racionalidade moderna: “a educação se converte em um processo estratégico com o propósito de formar valores, as habilidades e as capacidades para orientar a transição na direção da sustentabilidade” (*id.*).¹²

O histórico da Educação Ambiental, mais focado no movimento de institucionalização, pode ser compreendido também com base em uma série de eventos relativamente recentes, como as Conferências de Estocolmo (1972), Belgrado (1975) a de Tbilisi (1977), o Relatório Brundtland (1987) e a Agenda 21 (1992), pois foram de documentos originários destes eventos, além de muitos outros, que se definiram as linhas gerais sobre Meio Ambiente e Educação Ambiental. Foram desses eventos que partiram as diretrizes e fundamentações para a construção ou desconstrução de políticas ambientais das diversas nações, como também da atuação do setor privado e da sociedade civil.

¹² Mesmo que ainda utilizando o termo ou a noção de “desenvolvimento sustentável” que é muito debatido e criticado atualmente, Leff traz uma contribuição significativa, sendo leitura obrigatória para aqueles que desejam entender melhor a complexidade socioambiental.

Evidente que a Educação Ambiental, tal como a Educação de maneira geral continua a traçar seu caminho de maneira lenta e gradual na tentativa de influenciar os processos de mudanças das relações sociais e socioambientais, o que se justifica pela natureza do desafio que se lhe impõe. Para Sato (2003, p.23) “a questão é bem mais complexa, exigindo inclusive o conhecimento das doutrinas filosóficas que implicam as mudanças”. Guattari (1995, p.08) já havia apontado que seria necessária, de fato, uma nova base filosófica para ancorar tal complexidade, motivo que o fez propor o termo “ecosofia”, que pressupunha a articulação ético-política entre os três registros ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sócias e o da subjetividade humana. Essa complexidade deveria, portanto, ser a base do debate ecológico.

O debate ecológico ou acontecimento ambiental como descreve Carvalho, apud¹³ Pádua (1997, p.271) é “a emergência de um campo contraditório e diversificado de cursos e valores que constituem um amplo ideário ambiental”. Como o nome já diz, o debate ecológico tem caráter de contraposição, exigindo uma postura dialógica diante das idéias e interesses heterogêneos, formado dos mais diversos matizes (neoliberais, partidos verdes, movimentos sociais de esquerda, agroindústria, mineradores, partidários de políticas públicas preservacionistas, etc.).

A Educação Ambiental é, neste contexto, o combustível de novas discussões e novos discursos. Deve representar a ação de mediação entre essas diferenças, entre as antigas e novas concepções, permitindo assim despontar novas relações sociais e atores sociais envolvidos, capazes de discutir coletivamente as questões ambientais. Nela é que temos o fórum adequado para expor as idéias de tentativa de mudanças e de emancipação. É, portanto, na educação que se tem este solo fértil para fomentar o *acontecimento ambiental* e o surgimento de uma nova discursividade.

E é neste contexto que se faz a consideração (*id.*):

Considerando a educação como uma prática por excelência produtora de subjetividades e, nessa condição, agenciadora de uma inserção dos indivíduos numa narrativa espaço-temporal determinada, podemos dizer que é a partir do enfrentamento desses desafios políticos que se processam tanto a emergência de práticas educativas ambientais do tipo emancipatórias, quanto “privatizantes”, isto é, aquelas que remetem os indivíduos para “dentro de si” e para fora da história e da política.

¹³ Pádua, S. M. & Tabarez, M.F. (orgs.) Educação Ambiental. Caminhos trilhados no Brasil. Brasília. FNMA/MMA/IPÊ. 1997. P.271-280.

Pela promoção do debate que a Educação Ambiental procura pôr em xeque a idéia de modernidade através do discurso libertário e emancipatório, fazendo então com que sobressaíam as diretrizes de sua constituição político- cultural.

Nas décadas de 60/70, o debate sobre as questões ambientais foram de caráter contestatório, reforçado ainda pelo momento histórico-político que o mundo bipolarizado vivia com a guerra fria. Evidente que o caráter preservacionista e contemplativo da natureza era uma tônica acentuada, deixando em segundo plano a visão socioambiental. Livros como *Silent Spring* (1962) de Rachel Carson e *Antes que a Natureza Morra* (1965) de Jean Dorst, que discursavam a favor da tentativa de paralisação do crescimento industrial e a volta da consideração dos limites da natureza são exemplos desse período.

Nos anos 80/90, o debate ecológico desponta juntamente com os movimentos sociais no Brasil. Nesse período novos atores sociais entram em cena com maior destaque, sendo que os seus espaços se tornaram indiscutivelmente maiores: MST (Movimento dos Sem Terra), Via Campesina, Sem Teto, Sindicatos de Trabalhadores, Quilombolas, entre outros, auxiliaram a difundir uma maior penetração multisetorial do ideário ambientalista na nova sociedade contemporânea.

Ao final desse período (anos 90) produziu-se um esfriamento na utopia contestatória vivida nos anos anteriores, diluindo-se em parte o enfrentamento político e enfraquecendo-se a militância. Questões como a própria manutenção do emprego e empregabilidade forçam as pessoas a um silêncio amargurante.

Nesse breve relato percebe-se que o debate ecológico não é um acontecimento autônomo, mas está ligado com a realidade fática histórica, associada a um contexto de projetos político-pedagógicos determinados. De acordo com Carvalho, *apud*¹⁴ Pádua (1997, p.277), é desse debate fecundo que se originam as atuais promessas e dificuldades da Educação Ambiental: “é, portanto, da sua condição de filha dos dilemas políticos contemporâneos e herdeira direta do contraditório *acontecimento ambiental* que se originam as atuais dificuldade e promessas da E.A.”

¹⁴ Pádua, S. M. & Tabarez, M.F. (orgs.) Educação Ambiental. Caminhos trilhados no Brasil. Brasília. FNMA/MMA/IPÊ. 1997. P.271-280.

Desta forma, a Educação Ambiental tem em sua construção, forças de tensão com projetos emancipatórios e libertadores, como também projetos “realistas” e não utópicos, como descreve Layrargues (1998)

A educação ambiental entre duas águas (...) Desse modo, presencia-se duas vertentes que compõem os projetos políticos ambientalistas: a *hegemônica*, que no movimento conservador deseja impor um projeto reformista, adequando-se em alguns aspectos às novas realidades, mas mantendo intacta a ideologia da racionalidade econômica; e a *subversiva*, que busca a tentativa de implantar um projeto transformador, traduzido pela inserção da racionalidade ecológica no núcleo ideológico de nossa sociedade.

Essa dualidade é bem explícita no movimento de institucionalização da Educação Ambiental, denso que nos vários segmentos em que ela foi sendo incorporada há adoção de concepções conservadoras ou radicais, de acordo com o interesse dos atores envolvidos.

Na esfera das instituições de ensino ocorreu um grande incremento na discussão da Educação Ambiental, uma forte expansão dos cursos e linhas de pesquisa relacionada ao tema, quer seja na graduação, quanto na pós-graduação.

A produção legislativa também se avolumou nos últimos anos, principalmente após a Constituição de 1988 e a realização da conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento realizada em 1992 no Rio de Janeiro, e nesse debate ecológico, um grande e complexo quadro de debatedores sobre a Educação Ambiental tem se desenhado.

Pelo já descrito acima sobre debate ecológico e transformação na cultura, cabe a nós perguntarmos o que fazer, como fazer, qual é o papel do “debatedor educador” sobre a prática educacional e a transformação social. Por precisar ser essa ação mediadora entre concepções e discursos diversos, a Educação Ambiental não pode ser imperativa, exigindo do educador um exercício dialógico. Vale, nesse sentido, a inspiração vinda das considerações de Foucault (1984, p.151):

O intelectual não tem mais que desempenhar o papel daquele que dá conselhos. Cabe àqueles que se batem e se debatem encontrar, eles mesmos, o projeto, as táticas, os alvos de que necessitam. O que o intelectual pode fazer é fornecer os instrumentos de análise, e é este hoje, essencialmente, o papel do historiador. Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes – segundo uma organização que já tem cento e cinquenta anos – onde eles se implantaram. Em outros termos, fazer um sumário topográfico e geológico da batalha... Eis aí o papel do intelectual. Mas de maneira alguma dizer: eis o que vocês devem fazer.

1.2.1.1 Evolução conceitual da Educação Ambiental

A Educação Ambiental foi assim definida ou utilizada pela primeira vez em 1971 na International Union for the Conservation of Nature, que enfatizou basicamente a biodiversidade e os sistemas de vida, conforme descreve Dias, (2000, p. 23).

A primeira definição internacional da Educação Ambiental foi adotada pela International Union for the Conservation of Nature (IUCN, 1971), que enfatizou os aspectos ecológicos da Conservação. Basicamente, a Educação Ambiental estava relacionada à conservação da biodiversidade e dos sistemas de vida. A Conferência de Estocolmo (1972) ampliou sua definição e outras esferas do conhecimento...

Mesmo tendo a definição de amplitude internacional definida em 1971, conforme a autora citada acima, a idéia de Educação Ambiental é anterior, remonta aos anos 40 do século passado com a realização de estudos ambientais, com característica de preocupação pelo tema, ao que Dias (2000, p.77) descreve: “No início de 1945, a expressão “estudos ambientais” começava a ser utilizada por profissionais de ensino na Grã-Bretanha e, quatro anos mais tarde, a temática ambiental passaria a ocupar o *Country Sand Almanac*, nos Estados Unidos, com os artigos de Aldo Leopoldo sobre a ética da terra.”

Também em 1965 já havia referência sobre o tema Educação Ambiental.

*Enquanto os governos não conseguiam definir os caminhos do entendimento, a sociedade civil movimentava-se em todo mundo. Em março de 1965, durante a conferência e Educação na Universidade de Keele, Grã-Bretanha, surgia o termo *Environmental Education* (Educação Ambiental). (...) em 1969, seria fundada na Inglaterra a “Sociedade para a Educação Ambiental”, (...) Seria lançado também, nos Estados Unidos, o número 1 do *Jornal da Educação Ambiental*. (ibid., p.78) :*

Em 1972 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo, a definição de Educação Ambiental foi ampliada para outras áreas do conhecimento e na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi (1977), conforme Sato (2003, p.23), o tema foi assim definido:

A Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a

prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida.

Em nosso ordenamento jurídico a Educação Ambiental foi definida pela Lei 9.795/1999 Art. 1º, no ProNEA (2005, p. 65)

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de via e sua sustentabilidade.

Nota-se que o texto legal é reflexo do que foi descrito na Conferência de Tbilisi, as diretrizes de sustentabilidade, participação social e nova construção social estão claramente demonstradas nos dois contextos.

É possível, portanto, identificar a tendência de consolidação de alguns pressupostos no discurso formado ao longo dos últimos anos de desenvolvimento da Educação Ambiental. No entanto, é preciso ter claro que é tarefa mesmo desta educação a reavaliação e reconstrução desses pressupostos, uma vez que o debate ecológico deve constantemente ser colocado à prova para sua melhoria.

A epistemologia da Educação Ambiental pós-moderna propõe a construção do conhecimento da educação socialmente crítica, baseada em novas racionalidades de saberes em um processo de análise das realidades ambientais, sociais e educativas inter-relacionadas, com a finalidade de transformá-las. A produção da Educação Ambiental dinamicamente associada aos movimentos sociais e multiculturais, às mudanças nas comunidades, aos impactos ambientais, sociais e culturais da população e do contexto particular em que vivem, podendo ser sinalizadores de possíveis reflexões e contribuições para a produção de conhecimento nesta área. A Educação Ambiental constitui pois objeto permanente de estudo e de modificações, exigindo novas metodologias. (FLORIANI E KNECHTEL 2003, p. 56)

1.2.1.2 Desafios e perspectivas da Educação Ambiental

Diante desse desafio é preciso apontar os possíveis reducionismos que permearam a Educação Ambiental. Sato (2003, p. 49) dá como exemplo a tradição¹⁵, já sedimentada, que a Educação Ambiental está sempre relacionada à

¹⁵ O termo “tradição” aqui empregado refere-se ao costume inúmeras vezes repetido de inclusão da Educação Ambiental em uma dada disciplina, diferente do emprego do termo tradição utilizado principalmente quando se trata da Hermenêutica no resgate das tradições das culturas silenciadas pelo cartesianismo, talvez o autor aqui citado devesse definir de maneira diferente sua proposta, mas nos cabe somente sua citação e este comentário, pois isto faz parte do nosso trabalho. Produzir reflexão e diálogo.

Ecologia, ainda dificultando que os educadores de outras áreas possam propor temas ligados à Educação Ambiental em sua esfera de competência.

Outra importante dificuldade diz respeito aos currículos já propostos, que são desafios de enorme grandeza, pois são divididos de tal maneira que não permitem condições de flexibilização necessária para a transversalidade. Vale destacar ainda o conteúdo tecnicista fortemente aderido aos currículos, que não abre espaço para temas como fundamentos teóricos da educação, inclusão social, socioambientalismo, democratização de concepções pedagógicas, entre outros temas, que exigem muito tempo para discussão e reflexões, de não haver formação e estrutura adequada para isso.

O ensino superior deveria ser a fonte produtora para tal modificação, mas em sua grande maioria é mera “linha de montagem” de profissionais a serem lançados no mercado, sem sequer fazer menção às questões socioeconômicas de sua região, tornando os profissionais egressos das universidades uma elite privilegiada, mas infelizmente alienada.

O mito da neutralidade do educador diante de assuntos controversos é outro desafio que a Educação Ambiental deve superar. O próprio Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA, 2005, p. 33) em sua diretriz propõe:

...um constante exercício de transversalidade para internalizar, por meio de espaços de interlocução bilateral e múltipla, a educação ambiental no conjunto do governo, nas entidades privadas e no terceiro setor; enfim, na sociedade com um todo. [...] O processo de construção do ProNEA pode e deve dialogar com as mais amplas propostas, campanhas e programas governamentais e não-governamentais em âmbito nacional, estadual, e municipal, fortalecendo-os e sendo por eles fortalecido, agregando a estas reflexões e práticas marcadamente ambientalistas e educacionais.

Logo, a pretensa neutralidade deve ser tratada com muito cuidado, pois o não engajamento sério e amplamente discutido de uma dada posição, pode continuar criando uma postura autoritária do “neutro” educador.

O modelo atual de avaliação também é outro desafio a ser repensado. No entendimento de Sato (2003, p.28) “o principal objetivo da Educação Ambiental é contribuir para as mudanças de atitudes humanas em relação ao ambiente”. Logo, temos que uma avaliação nos moldes já propostos e firmados ao longo do tempo não é suficiente para perceber as mudanças de atitudes que um indivíduo teve, quanto mais as de um grupo social.

A Educação Ambiental deve ter um enfoque humanista, histórico, crítico, político, democrático, participativo, inclusivo, dialógico, cooperativo, emancipatório, transparente, plural, coerente e de compromisso com a cidadania ambiental.

1.2.1.3 Desafios da Educação Ambiental frente à política educacional

Tem-se observado um processo contínuo de mundialização da economia e é ela determinante na nova organização sociopolítica, mesmo que este parâmetro ditado pelo capital promova uma dinâmica excludente de grande parte da população.

Mais e mais a educação passa a ter valor instrumental para a aplicação da política econômica ditada pelo capital mundial. Krawcyk (2000, p.2) apregoa: “cada vez mais, a política educacional passa a ser considerada, no marco das políticas sociais, como uma política de caráter instrumental e subordinada à lógica econômica, uma política que sequer tem a capacidade inclusiva do capitalismo industrial”.

No contexto em que o dominador da política educacional passa a ser o poder econômico, através de organizações mundiais como o Banco Mundial e FMI, Estados são obrigados a uma adaptação de sua política educacional a fim de não perderem “investimentos” desses organismos.

Com essa condução, o que se vê são os baixos níveis de aprendizagem entre os alunos, segmentação entre escolas, pouca valorização do profissional de educação, com uma consideração de “melhoramento” da educação limitada ao aumento do número de crianças na escola, mesmo que submetidas às condições de falta de infra-estrutura e de um processo educativo efetivo.

Para Krawcyk (2000, p.07) as reformas educacionais no Brasil procuraram homogeneizar as diversas realidades educacionais existentes, desconsiderando assim realidades específicas. A homogeneização é característica das propostas, de forma que ficam enfraquecidas as singularidades de cada coletividade, transformando o processo educativo numa unicidade sob administração do governo. A autora evidencia ainda:

A busca de um pacto que permita a penetração capilar das reformas na estrutura social deve-se ao aumento dos conflitos, consequência da deterioração cada vez maior das condições de vida da maioria da população, mas, ao mesmo tempo, cumpre um papel regressivo nas possibilidades de democratização das relações sociais porque coloca as questões de forma fragmentada, busca diluir a referência ao coletivo e, portanto, debilita os sujeitos sociais.

É necessária, portanto, a instituição de um debate para a construção da educação atual no Brasil, seus impactos na sociedade, no sistema político, no sistema educacional e no sistema produtivo. Nesse sentido, os temas e problemas colocados pela Educação Ambiental geram a demanda de revisão da política educacional.

Considerando o que já foi referido sobre histórico, definição e temas correlatos da política de educação e, portanto, da Educação Ambiental também, podemos depreender que a política nacional de Educação Ambiental emergiu de uma luta dentro do Estado e sociedade e que, a bem da verdade, a luta continua, mas tomaremos quatro grandes desafios da Educação Ambiental mencionados em Saito (2002 p. 50-59).

O primeiro é a *busca de uma sociedade democrática e socialmente justa*. Neste sentido, deve-se deslocar o pensamento unicamente preservacionista e contemplador da natureza como sendo objeto absolutamente intocado, gerando assim, em muitos casos, uma exclusão social, principalmente da periferia econômica mundial.

A busca de uma sociedade democrática e socialmente justa e igualitária não pode existir se há a condenação de atores sociais à exclusão social. É evidente que a preservação é absolutamente necessária à sustentabilidade, mas a idéia simplista de intocabilidade do ambiente e da condenação da exploração, mesmo que não predatória, parece ser inadequada à condição de justiça social. Como nos relata Saito (2002, p.51), meio ambiente e sociedade encontram-se intimamente associados, por isso, é necessário compreender a problemática ambiental na sua complexidade.

Este é, sem dúvida, um grande desafio da Educação Ambiental que nos leva a um segundo desafio: o desvelamento das relações de dominação em nossa sociedade. A Educação Ambiental deve ter o comprometimento de desvelar, revelar a problemática ambiental e social, não se furtando às questões éticas, moral e à necessidade de emancipação crítica. Para Saito é seu papel sair da superficialidade do tratamento de questões socioambientais que nos afligem, mas sempre são vistas oficiais como que por um filtro imaginário (ou real), dando interpretação falha da realidade. É este o caso: da coleta de lixo urbano, no qual o olhar oficial é pela incrementação da coleta, pela conscientização da separação do lixo pela população

(lixo que não é lixo não vai pro lixo), mas sem proporcionar uma reflexão quer sobre o consumo ou sobre a coleta desigual de lixo nas cidades; da discriminação social que produz uma nova categoria, que até ganha em ato público uma carrocinha na cor “verde ecológica” - o catador de lixo -, mas sem nunca atingir o modelo consumista da sociedade, mesmo que se esgotem em pouco tempo a capacidade de armazenamento em lixões e aterros sanitários espalhados pela periferia das grandes e médias cidades.

A vivência efetiva de ações transformadoras, concretamente, é outro desafio que se encontra ligado ao conceito de *práxis* em que a articulação da ação e reflexão são constituintes da transformação da realidade. Esse conceito de ações efetivas está relacionado, segundo Saito (2002, p.55), com uma prática intencional, de caráter coletivo, articulando-se com a busca de uma sociedade justa e com o desvelamento das relações de dominação em nossa sociedade. Sobre a transformação de caráter meramente individual, Saito (2002, p.56) considera: “a limitação das mudanças apenas à esfera individual advém de um ilusionismo liberal que considera o coletivo como soma independente de indivíduos e a emancipação social como ascensão individual na sociedade”.

A necessidade de constante busca de conhecimento é outro desafio para a Educação Ambiental, como o é para qualquer área do conhecimento. As enormes transformações no campo da ciência e da tecnologia sempre exigirão novos conhecimentos, principalmente frente aos impactos que podem causar em uma sociedade que busca o equilíbrio socioambiental.

Neste cenário a Educação Ambiental tem um importante papel, pois deve extrapolar a esfera da simples sensibilização sobre a preservação da natureza. Deve atingir a capacidade de promover o fortalecimento socioeconômico e político organizacional de uma comunidade, com interesses de equidade e justiça social, com práticas coletivas de ações solidárias de transformação da realidade local, o que é denominado de “empowerment” por Friedman (1992).

1.2.2 Elementos históricos do Direito Ambiental e a legislação ambiental no Brasil

Na mesma esteira o Direito Ambiental também tem sua trajetória de desenvolvimento, pois ele representa a regulamentação das questões ambientais na esfera jurídica. Como já dito anteriormente, ele não nasceu antes das pressões

sociais e políticas e não foi muito diferente do que ocorreu em outros países. Mesmo datando do período colonial, é marcadamente após a Conferência de Estocolmo e as discussões ocorridas na década de 70, do século passado, que o Direito Ambiental toma forma e volume sem precedentes.

Na história recente do Brasil poderíamos dividir, em duas fases, o Direito Ambiental, uma que se inicia logo na formação da República indo até o final dos anos 70 e outra após a aplicação da Lei sobre Política Ambiental Brasileira de 1981 (Lei 6938/81). Na primeira fase era eminentemente de criação ou gerenciamento de parques e reservas ecológicas, com interesse preservacionista, já a segunda fase, com forte influência da discussão gerada nas diversas conferências sobre o tema, teve um enfoque de proteção ambiental para gestão industrial e desenvolvimento, considerando o efeito destas atividades sobre o bem estar e a saúde humana, mas ainda sem considerar o elemento humano como participante da questão, levando-se em conta somente os “problemas ambientais do desenvolvimento”. (Souza 2000, p. 277).

Nos anos 70 do século passado, iniciaram-se as primeiras demandas na esfera judicial, ao que Nazo & Mukai (2002, p.78) relata como a primeira demanda do gênero no Brasil assim:

No campo judicial, em 1973 deu entrada no Fórum da Comarca de Itanhaém-SP, “aquela que certamente terá sido a primeira ação de natureza ambiental proposta no Brasil. O autor foi Ernesto Zwarg Júnior, que propôs ação popular contra a Câmara Municipal e o Prefeito, contra a aprovação das Leis 989 e 990, que permitiam construções de prédios com até 15 andares, mesmo em vias não dotadas de redes de esgoto ou na orla marítima.

No que se refere a produção legislativa temos o que Souza (2000, p. 278) define como “divisor de águas”, a Lei 6938/81:

Essa Lei define as finalidades e objetivos da política ambiental no Brasil, os instrumentos a serem utilizados e mecanismos de aplicação. Nesse ponto, é importante observar que, até o início dos anos 80, o Brasil não dispunha, em nível federal, de instrumentos institucionais (legais e/ou organizacionais) muito claros para a gestão ambiental, que coordenassem as ações setoriais nacionais, bem como dos estados e municípios. Até então, as ações e regulamentações na área ambiental eram pontuais e setoriais, dispersas entre diferentes estruturas de governo, e não representavam um pensamento integrado de política ambiental.

No mesmo sentido de evolução normativa, assim nos infere Rodrigues (2005, p. 104)

Verifica-se, portanto, que a tendência legislativa em relação ao meio ambiente é que exista uma lenta substituição das “leis ambientais” que se tornaram defasadas na proteção ambiental pós-mudança de paradigma trazida pela Política Global do Meio Ambiente (Lei 6.938/81 + CF 88), que comentamos alhures. Aos poucos esse processo de “atualização legislativa” é realizado e sinais dessa evolução são a lei de gerenciamento de recursos hídricos, leis de educação ambiental, leis de organismos geneticamente modificados, etc.

Continuando no tema de evolução do Direito Ambiental, temos ainda a grande formação de simpósios, redes de discussão, aumento expressivo da oferta de disciplina de Direito Ambiental em faculdades de Direito, produção de revistas de Direito Ambiental, livros sobre o tema e variados artigos, sem esquecer a vanguarda do Simpósio Nacional de Ecologia em 1978 realizado em Curitiba-PR e a criação da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente em 1979, conforme destaca Nazo & Mukai (2002, p. 28).

No campo dos eventos, realizou-se, em Curitiba, o Simpósio Nacional de Ecologia, em 1978. E, em 1979, realizou-se em Piracicaba, sob a coordenação de Paulo Affonso Leme Machado, o I Curso Internacional de Direito Comparado do Meio Ambiente, com a participação efetiva de mais de 10 professores de diversos países, quando foi então criada a Sociedade Brasileira de Direito do Meio ambiente- Sobrandina, marco histórico na evolução doutrinária do Direito Ambiental brasileiro.

Após a década de 80 do século passado a produção legislativa e doutrinária foi acentuada, verificou-se que a evolução nos anos seguinte foi de aperfeiçoamento da legislação existente, ao que Rodrigues (2005, p. 96) define como “terceira fase da legislação ambiental brasileira”, a qual está em pleno desenvolvimento, conforme veremos adiante, e Mukai (2002, p.84) assim relata:

O momento atual do Direito Ambiental é constituído por uma fase de concretização mais real desse direito, para o que não se pode deixar de destacar o papel do Ministério público, por meio das ações civis públicas, que tem intentado em diversos pontos do País. Também é de consolidação e de revisão da legislação ambiental existente, principalmente, visando à regularização dos inúmeros defeitos que ela comporta, de ordem constitucional, de natureza formal, e de lacunas e imperfeições.

Em meio à crise social, política, ambiental e no renascimento de novas reflexões, surge o Direito Ambiental, ele vem para contribuir na promoção de mudanças para uma nova compreensão das relações entre sociedade e ambiente, superando uma visão linear e limitada em prol de uma visão sistêmica e abrangente.

Como já dito anteriormente o Direito Ambiental está em evolução e existem várias definições elaboradas por diversos juristas tomamos algumas delas:

Segundo Sirvinkas (2006, p. 27) “Direito Ambiental é a ciência jurídica que estuda, analisa e discute as questões e os problemas ambientais e sua relação com o ser humano, tendo por finalidade a proteção do meio ambiente e a melhoria das condições de vida no planeta.” Milaré (2005, p. 155) “Complexo de princípios e normas coercitivas reguladoras das atividades humanas que, direta ou indiretamente, possam afetar a sanidade do ambiente em sua dimensão global, visando à sua sustentabilidade para as presentes e futuras gerações.” Piva (2000, p.47) “É o ramo do direito positivo difuso que tutela a vida humana com qualidade através de normas jurídicas protetoras do direito à qualidade do meio ambiente e dos recursos ambientais necessários ao seu equilíbrio ecológico.”

Trata-se de uma visão condoreira, como diria Castro Alves. Uma visão global, que certamente estará preocupada com o todo e não com o que está somente diante dos olhos, e que impede se enxergue o resto. Trata-se de uma visão menos egoísta e mais altruísta. Identificaremos que todos os personagens são essenciais, e que as personagens principais possuem deveres e responsabilidades ainda maiores que aqueles que os circulam. Aliás, só se pode falar em personagens principais porque existem outros que lhe emprestam o referido rótulo. É assim a relação do ser humano com o entorno em que vive (RODRIGUES, 2005, p.90)

Podemos dizer, em outros termos, que ele é instrumento necessário à implementação efetiva da *ecosofia*, que segundo Guattari (1995, p. 8) demanda uma nova programação legislativa para auxiliar nas possíveis respostas aos problemas.

A crise ecológica traz à tona as considerações de unidade mundial, em que todos os seres humanos estão ligados pelo mesmo chão, pelo mesmo solo ou planeta. Nesse sentido, o Direito Ambiental não é apenas um ramo do Direito, ele é o anunciador para a ciência jurídica de que o dogmatismo e o isolacionismo típico do Direito¹⁶ já estão ultrapassados e esclerosados. Assim, o Direito Ambiental vem propor novos paradigmas ao próprio Direito.

O objetivo primeiro da dimensão normativa da sociedade representada pelo Direito Ambiental é justamente consolidar os discursos ambientalistas já construídos em normas que devem reger as relações entre sociedade e ambiente, estabelecendo limites claros para a apropriação dos bens naturais. Nesse sentido, ele torna mais precisa a visão da crise ecológica instalada há muito tempo e mostra

¹⁶ A definição de Direito no sentido *latu*, é por demais ampla e não é objetivo nesta pesquisa. Tomamos o termo “Direito” para, em apertada síntese, nos referir ao Direito não especializado tal como é o Direito Ambiental, vez ou outra nos referimos ao Direito e o Direito Ambiental, mas sabendo que este é componente daquele, cabendo ao contexto a melhor leitura de suas diferenciações.

como o Estado deve ser mais efetivo em suas políticas públicas, com a criação de novas estratégias de planejamento e ação.

No entanto, o profissional do Direito deve procurar questionar cuidadosamente as questões que lhe chegam sobre o tema, evitando que ele se transforme em contribuinte da crise ecológica, o que acontece quando são sancionadas condutas destrutivas e criadas tolerâncias em nome de um progresso econômico sem vislumbrar a qualidade de vida desta e de futuras gerações. Fagúndez (2004, p. 583), entre outros autores, já relata este fato de maneira muito clara e não se pode deixar de lado tal crítica. Nos comentários desse autor, a questão principal é que no sistema somente operamos com as categorias do lícito e ilícito e a inclusão da conduta humana em um ou outro compartimento depende do aplicador. A inclusão da conduta ilícita no campo do lícito pode provocar uma tolerância insustentável, sendo causa de ecocídios.

O Direito Ambiental deve ainda ter como objeto de estudo não o ambiente natural, a fauna ou a flora, mas sim, a própria vida, vez que é em torno dela que todas as outras coisas subsistem, por isso defendemos aqui a necessidade de se repensar todas as manifestações e formas de vida, a exemplo do que sugere Grün (1996, p. 35) quando propõe a superação da ética antropocêntrica. A vida é aqui considerada com todos os seus elementos, físicos, químicos, biológicos, de todos os seres, humanos ou não, presentes ou as formas de vida futuras, incluindo ainda as formas não vivas que compõem substrato fundamental para a manutenção dos seres vivos.

O Direito Ambiental é recente, estando ainda em processo de adequação. Nesse sentido, é interessante ressaltar que há um grande diferencial entre *defesa dos bens ambientais* e o *Direito Ambiental*¹⁷. Nos ensinamentos de Rodrigues (2005, p. 89) os *bens ambientais*, tais como a água, fauna, flora, ar, etc., por muito tempo já foram e continuam sendo objeto de proteção jurídica. Por serem quase sempre

¹⁷ Rodrigues (2005, p. 88-104) procura dar uma melhor distinção entre as três fases do que chamamos atualmente de Direito Ambiental, em que a simples tutela de bens ambientais não podem ser consideradas como Direito Ambiental, distinguindo-se a primeira fase como sendo aquela que havia uma concepção meramente econômica de forma egoística e de interesse privado, ou seja, a preservação do bem ambiental que tinha um “dono” e que deveria ser preservado para manutenção do poder econômico deste proprietário. Na segunda fase denominada pelo autor de fase sanitária, a manutenção dos bens ambientais ainda tinham o cunho egoístico e privatista, mas agora com contornos de preocupação à proteção da saúde humana e finalmente a terceira fase, temos a proteção dos bens ambientais em si mesmo considerados com uma mudança ético-jurídica de alteração de mudança de comportamento social.

vistos como bens economicamente considerados, essa primeira fase foi denominada como “fase econômica da proteção dos bens ambientais”. Em algumas situações, quando ligados à proteção da saúde do homem, configurou-se a denominação de *sanitarismo ambiental*. O Direito Ambiental, por sua vez, é uma fase mais atual que se ampara na mudança do paradigma ético-jurídico, que tem por fim a transformação do modo de ser do indivíduo e da sociedade, de forma a garantir uma valoração de todas as formas de vida, numa tendência evidentemente biocentrista¹⁸.

O Direito se forma a partir de fontes formais ou materiais. O tema das fontes geradoras do Direito é bastante extenso, de forma que vale acentuar aqui apenas que na sua fase de desenvolvimento atual o Direito está consolidado em Leis, normas Constitucionais e jurisprudências que lhe dão a formalidade, mas que dependem da materialidade em que foram sedimentadas de maneira lógica. Dessa forma, toda norma jurídica provém de um dado social concreto, de um discurso ligado a fatos sociais. De acordo com Rodrigues (2005, p. 108), “pode-se dizer, seguramente, que as normas jurídicas nada mais são do que recortes abstratos dos fatos sociais valorados pelo legislador”.

Para melhor caracterizar o que são fontes materiais e formais do Direito tomamos a lição de Sirvinkas (2006, p. 38)

Como qualquer outro ramo do Direito, as fontes podem ser material ou formal. *Fontes materiais* são aquelas provenientes de manifestação popular (individual ou coletiva), por meio das descobertas científicas e da doutrina jurídica nacional ou internacional. *Fontes formais* são aquelas decorrentes do ordenamento jurídico nacional, ou seja, da Constituição Federal, das leis infraconstitucionais, das convenções, dos pactos ou tratados internacionais, dos atos, normas e resoluções administrativas, da jurisprudência, etc.

Por conseguinte, tal qual a Educação Ambiental, o Direito Ambiental têm princípios que se desenharam através de um processo histórico que delineou concepções e discursos próprios, o que tentamos resgatar na seqüência.

¹⁸ Tomamos aqui os ensinamentos de Junges (2004, p. 23) ao se referir sobre biocentrismo como “os biocêntricos referem-se a deveres diretos e não apenas indiretos para com o meio ambiente, são críticos das posições antropocêntricas, postulando um valor intrínseco para a natureza e rejeitando uma diferença de tratamento entre seres humanos e não-humanos.

1.2.2.1 Direito Ambiental na Monarquia e no período Pré-Republicano

Sendo o Brasil colônia de Portugal nossa legislação era a mesma de lá, o que significava um grande avanço para a época, valendo lembrar que foi em Portugal que se deu o primeiro Código Legal Europeu, concluído no ano de 1446.

Em Portugal vigorava as ordenações Afonsinas, editadas por Dom Afonso V, baseado principalmente no Direito Canônico e Romano, onde constava a proteção das árvores frutíferas, tipificando a não proteção como crime de injúria contra o rei. Evidentemente, essa coerção revelava muito mais uma proteção da propriedade da Coroa do que propriamente das árvores. Nas ordenações Manuelinas (*Rey Dom Manuel*) houve a proibição da caça de certos animais com instrumentos que causassem muita dor e sofrimento, foi coibida a comercialização de colméias sem a devida preservação das abelhas e a penalização pelo corte de árvores frutíferas com o degredo para o Brasil.

Conceitos de poluição já são encontrados nessas ordenações, vez que vedavam a qualquer pessoa sujar as águas de rios ou lagoas. A proteção à fauna também foi definida, no sentido de que a morte de animais por “malícia” era punida com degredo definitivo ao Brasil.

Livro V, Título LXXXVIII, § 6º: E defendemos que pessoa alguma não pesque em rios nem em lagoas de água doce com rede, covaões, nassas, tesões, nem por outro algum modo; nos meses de março, abril e maio, somente poder-se-á pescar à cana com anzol”.

Livro V, Título LXXVIII: “E a pessoa que matar besta, de qualquer sorte que seja, ou boi ou vaca por malícia, se for na vila ou em alguma casa, pague a estimação em dobro, e se for no campo, pague em tresdobro, e todo para o seu dono: e sendo o dano de quatro mil réis, seja açoitado e degredado quatro anos para a África. E se for de valia de trinta cruzados e daí para cima, será degredado para sempre para o Brasil.” (WAINER, 1991, p.22)

Evidente que esta legislação antiga é inadequada para um pensamento atual, pois deixa de lado o caráter de bem comum do meio ambiente e a introdução da sociedade na proteção Ambiental. Não perde, porém, seu valor histórico pela inovação que representou à época, mesmo que carecendo de efetividade para a verdadeira proteção ambiental.

Bem certo que no contexto histórico as ordenações foram um embrião jurídico para futuras ações governamentais, mas o que se viu foi o interesse particular e comercial da nobreza, em detrimento do interesse nacional. Algumas atitudes merecem informes, como as leis de proteção ao Pau-brasil e ao corte de árvores frutíferas. Não obstante, no Brasil o que ocorreu foi o crescimento de

monoculturas, caso da cana-de-açúcar e a destruição inadvertida da natureza nas mais diversas ações de exploração econômica.

Nesse período, vozes isoladas tentaram se levantar a esse respeito, mas não ecoaram como deveriam, como a de José Bonifácio de Andrada e Silva em sua obra *Projetos para o Brasil* como nos descreve Milaré (2005, p.137):

José Bonifácio chamou atenção, até com veemência, para a depredação do solo pátrio e das suas riquezas, previu a desertificação *como os páramos da Líbia*, a erosão devida a tantas causas; acentuou a precariedade do que hoje chamamos de recursos naturais renováveis. Naquele mesmo século, algumas dezenas de pensadores e escritores alertaram o país para a degradação do seu mundo natural; inclusive, alguns deles associavam tal calamitoso estado de coisas à economia escravagista.” (grifo do autor)

Outro nome que deva ser lembrado dessa época foi de Joaquim Nabuco, que além de abolicionista foi defensor do meio ambiente, tomado na ocasião como patrimônio ambiental.

1.2.2.2 Legislação ambiental na República até o final do ano de 1960

Nesse período da história brasileira vemos claramente o aspecto já descrito acima, de uma legislação voltada para os *bens ambientais*, ocorrendo assim uma visão privatista da natureza, fragmentando-a e lhe conferindo um papel de mero recurso. Há, numa primeira fase do Direito, uma ênfase maior ao significado econômico do bem e depois na função de proteção da saúde do homem, mas sempre com claro pressuposto antropocêntrico.

Na primeira metade do século XX a regulamentação legislativa era sempre de preponderância economicista, sendo colocada em segundo plano a questão da poluição e degradação, não sendo sequer cogitado o fator social neste momento. Como principais eventos no campo dessa fase destacamos: Código das Águas e do Código Florestal (1934) criação do Parque Nacional do Itatiaia (e Legislação de proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937) Código da Pesca (1938) e Código de Mineração (1940), além do Código Civil Brasileiro de 1916 que vigorou até final do século XX, que continha uma visão absolutamente privatista em todos os aspectos e não poderia fugir à regra na questão ambiental. (SOUZA, 2000, p.280-281)

Na segunda metade do século XX a temática da legislação ambiental tende para a proteção dos *bens ambientais*, agora com enfoque mais sanitarista, ou seja, de proteção à saúde humana, principalmente com o controle dos diversos tipos de poluição, mas ainda ancorado no paradigma ético antropocêntrico, como sinteticamente avalia Grün (1996, p.35): “o sujeito é o cogito e o mundo, seu objeto”.

Ainda não encontrava guarida na legislação o enfoque holístico, pois este, na visão da época, era diametralmente oposto ao caráter utilitarista e economicista liberal pretendido, mesmo que disfarçado de uma legislação protetora da saúde humana, pois como bem nos relata Rodrigues (2005, p. 95), “o direito à saúde, não se confunde com o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”. Dentre as Leis ambientais nesse período destacamos: Lei de Proteção à Fauna (1967), Novo Código Florestal (1965) Novo Código de Mineração (1967).

1.2.2.3 Legislação ambiental a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Estocolmo 1972

Sob influência do que ocorria no mundo em se tratando da questão sobre a crise ecológica e principalmente da influência da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Estocolmo 1972), a legislação ambiental no Brasil toma uma nova tendência. Surgem os primórdios de uma política ambiental que apontava para uma gestão com interfaces na atividade produtiva, desenvolvimento industrial, considerando o bem estar e a saúde humana, mas ainda sem considerar uma crítica ao modelo de produção capitalista. O Decreto Lei 1.413/75¹⁹ e o Decreto Complementar 76.389/75 são exemplos desta característica, pois dispunham sobre controle de poluição ambiental em geral, com uma visão meramente sanitarista de ambiente.

A Lei de Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) foi considerada por muitos como o início propriamente do Direito Ambiental no Brasil, pois anteriormente a ela só havia a mera proteção jurídica dos ditos *bens ambientais* já mencionados anteriormente, e é nesta lei que se considera o Direito Ambiental como

¹⁹ BRASIL DECRETO-LEI Nº 1.413, de 14 de agosto de 1975. Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais. Diário Oficial da União, Brasília, 1975. p.113.

um direito próprio e autônomo (Rodrigues, 2005). Para Souza (2000, p. 278) ela é considerada como “um divisor de águas”.

É nesta lei que se estabelece uma política com princípios, conceitos e procedimentos sobre o meio ambiente. Por ela é que se deu uma boa base para se elevar a questão ambiental ao *status* constitucional, vez que nas Constituições anteriores o meio ambiente sempre foi tratado de maneira secundária e sem uma sistematização adequada. Somente na Carta Maior de 1969 (emenda de 1967) é que a palavra ecológica foi utilizada, mas ainda assim para se referir à função agrícola das terras (art. 172 Constituição Federal de 1969).

Na referida Lei, além de se dispor sobre os objetivos e procedimentos relacionados ao meio ambiente, ainda se criou o SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente), que através disto estabeleceu a criação do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), órgão superior, e o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis), órgão executivo.

Evidente que só a criação de órgãos públicos não confere a implementação legislativa e a mudança no comportamento social, mas a sistematização em Lei e a elevação de norma comum à norma constitucional facilitaram a tutela do Meio Ambiente no Brasil que, diga-se, entre os países ditos em desenvolvimento, é o que tem a política ambiental mais antiga e consolidada, como nos lembra Souza (2000, p. 274): “ o caso brasileiro apresenta também a característica de que as políticas ambientais são mais antigas e mais consolidadas do que na maioria dos países em desenvolvimento, mas ao mesmo tempo são posteriores às dos países desenvolvidos...”.

Uma das maiores dificuldades, segundo Souza (2000), se não a maior, sobre a implementação e estudo do Direito Ambiental é sua característica heterogênea de tutela e a esparsa distribuição da legislação. A primeira característica tem como reflexo de sua complexidade, a necessidade de conhecimento multidisciplinar na compreensão dos problemas, uma vez que o isolamento e compartimentalização comum do Direito clássico não dão conta de resolver questões de natureza socioambiental.

A crise ecológica deverá se levada a sério. As políticas públicas ambientais implementadas pelo Poder Público, embora superficiais, contribuem para que haja um aumento da consciência coletiva de preservação da natureza. No mesmo diapasão, o ordenamento jurídico, em que vige a leitura exegética ou dogmática de normas. Há necessidade de uma nova leitura. Deve o profissional do direito se perguntar não só o porquê de determinado texto, que diz algo, não só perquirir-se sobre o que ele diz, mas também, questionar por que ele não diz algo (FAGÚNDEZ, 2004, p.583).

A segunda característica citada por Souza refere-se ao modelo de microsistematização²⁰, pois a dimensão ambiental ainda é formada por um grande número de leis e regras que configuram um emaranhado ainda não organizado pelo Direito nos moldes do Direito clássico. Essa condição, no entanto, não é exclusiva da legislação nacional.

Todavia, não se pense que este seja um problema setorizado e restrito ao nosso país, mas existe na maioria dos países, tendo em vista o fato de que, por ser uma ciência recente, de objeto antigo e multidisciplinar, o tratamento de seus aspectos era feito de modo mediato e heterogêneo (RODRIGUES, 2005, p.58)

Na história da evolução do Direito Ambiental ainda passamos pela sua implementação na Constituição Federal de 88 e pela Legislação complementar após a Constituição, como é o caso da Lei da Águas 1997 e a Lei de Crimes Ambientais de 1998.

Na década de 1990 a formação de leis e regulamentos não tem o mesmo ritmo que a década anterior, mas o que se verificou foi um aprofundamento nos estudos e formação de massa crítica com disponibilização de material de leitura sobre o tema, de forma que novos pensamentos e tomada de posições são marcadas. O que temos hoje em dia, é que nada que se produz em matéria legislativa e até mesmo sobre outras áreas da ciência, deixa de refletir a questão da necessidade de um ambiente ecologicamente equilibrado. Para isso, mesmo que apresente ainda dificuldades inerentes a sua implementação, o Direito Ambiental não pode deixar de ser visto como importantíssimo para a pretensão de se obter um novo paradigma de meio ambiente com inclusão social.

²⁰ Tomamos o termo micro sistematização para referir-se a união em um dado código de leis, ou conjunto de Leis, que versam sobre um mesmo tema, é a fragmentação do Direito para uma especialização na procura de soluções mais rápidas. São códigos especializados que se vão relacionar entre si, cabendo ao grande código traçar os parâmetros mais abrangentes e mais gerais. Exemplos são: o Código de Defesa do Consumidor, a Lei Falimentar, Estatuto da Criança e do Adolescente, etc. (comentários do autor).

Nosso momento atual é definido como uma fase de concretização do Direito Ambiental. A criação de vários órgãos do Poder Público (Ministério Público Federal, Ministérios Públicos Estaduais, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, etc.), como também de entidades da sociedade civil organizada, caso da Comissão do Meio Ambiente pela OAB, Pastoral da Terra pela Igreja Católica, entre outros, dão a tônica da consolidação desse direito.

Certo é que a eclosão da crise ambiental fez o Direito voltar a uma nova reflexão, tendo sido necessário passar por uma mudança interna e assumir um novo papel; ao Direito Ambiental já se encontra com status de disciplina especializada e “Direito adulto” nos dizeres de Milaré (2005, p.174)

Pode-se afirmar, sem medo de errar, que, no Brasil, o Direito do ambiente é na realidade um “Direito adulto”. Conta ele com princípios, com assento constitucional e com um regramento infraconstitucional complexo e moderno. Além disso, tem a seu dispor toda uma estrutura administrativa especializada entre os aparelhos do Estado, além de instrumentos eficazes de implementação.

Considerando que a complexidade dos problemas ambientais não terá soluções pela simples presença das atuais leis ou de sua exegese, faz-se necessário ter uma perspectiva de transcendência do modelo positivista e dogmático do atual Direito. O debate ambientalista interdisciplinar deverá auxiliar na construção de um novo modelo de implementação do Direito, principalmente tendo em sua vanguarda o Direito Ambiental, com visão humanista e não humanitária, holístico, fundamentado na ética ambiental, democrático e participativo, para a construção de indivíduos e sociedades emancipadas. Para tanto é primordial ao Direito Ambiental a simbiose da interdisciplinaridade:

O Direito Ambiental caracteriza-se pela sua interdisciplinaridade, ou seja, depende de conceitos e conhecimentos de outras ciências, como ecologia, botânica, química, engenharia florestal, etc. só pelas informações técnicas fornecidas por essas ciências é que se poderia proteger em juízo o meio ambiente. (SIRVINKAS 2006, p.32)

1.2.2.4 A evolução das concepções e dos fundamentos do Direito Ambiental

A concepção antropocêntrica ainda marca o discurso do Direito Ambiental. No entanto, não se pode deixar de observar que as razões sociais influenciam fortemente o processo de formação do Direito, com mais força principalmente nas últimas décadas. É nesta realidade social dinâmica refletida na política, economia,

sociologia e demais demonstrações culturais, que o Direito se vê obrigado a dar guarida, pois é função do Estado.

O fator econômico é uma fonte material inegável que influencia a criação e desenvolvimento do Direito Ambiental. A economia influenciou de tal maneira a constituição deste campo e se consagrou em norma Constitucional (art.170, VI), a qual traz o princípio de defesa do meio ambiente para a ordem econômica, o que significa que mesmo sem levar em conta uma visão mais holística, a economia teve que iniciar um repensar sobre o meio ambiente. Nesse sentido, Rodrigues (2005, p. 110) relata:

Portanto, até para assegurar a sua existência a Economia precisou revisitar seus conceitos acerca do meio ambiente. Se por um lado o seu fim não é altruísta e nem solidário, por outro lado também não poderá negar a necessidade imperiosa de mudança de concepção para manutenção de um mínimo de organização econômica.

O fator natural, ou fenômenos ambientais naturais têm exigido do legislador um olhar mais atento para as questões relativas ao Direito Ambiental. É claro que tais fenômenos da natureza são influenciados fortemente pela exploração do homem, mas que de certa forma dão uma emergência ambiental que exige soluções jurídicas formais. Exemplo disto se dá pela sobretaxação de tarifas de energia elétrica sob pretexto de “seguro contra apagão”; cobrança de utilização de água em residências e indústrias em poços artesianos ou não, sob alegação de que o que é atualmente cobrado é somente saneamento da água e não o seu uso.

A influência moral é, sem dúvida, de uma grande fonte material do Direito. Nas considerações sobre moral, ética, ética ambiental e ética religiosa, tem-se apontado a tradição judaico-cristã como influenciadora negativa, pois procurou um modelo antropocêntrico e egoístico de prevalência do homem em relação à natureza, o que discutiremos melhor mais adiante quando tratarmos das diversas correntes éticas em relação à ética ambiental.

Mas não se pode deixar de analisar que nenhuma religião - ocidental ou oriental, atual ou passada - foi criada e desenvolvida sem a ligação com a política, a economia e a força, em suma, com o poder. Mas é pela crítica à moral, à ética e, portanto, à religião vigente que se pode partir para a construção desta nova ética ambiental que certamente é fonte do Direito. Sobre isso, Rodrigues (2005, p. 114) considera:

Se hoje se põe em xeque e não poupam críticas ao papel da religião na formação da crise ambiental, não pode ser olvidado que é justamente a religião que pode se apresentar como um dos principais vetores na inversão da balança em favor da ética ambiental. Isso porque a religião lida com o *sagrado*, o *mítico*, com a *fé* dos indivíduos, tocando-lhes no que possuem de mais profundo, e incutindo-lhes uma série de regras morais que transformam-se em deveres éticos.

Na análise de tais modelos é possível verificar uma forma imperativa que ainda não atende ao princípio de ação libertária e emancipatória do indivíduo.

Outra fonte material do Direito Ambiental são os movimentos sociais. Evidente que inúmeros movimentos foram e são influenciadores em medidas diferentes da produção legislativa referente a meio ambiente. Importante ressaltar que tais movimentos, independente de sua amplitude, pressionam o legislador e o poder executivo de maneira mais direta que o judiciário. Os princípios e idéias veiculados nesses movimentos sociais, quando incutidos pelo poder público, passam a fazer parte de políticas públicas e, portanto, integram a legislação.

Entre outras tantas formas de fontes materiais, destacamos também a doutrina, que é a literatura especializada numa dada área e que, no linguajar jurídico, representa a forma como os textos produzidos auxiliam o “doutrinado” a se libertar e ter autonomia, por mais paradoxal que seja a utilização deste termo. Em Direito, a aplicação do termo “doutrina” é definida pelo dicionário Houaiss²¹ como: “conjunto de idéias, opiniões, conceitos que os autores expõem e defendem no estudo e no ensino do direito, os quais servem de sustentação para teorias e interpretações da ciência jurídica; norma interpretativa que a jurisprudência tende a seguir na aplicação de uma lei”. Neste sentido, a doutrina é primordial para aplicação de uma Lei, pois a aplicação reiterada de um julgado, formando a jurisprudência, é resultado da repetição de leituras doutrinárias que convenceram o julgador de maneira sólida.

No que diz respeito às fontes formais temos as normas constitucionais e que todas as demais leis esparsas devem ter seus princípios vinculados a ela, sob pena de serem consideradas inconstitucionais e excluídas do mundo jurídico. Sobre as normas constitucionais é importante ressaltar que o liberalismo abandonou por completo o Estado Social e que o Direito Ambiental é um ressurgimento desse novo paradigma de Estado, com visão social, humana, holística e solidária. Portanto, as

²¹ <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=do> Acesso em : 07 de junho de 2008 .

normas constitucionais formam uma mudança em princípios diferentes daqueles já colocados anteriormente e que se entendiam como dogmas imutáveis, mas que aos poucos são colocados à prova e rompem-se.

Certamente que o direito Ambiental é um dos reflexos dessa nova ordem. Esta disciplina brota exatamente na rachadura causada pela mudança de paradigma, e, seus princípios, bem, seus princípios florescem justamente dessa nova ordem principiológica que estabelecem a necessidade de o Estado intervir para reequilibrar a desigualdade gerada pelo liberalismo. Não se trata de restabelecer uma desigualdade puramente econômica, mas sim a desigualdade que daí decorre. É a desigualdade mais básica, como direito à vida, saúde, meio ambiente, lazer, etc. Esses novos direitos, que deveriam ser velhos, florescem nessa atmosfera de Estado Social. (RODRIGUES, 2005, p.129) (grifo nosso)

As Leis, como outra fonte formal do Direito Ambiental, são todas aquelas normas de sentido geral e abstrato produzidas por um poder legislativo, qual seja, municipal, estadual ou federal, que dão características de *leis formais*, vez que foram atendidas certas condições na sua criação. Já as *leis de caráter material*, são as normas gerais e abstratas que não foram criadas em processo legislativo, pois foram criadas em órgão administrativos, tais como medidas provisórias, regulamentos, portarias, decretos, etc.

E, por fim, a jurisprudência no âmbito do Direito Ambiental, que é o entendimento uniforme sobre dado tema que o poder judiciário sedimenta; é pela jurisprudência que se refletem as alterações sociais sobre a interpretação da letra da lei, dando concretude ao que a lei relata como abstrato. Exemplo disto é a função social da propriedade, que pela jurisprudência este conceito sofreu modificações ao passar do tempo sem alterar em nada na letra da lei. Daí então a necessidade de se repassar, mesmo que rapidamente, pelo já realizado em matéria de legislação no passar do tempo no Brasil, para que aquilo já descrito acima tenha mais materialidade.

Na evolução histórica das relações sociais a preocupação ambiental passou a ser considerada em Constituições mais recentes. Países europeus como Suíça, Bulgária e Alemanha, já vinham apresentando algumas medidas para proteção da fauna e flora, mas sempre com visão preservacionista com fins econômicos, ou seja, antropocêntricas.

A Constituição de Portugal (1976) estabelece que “todos têm direito a um ambiente de vida humana, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”. De molho semelhante à Constituição Espanhola de 1978 (Art. 45) afirma que “todos têm o direito a desfrutar de um meio ambiente adequado para o

desenvolvimento da pessoa, assim como o dever de conservá-lo". Na América do Sul, a Constituição de 1981 do Chile, também prevê o tema relacionado ao meio ambiente, com dever de preservação e direito de viver em ambiente livre de contaminação. Mas no período histórico dos anos 70 e 80 todas as Constituições vêem o meio ambiente ainda separado do ser humano e quando dele se aproxima é com caráter utilitarista. (SILVA, 1995, p. 23-25).

Em nosso país a Constituição de 1988, foi a primeira a tratar deliberadamente sobre a questão ambiental. Somente na Constituição de 1969 é que o termo ecologia foi usado para se referir a terras cultiváveis, tema este já citado anteriormente. Na atual Carta Maior, foi dedicado um capítulo ao Meio Ambiente, além de inúmeros artigos permeando o texto constitucional, relacionando-o com temas fundamentais da organização do Estado.

O momento histórico da formação desta Constituição é a soma da abertura democrática internamente falando, em que a nação buscava a construção de um futuro que refletisse as conquistas históricas e, externamente ao país, o mundo vivia um momento sensível às questões ambientais, culminando numa Constituição social e com novas visões ambientais.

No Direito Ambiental Constitucional várias ações são elevadas ao *status* Constitucional, incluindo vários princípios que já estavam no ordenamento jurídico, mas que agora recebem força constitucional, fazendo com que todas as demais leis, inclusive as Constituições dos Estados-Membros incorporem tais preceitos. Dentre algumas destas normas podemos destacar com base em Souza (2000, p.296):

A preservação da diversidade e integridade do patrimônio genético e a fiscalização de entidades dedicadas à pesquisa dessa matéria; a definição de todo o território nacional de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos; a exigência e publicação de estudos de impacto ambiental para a instalação de obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa poluição; a promoção da educação ambiental em todos os níveis; o controle da produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que possam causar risco à vida, à qualidade de vida e ao meio ambiente; e à proteção da flora e fauna.

Nesta esteira passamos a demonstrar que a questão ambiental na Constituição de 88 não ficou adstrita ao art. 225 como muitos crêem. Em todo o texto constitucional há referências explícitas ao meio ambiente, é o caso dos: art. 5, LXXIII que dá poderes a qualquer cidadão para propor ação popular que vise anular efeito deletério ao meio ambiente; art. 20, II, que considera bens da União as terras devolutas que são indispensáveis à preservação do meio ambiente; art. 23 que

demonstra a competência da União sobre o meio ambiente; art.24, VI, VII e VIII, que confere competência da União sobre legislação em matéria ambiental; art.91, §1º, III, que dá as atribuições ao Conselho de Defesa Nacional nas áreas de preservação ambiental; art. 129,III, dá funções ao Ministério Público para promoção de ações relativas ao meio ambiente; art. 170, VI, coloca a proteção do meio ambiente como princípio da ordem econômica; art. 173, §5º, responsabiliza os dirigentes de empresas quando não atenderem ao princípio do art. 170, VI; art.174 § 3º, que determina que o Estado favorecerá a atividade garimpeira, com a devida proteção ambiental; art.186, II, trata sobre a função social da propriedade rural com observância da proteção do meio ambiente; art. 200, VIII, que considera a proteção ambiental no meio ambiente do trabalho; art. 216, V, trata dos sítios ecológicos como patrimônio cultural; art. 220, §3º, II dá competência à Lei federal na proteção à família de práticas e serviços prejudiciais ao meio ambiente; além do art. 225 já descrito, temos o art. 231 §1º que trata das terras indígenas como imprescindíveis para a preservação ambiental.

É evidente que a pura e simples presença no texto constitucional ainda não é suficiente para a alteração da relação do modo de vida humano e a natureza, mas já é um passo importante. Tão ou mais importantes são as referências implícitas da questão ambiental em nossa Constituição, quer seja restrita a um setor ou a um recurso ou diluídas em uma teia, de tal sorte que nada em matéria de desenvolvimento tecnológico, construção civil, produção de bens e serviços, comércio interno ou externo, educação, saúde, etc.

No que se refere ao Direito Ambiental posto em nossa Constituição, é evidente que uma reflexão profunda sobre o tema não se comportaria neste trabalho. O que se quer aqui demonstrar é que o meio ambiente foi incluído na Constituição por uma série de fatores e suas referências são necessárias para compreensão da comunicação a qual deva existir entre as várias áreas do conhecimento, principalmente entre os Educadores Ambientais e os profissionais da área do Direito Ambiental.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTOS ÉTICOS COMUNS NO DISCURSO E NA NORMATIZAÇÃO

A ÉTICA COMO ELEMENTO GENÉTICO DO DISCURSO AMBIENTAL

**PROBLEMATIZAÇÃO DA ÉTICA E DOS PRESSUPOSTOS INCORPORADOS NO
DISCURSO AMBIENTAL**

**SISTEMATIZAÇÃO DOS ELEMENTOS CENTRAIS DOS DOCUMENTOS OFICIAIS E
DAS OBRAS**

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS ÉTICOS SISTEMATIZADOS

CAPÍTULO II. FUNDAMENTOS ÉTICOS COMUNS NO DISCURSO E NA NORMATIZAÇÃO

2.1 A ÉTICA COMO ELEMENTO GENÉTICO DO DISCURSO AMBIENTAL

O debate em torno das questões ambientais tem suscitado as mais amplas margens de indagações nas mais diversas áreas. Economia, sociologia, política, medicina, geografia entre tantas outras apresentam seus pareceres e discursos, mas é importante que se pergunte o que se tem em comum e o que realmente é necessário para se ter uma discussão mais profunda sobre o tema ambiente. Em outros termos, a questão urgente que se coloca para os profissionais dessas diferentes áreas é se e como a sociedade tem obtido respostas ao desafio de enfrentamento dos problemas socioambientais.

Essa questão fundamental encaminha qualquer discussão sobre questões ambientais ao campo da ética, uma vez que todos os possíveis caminhos para mudanças necessárias demandam uma renovação dos valores que permitiram às sociedades modernas chegar acriticamente às condições atuais.

Vivemos em um momento em que as degradações socioambientais são evidenciadas com maior velocidade, desenhando uma já enunciada crise planetária em todos os níveis. Tal crise se revela tanto na dimensão biofísica do ambiente quanto na social. Na primeira, destacam-se impactos como o aumento da poluição física e química do ambiente, contaminação radioativa, introdução de organismos geneticamente modificados na natureza produzindo o que se denomina poluição biológica. Na dimensão social a consequência de maior destaque talvez seja a acentuada exploração do homem pelo próprio homem, oportunizada pelo modelo de progresso, centrado na racionalidade tecno-científica e na maximização da produção e do consumo. Tal modelo tem como resultados os grandes índices de exclusão social, o aumento da miséria dos povos e a separação homem/natureza pautado no modelo tecnicista entre outros motivos.

Ao mesmo tempo em que parecem ficar mais claras as posições sobre conceitos relativos à questão ambiental, surgem novas posturas, não significando, porém, que elas são pacíficas e de fácil aceitação. Tais posturas são ditadas pelas diferentes formas de se ver o mundo, que são influenciadas pelas diversas culturas e modos de vida dos povos. É nesta complexidade de relações humanas que se faz

necessária a discussão ética, para a busca de soluções aos diferentes embates que a questão apresenta.

Com o fortalecimento do modelo fragmentário e tecnicista fundamentado na racionalidade moderna, criou-se no passar dos séculos, um modelo de separação ser humano/ambiente, pautado em uma postura imperativa, pela qual se justifica o uso insustentável dos bens naturais, em uma escala cada vez maior, para manter o modelo de sociedade consumista e competitiva.

Como já tem sido destacado no campo da Educação Ambiental, há dois aspectos importantes que se destacam dessa racionalidade derivada da modernidade clássica²², os quais merecem ser aqui retomado: a supremacia da razão analítica e o antropocentrismo. Esses dois aspectos podem ser entendidos como causas de uma progressiva dessacralização da natureza e um distanciamento do ser humano do mundo vivido, condições que trouxeram novas abordagens científicas, libertando o homem em definitivo das amarras teológicas dos tempos medievais.

Com estas diferentes formas de ver a relação do ser humano com o mundo, surgem novas concepções políticas, filosóficas e econômicas, resultando assim na revolução industrial com profundas alterações sociopolíticas, primeiro na Europa e depois se estendendo para o resto mundo. Na motivação dessas novas concepções, desenha-se o modelo das sociedades industriais capitalistas, onde o ser humano passará a ser, como exaustivamente denunciado pelos teóricos críticos, não mais que um elemento da lógica de produção e consumo, tornando-se, juntamente com a natureza, objeto de dominação e exploração.

Habermas, na obra *Técnica e ciência como ideologia* trata da forma como a racionalidade moderna passa a significar o fundamento da deterioração da condição humana nos modelos de produção: “essa racionalidade estende-se apenas às situações de emprego possível da técnica e exige, por isso, um tipo de ação que implica dominação quer sobre a natureza ou sobre a sociedade” (HABERMAS, 1968, p.46).

²² No discurso ecologista e no campo da educação ambiental esse fundamento epistemológico é citado recorrentemente como pensamento cartesiano. O modelo de progresso fundamentado na ciência e na técnica é visto como um desdobramento da filosofia de Descartes. No presente trabalho, quando for preciso nos referir a esse momento da história do pensamento humano onde a visão analítica do mundo ganha projeção, dando espaço ao domínio da razão tecno-científica, usamos a denominação de modernidade clássica, compreendida como os movimentos do século XVII e XVIII.

O mesmo pensador, na obra *O discurso filosófico da modernidade*, cita como características dessa racionalidade moderna: a perda de espontaneidade das tradições; a universalização de normas de ações; a generalização de valores e a formação de identidades abstratas do eu e, por consequência, da individuação (HABERMAS, 1987, p.4). É evidente que esses aspectos estão profundamente inter-relacionados, valendo destacar que o processo de individuação avançará para um afastamento do ser humano dos espaços da coletividade, dando vazão a uma postura individualista que julgamos ser hoje um dos maiores entraves à efetivação do discurso da sustentabilidade.

A idéia individualista vende a concepção de uma quase religião capitalista em que o homem passa a ser o centro de tudo e cultua o acúmulo de bens, resultando uma crescente privatização dos bens públicos, incluindo os naturais. Isso pode ser visto tanto na expansão das atividades industrial e agroindustrial, além dos abusos na apropriação do espaço nos grandes centros urbanos, com todos os problemas advindos da expansão imobiliária descontrolada. É evidente que a grande maioria da população planetária é excluída deste modelo, produzindo-se uma insustentabilidade socioambiental retro-alimentada pelos argumentos individualistas de defesa da sobrevivência ou do bem-estar próprio.

É importante apontar, no entanto, os movimentos já realizados no sentido de superação dessas condições. As considerações desses movimentos, não obstante, precisam ser vistas sempre como um processo em formação, de forma que muitas das mudanças evidenciadas ainda se limitam à dimensão discursiva e projetiva, fase indispensável a qualquer evolução da prática.

Apesar da crença progressista na ciência e na tecnologia com o modelo de desenvolvimento pautado na exploração da natureza, surgiram ao longo dos últimos séculos, alguns posicionamentos críticos, entre os quais se destaca inicialmente o movimento romântico europeu, com característica preservacionista especialmente nos seus primórdios, que foi se amadurecendo e passou a questionar o projeto moderno de compreensão de dominação da natureza.

As dúvidas, paradoxos, incertezas e outras maneiras de tentar explicar novos fenômenos naturais ou artificiais, levaram também a ciência para outros caminhos. Podem ser exemplos disso as reflexões desenvolvidas por Prigogine & Stengers (1991) que consideram que as descobertas observadas em experimentos em que não as tinham como objetivo específico deveria ter outro enfoque

explicativo, como exemplo a instabilidade das partículas elementares e estruturas de não equilíbrio, o que serviram para repensar o modelo da física clássica e buscar uma nova visão de mundo sobre tais coisas. Nos dizeres de Reigota (1995. p, 16), “a nova aliança é uma escuta poética da natureza, reintegrando o homem no universo que ele observa”. O qual considera que, na mudança deste paradigma entre pensamento clássico e contemporâneo deve haver outra perspectiva filosófica em relação às descobertas científicas, propondo assim um rompimento do monólogo do cientista que desvenda as leis do universo, para um diálogo entre ser humano e natureza, abandonando “a tranqüila quietude de já ter decifrado o mundo” (*id.*, p.18).

É necessário, portanto, que os pressupostos éticos da relação ser humano-ambiente sejam desenhados não sobre uma lógica imperativa do ser racional *sobre o mundo*, mas sobre uma lógica de interação do ser humano *com o mundo da vida*. Como diz Guattari (1995. p, 17), “não basta pensar para ser, como proclamava Descartes”. A complexidade do momento favorece a construção de novas maneiras de vivenciar os diversos contextos em que o homem vive (família, sociedade, *polis*, trabalho, etc.). A reconstrução do sujeito ético e solidário é o objetivo de uma educação estética e crítica, que recoloca o ser humano no mundo vivido e no seio de uma sociedade que justifica sua existência e seu modo de viver.

Nesse sentido, a ética ambiental não poderá ser aquela reduzida às normatizações, geralmente centradas num argumento de sustentabilidade de reproduz a ingênua concepção do poder da ciência e da técnica para o enfrentamento de todos os problemas futuros. Ela precisa partir do ponto central desse modelo, que é na verdade o combustível que o alimenta: o ser humano e o sentido que ele atribui a sua existência e a seu modo de viver. Sem trabalhar a alienação da condição humana na lógica progressista moderna não há ética ambiental efetiva.

Os discursos ambientais que vemos nas comunicações cotidianas revelam nitidamente essa promessa de tornar compatível o modelo de produção e consumo com técnicas ecologicamente adequadas. A expressão máxima dessa evidência é a expressiva expansão do empresariado verde nas últimas décadas, com suas promessas de sustentabilidade que mascaram o continuísmo das práticas exploratórias da natureza e do ser humano. Nesse contexto, as instâncias político-executivas baseiam-se em soluções fincadas no campo industrial e na busca de respostas tecnocráticas. Há, portanto, a necessidade urgente de se implementar

uma discursividade ética elevando-a como uma categoria de tal importância que passe a fomentar a percepção da relação e integração ser humano/natureza, de forma harmônica, equilibrada.

2.2 PROBLEMATIZAÇÃO DA ÉTICA E DOS PRESSUPOSTOS INCORPORADOS NO DISCURSO AMBIENTAL

2.2.1 Ética e moral no discurso ambientalista

Há um aspecto importante que permeia a diferenciação entre as correntes da ética ambiental. Em algumas delas a ética é tomada no sentido restrito do condicionamento moral e, em outras, há nítida distinção entre ética e moralidade.

Com relação a essa diferença, Marin (2004, 153) destaca:

O conceito de ética divergiu ao longo do desenvolvimento do pensamento filosófico, estando inicialmente associado a uma essência interior do ser humano, sobre o qual despertam ações autônomas e, num momento posterior, a um sentido modulador dessas ações, acoplando-se sólida e definitivamente à dimensão da moral. Essa última conceituação parece vigorar no senso comum contemporâneo.

A título de exemplo da primeira condição, no campo da Educação Ambiental, usa-se o apelo ao dever para com as gerações futuras na sua definição de ética ecológica. A ética ecológica tem como base a sobrevivência dos seres vivos e, como razão axiológica, os valores intrínsecos do homem e do meio ambiente. Embora essa visão de ética revele uma posição mais comprometida como direito à vida, reduz a discussão a um caráter instrumental, ancorado na moralidade, tanto quanto evoca o dever para com as gerações futuras.

A necessidade de se buscar uma “bússola moral” já caracteriza uma eticidade centrada na reprodução de valores e no cumprimento de normatizações. Marin (2004, p.156) contrapõe-se a esse modelo de eticidade, defendendo a necessidade de uma mudança efetiva da essência humana, e julgando ineficaz qualquer tipo de modelo moral imperativo.

O despertar dessa ética, que transcende os contextos morais vigentes e históricos, se dá num campo de profundas reflexões sobre a relação do ser humano com o mundo. [...] Nesse sentido, a educação ambiental talvez não deva ter seus discursos e códigos morais particulares, uma ética voltada para si, mas sim se comprometer definitiva e profundamente com a urgente transformação da educação, institucionalizada ou não (*id.*, 157).

A mesma autora apresenta considerações de Schopenhauer sobre a ética da compaixão, destacando a citação: “não podemos esperar da moral, nem em geral do conhecimento abstrato, a formação de nenhuma virtude autêntica; ela pode nascer apenas da intuição que reconhece num estranho o mesmo ser que reside em nós” (SCHOPENHAUER²³, 2001 *apud* MARIN, 2007^a, p.14). Complementa que “na condição ética que depende das ações coercitivas vinculadas às normatizações, é muito efêmera a verdadeira virtuosidade, de forma que na suspensão da lei, facilmente se destacam os comportamentos auto-centrados, egoístas e injustos” (MARIN, 2007^a, p.14).

Nesse sentido, a construção efetiva de um valor verdadeiro não passa pela coação, mas pela ação voluntária de um ser humano ligado em sua realidade. Essa idéia é apresentada por Marin (2007^b, p.117), quando discute a distinção entre ética e moralidade defendida por Quintás²⁴ (1992): o bem não é aprendido pelo sujeito moral, mas realizado em uma ação livre, uma aceitação voluntária, uma “imersão participativa do sujeito moral no âmbito do bem”. Os valores estabelecidos na relação identitária do sujeito com os âmbitos de vivência tornam-se parte de sua intimidade, o que garante a necessária postura de comprometimento.

Pelizzoli (2002, p.14), na obra *Correntes da ética ambiental*²⁵, também trabalha com a distinção entre ética e moralidade: “... usaremos puramente o termo ética – sempre distinto ou mais além da moral tradicional e forma de comportamento, regras e normatividade, códigos ou mesmo moralismo”.

Adotamos, pelo exposto no presente trabalho, a diferenciação entre ética e moralidade, entendendo que a primeira tem uma dimensão maior que a segunda, aqui adotada como a sistematização dos valores em vigência numa determinada sociedade na forma de normas e leis que devem mediar as ações humanas. A ética, por sua vez, diz respeito a uma formação de valores que parte da essência do ser humano, logicamente fundada na sua relação com os âmbitos de vivência.

²³ SCHOPENHAUER, A. O mundo como vontade e representação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

²⁴ QUINTÁS, A.L. Estética. TRad. Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

²⁵ A obra citada foi usada na identificação da classificação das éticas no campo ambiental, juntamente com a obra *Ética Ambiental*, de José Roque Junges, de forma que os dados que seguem sistematizadas estão, na maior parte do texto, nelas fundamentados.

2.2.2 Os resquícios da modernidade clássica

Já foi explicado anteriormente que a Educação Ambiental começou a ganhar espaço há pelo menos três décadas, promovendo intensas discussões e preocupações, derivadas de uma reflexão crítica do modelo pautado na revolução industrial ou científica e na conseqüente concepção mecanicista de mundo. Esse entendimento nos permite ler nas entrelinhas dessa concepção uma postura ética fundamentalmente antropocêntrica²⁶, alvo comum das críticas das várias correntes da ética ambiental.

No momento em que a ética antropocêntrica, que delineara em parte a relação do ser humano com a natureza em toda a história de existência da espécie, se instala como pressuposto máximo da natureza progressista dessa relação, ocorre a separação ou o abandono da visão organicista da natureza, em função de um mecanicismo gerenciado pelo homem. Nos dizeres de Milaré (2005, p.10):

Antropocentrismo vem a ser o pensamento ou a organização que faz do homem o centro de um determinado universo, ou do Universo todo, em cujo redor (ou órbita) gravitam os demais seres, em papel meramente subalterno e condicionado. É a consideração do homem como eixo principal de um determinado sistema, ou ainda, do mundo conhecido. Tanto a concepção quanto o termo provêm da Filosofia.

Interessante que o autor citado faz menção a “um determinado universo”, denotando assim, uma criação de um universo pretendido em que o “centro” firmado pela razão (*ratio*) é o atributo exclusivo do homem, constituindo-o como seu valor maior. Essa condição é também comentada por Grün (1996) que destaca o reforço da tradição judaico-cristã²⁷ em manter essa supremacia do ser humano sobre os demais seres.

O *paradigma cartesiano-newtoniano*, por sua vez, reafirma certamente a subjugação da natureza, vital para a confirmação do mecanicismo; coadunando-se

²⁶ Embora essa ética antropocêntrica seja recorrentemente tratada no campo como um legado do pensamento cartesiano, é importante considerar que, na verdade, ela é resultante de inúmeros fatores históricos, culturais e sócio-ambientais que caracterizaram a evolução da modernidade.

²⁷ Vale, no entanto, salientar outros marcos conceituais ao longo dos tempos sobre esta questão. Para *Aristóteles* (384-322 a.C.) o homem está no vértice da pirâmide natural; a interpretação (a nosso ver equivocada) do Livro do Gêneses capítulo 1 Versículo 28, em que o homem deveria ter a dominação sobre todos os seres da terra, foi radicalizada pela má interpretação do texto bíblico²⁷, reforçando a posição de prepotência do homem.

com o *racionalismo moderno* em que a ciência sofre uma autonomização, reforçando ainda mais a idéia da cosmovisão antropocêntrica.

A questão apresentada por Grün (1996, p.34-35) sobre o modelo antropocêntrico é muito bem explicada, considerando que Descartes utiliza a razão como dominante de algo que deva ser fragmentada, este “algo” é a própria natureza, vejamos:

O problema metodológico enfrentado por Descartes é o seguinte: se existe uma unidade da razão, deve haver algo que necessariamente não seja uno e, portanto, seja divisível. Este algo é o mundo, a natureza, tornada objeto da razão. A consequência disso é que a razão só pode legitimar sua autonomia como divisora do mundo físico. A razão cartesiana pressupõe a divisibilidade infinita do objeto. A indivisibilidade do espírito é a divisibilidade do objeto. (...) Se a razão é autônoma, a natureza não pode sê-lo. Então a natureza precisa ser dominada. A questão é simples: como posso dominar alguma coisa da qual faço parte? A resposta é que não posso; consequentemente, não posso fazer parte da natureza

Então ocorre o que Grün (1996. p. 34-35), a exemplo dos pensadores críticos, chama de *a natureza objetificada*, destituída do componente humano e relegada “recurso natural”, objeto de conhecimento e dominado para manutenção do modelo de crescimento e desenvolvimento. Nesta esteira do pensamento moderno, o mecanicismo torna-se a única forma legítima de se fazer ciência, defendida por nomes como Francis Bacon, seu fiel propagador, com a idéia de que o homem deveria dominar a natureza para libertar-se, e Newton, como máximo expoente da objetificação da natureza. Assim foi selado o destino do pensamento científico, em prejuízo do pensar orgânico sobre a natureza e de uma educação que passa a centrar-se tão somente na transmissão dos conhecimentos científicos, ao que Grün(1996. p. 41) comenta:

A consequência disso é que a ciência e a sabedoria precisavam ser separadas. Muitos destes saberes expulsos da ciência eram saberes que ofereciam a possibilidade do que hoje chamamos “sociedade ecologicamente sustentada”. Todo um conjunto de valores teve que ser negado para que o mecanicismo pudesse se afirmar. O expurgo destes saberes garantia a possibilidade de uma descrição objetiva da natureza e de sua consequente objetificação. Configurava-se, assim, uma impossibilidade de pensar em termos não mecanicistas e objetificantes.

Portanto, reconhecer que o modelo cartesiano ainda é muito influente nas diversas áreas do conhecimento, e, portanto, também na Educação Ambiental e do Direito Ambiental, é vital para que sejam determinados novos horizontes de compreensão, ligação e diálogo, tarefa imediata e inadiável principalmente do Direito, dada sua característica de formalidade e conservadorismo exagerado.

A crítica ao modelo antiecológico manifesto no racionalismo moderno tem sido feita pela filosofia e pela educação, mas só isto não é suficiente. Faz-se necessário colocar em prática aquilo que foi silenciado no modelo racionalista com o expurgo da comunicação entre os saberes. A Educação Ambiental e o Direito Ambiental têm este desafio em comum, e devem compartilhar os mesmos princípios essenciais.

2.2.3 A ramificação da ética ambiental

Passaremos agora a tratar uma condição que caracteriza a evolução do discurso ambientalista e que pode ter um significado singular para este tipo de discussão que aqui desenvolvemos: não há uma ética ambiental, mas inúmeras, classificadas diferentemente por vários autores. Isso pode ser explicado em duas possíveis abordagens: uma pela consideração de que, não sendo uma questão unidirecional e de construção já acabada, permite várias interpretações de princípios e fundamentos; outra que vê na ramificação uma consequência do fato de não ter se chegado a um princípio primordial da ética que fundamente qualquer desdobramento possível.

Defenderemos, a princípio no presente estudo, que esse fundamento primordial está na essência do humano e nos significados que ele dá à própria existência, sendo necessário um exercício de redescoberta de sentido da relação que estabelece com o ambiente e a coletividade.

Abordamos, na sequência, essa diversificação de correntes da ética ambiental, tentando alinhar nessa descrição, um caráter comum que seja identificável também nos discursos dos profissionais da área do Direito e os Educadores Ambientais, analisados no próximo capítulo.

Autores como Junges (2004) e Pelizzoli (2002) nos apontam várias abordagens da ética ambiental, entre as quais destacamos: éticas conservacionistas e preservacionistas; antropocentrismo mitigado e biocentrismo; ética da terra, ecologia profunda e holística; ética socialista e cristã; ética da responsabilidade e da compaixão; ética de base crítica e ecoética; etc. Tentemos visualizar o que existe de similaridades e dissonâncias entre elas.

2.2.3.1 Éticas antropocêntricas, biocêntricas, conservacionistas e preservacionistas

Junges (2004, p.8) parte da dicotomia antropocêntrico/biocêntrico para classificar as correntes identificáveis da ética ambiental. No primeiro enfoque, como já discutido, o ser humano detém “um protagonismo no mundo”, buscando a solução para os problemas ambientais na perspectiva central do ser humano em relação à natureza. No biocentrismo, por outro lado, o ser humano é “apenas um elemento a mais no ecossistema da natureza”, de forma que a vida, em todas as suas manifestações, é que ocupa o papel central.

De um antropocentrismo estrito, o mesmo autor diferencia um antropocentrismo mitigado, que se ancora no estabelecimento de limites e regras para a intervenção na natureza e para o uso de recursos naturais. No entanto, essas ações têm como metas a garantia do benefício direto dos próprios seres humanos (ibid., p.13). Nessa categoria, inclui-se: o conservacionismo, como uma proposta que pensa as condições naturais enquanto meios de sobrevivência da humanidade; o preservacionismo, que aponta para um valor não-material (científico, estético, espiritual) intrínseco da natureza, e para uma vivência de contato com a natureza capaz de despertar a condição ética do humano (ibid., pp.14-19).

Na dimensão biocêntrica, (ibid., pp.24-32) destaca-se uma vertente centrada em entidades individuais – biocentrismo mitigado -, identificada pelos movimentos de defesa de espécies e no combate das transgressões morais do direito de todo ser vivo, e outra voltada para a totalidade dos processos naturais – ecocentrismo. Nessa última se enquadram as defesas do princípio sistêmico dos fenômenos naturais, incluindo a visão holística que discutiremos na sequência, ao contrapor o princípio explícito na moral liberal.

2.2.3.2 Ética ambiental atrelada ao liberalismo democrático ocidental

O sistema capitalista neoliberal em que o ocidente “livre e democrático” mergulhou, configurou um modelo sem igual, com nações livres, modernas e democráticas, em que todos teriam condições de atingir o sonho da modernidade e a conquista do bem estar humano. Tal conquista se daria inicialmente num plano individual e, posteriormente a partir da soma dos avanços unitários, em toda a

sociedade. Essa condição é denominada por Pelizzoli (2002. p. 24) como *ética utilitarista*, em que o valor supremo está no indivíduo e em sua liberdade, que só se realiza na medida da aquisição da propriedade privada e apreensão de bens de consumo.

O referido autor considera que da *ética do liberalismo* também se destaca um princípio neodarwinista, em que o mais forte tem direito natural sobre aquilo que por ele foi conquistado, e faz uma advertência: “mas cremos ser essa ‘ética’ uma interpretação rápida e ideologizada, de ‘luta pela vida que haveria na Natureza, contrariamente à visão ecossistêmica e da interdependência dos seres, num modo mais complexo e profundo de entender os sistemas do planeta” (id., p.24)

No contexto neoliberal, principalmente a partir das décadas de 70 e 80, o pensamento economicista da sociedade liberal passa a se preocupar com os *bens naturais*, como limitantes do desenvolvimento. Essa preocupação se avolumou após os graves acidentes ambientais ocorridos mundo afora, tais como: a contaminação da baía de Minamata e Nagata (Japão, década de 50); vazamento de gases tóxicos (Sevesco Itália (1976) e Bhopal Índia (1984; acidentes nucleares como em Three Miles Island USA (1978) e Tchernobyl URSS (1986), além do desmatamento e poluição de rios, mares e ar de forma generalizada.

Na busca por um caráter ético que se adequasse a essa lógica liberal-desenvolvimentista e tecnocêntrica, formatou-se uma posição que, no lugar de questionar as mazelas do modelo, reproduz suas estruturas, inclusive sua base econômica promotora das diferenças sociais. Há, nesse movimento de adequação dois principais blocos de discurso conservacionista (id., pp.24 ss): um bloco, que prega o aprimoramento de tecnologia para solucionar os problemas ecológicos, incluindo as metas de diminuição de emissão de CO², utilização de combustíveis alternativos e renováveis, reciclagem de materiais, fundamentando os discursos da sustentabilidade; outro que apregoa o avanço da globalização e do desenvolvimento econômico, seguido de ações assistencialistas e do cuidado com o crescimento populacional. Essas vertentes refletem bem o que Grün (1996, p.48) denuncia como a configuração de áreas de silêncio em que a modernidade manifesta-se simplesmente não dizendo nada: “as áreas de silêncio são a base negativa do moderno”.

A manutenção desse modelo significa uma condição estacionária nos contextos do final do século XX e início do século XXI, assim caracterizado Yarzabal (2002, p. 25):

O final do século XX nos lega um paradoxo formidável: o aumento do sofrimento e da dor dos seres humanos por causa do incremento da pobreza, da fome, das guerras genocidas, dos desastres naturais e da destruição do meio ambiente, precisamente no momento histórico em que foram alcançados os conhecimentos e as tecnologias necessários para eliminar, prevenir ou reduzir ao mínimo o dano causado por cada um desses flagelos.

2.2.3.3 Éticas planetárias: ética da terra, ecologia profunda e ética holística

No contraponto descrito no item anterior, algumas reflexões já foram postas, entre as quais destacamos nesse momento as éticas planetárias, que procuram deslocar o fundamento ético do interesse antropocêntrico reprodutor do modelo progressista, para a dimensão ecocêntrica.

A ética da terra é apresentada por Junges (2004, p.31) como um modelo biocêntrico global. A *Land Ethic* foi proposta em 1949 pelo ecólogo Aldo Leopold que adotou o altruísmo como princípio básico de respeito à comunidade ecológica: “para Leopold, uma atitude é moralmente justa quando tende a preservar a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica” (ibid., p.32).

A ecologia profunda, por sua vez, tem como elemento central a sensibilização do ser humano ante a percepção do mundo. Para os adeptos dessa concepção, a separação entre ser humano e natureza é o cerne dos problemas socioambientais da atualidade, de maneira que é necessária uma re-ligação que o sensibilize como um integrante do ecossistema. Ambos têm um princípio comum: a superação da fragmentação do sistema e a configuração do pensamento holístico e relacional, que pressupõe uma visão reintegradora da ligação harmônica entre o ser humano e o ambiente vivo.

A aqui chamada ética holística tem uma perspectiva de mundo em que o indivíduo deve ser integrado ao todo para que seja harmônico. A secularização, o tecnicismo e o pensamento mercantilista e racionalista afastaram o homem do todo, desencarnando-o do mundo, e cedendo-lhe o lugar de criador. Nas diversas formas de expressão da ética holística ressalta-se a necessidade de reintegração do ser humano nesta rede orgânica da qual faz parte, de restituição da inter-relação

espiritual e biológica ser humano-ambiente, conforme nos coloca Capra (1982. p. 27):

Todos os seres vivos são membros de comunidades ecológicas ligadas umas às outras numa rede de interdependência. Quando essa percepção ecológica profunda torna-se parte de nossa consciência cotidiana, emerge um sistema de ética radicalmente novo. [...] Assim como não precisamos de nenhuma moralidade para nos fazer respirar [...] se o seu eu abraça um outro ser, você não precisa de advertências morais para demonstrar cuidado e afeição. [...] Se a realidade é como é experimentada pelo eu ecológico, nosso comportamento, de modo natural e belo, segue normas de estrita ética ambientalista.

Outra expressão da holística é a figura do pensamento de Leonardo Boff (1995, p. 36): *o princípio da inteligibilidade e de harmonização presente no universo*. Em contraposição aos problemas do racionalismo moderno, Boff emprega a visão holística na relação de todos os seres, fazendo a ligação do macrocosmo ao microcosmo, ou vice e versa, definindo assim uma rede de relações absolutamente interdependentes, de tal forma que não poderia se dar a evolução das partes sem o todo e do todo sem as partes:

...assim, cada célula constitui parte de um órgão e cada órgão, parte do corpo, assim cada ser vivo é parte de um ecossistema como este é parte do sistema global-terra, que é parte do sistema-sol, parte da Via Láctea, parte do sistema Cosmos (BOFF, 1995, p. 39).

Pelizzoli chama de *holismo espiritual* o pensamento de (ibid., p. 92), que procura acentuar uma nova cosmologia da interdependência:

Somos portanto feitos do mesmo material e fruto da mesma dinâmica cosmogênica que atravessa todo o universo. O ser humano pela consciência se encaixa plenamente no sistema geral das coisas. Ele não está fora do universo em processo de ascensão. Encontra-se dentro, como parte e parcela, capaz entretanto de saber de si, dos outros, de senti-los e de amá-los.

2.2.3.4 Ética socialista e cristã

Pelizzoli (2002, p. 40), busca nas discussões do Fórum Social Mundial de Porto Alegre (2001), os fundamentos que permite configurar uma ética de base ecossocialista: negação da globalização econômica e da lógica de produção ilimitada de riquezas; desconstrução de valores e modos de vida guiados pela lógica do mercado; estabelecimento do caráter democrático nas esferas econômica, cultural e pró-ativa; revisão da intocabilidade da propriedade privada; apoio aos movimentos sociais, com defesa de minorias; luta por reformas do modelo agrário e

por políticas agrícolas limpas; descentralização do poder; valores de solidariedade e de respeito às diferenças. Em síntese, poderíamos pensar num modelo social que tenta reorganizar suas estruturas com base numa superação do modelo de crescimento a todo custo, respeitando as condições ambientais e as singularidades socioculturais das comunidades humanas.

Com relação à ética de base cristã, a caracterização é bastante complexa, por envolver uma série de temas de áreas muito diferente (teologia, história, espiritualidade, pensamento ocidental católico, pensamento ocidental protestante, humanismo, etc.) e pelo fato do tema ser de difícil filtragem, sempre impregnado de sentimentos individuais quando escrito pelos mais diversos autores. Suas considerações, por vezes, parecem conter uma confusão entre cristianismo e catolicismo e partem sempre de um referencial ligado a um só versículo bíblico (BÍBLIA, V.T. Gêneses,1:28) insistentemente citado sem se considerar o contexto e as interpretações possíveis.

Fato é que, para o cristianismo do período medieval, a visão da natureza considerada como obra divina e de caráter sagrado era uma realidade. Nesse contexto histórico cultural, o cristianismo tinha um sentimento ético de respeito à natureza, que revelava a grandeza do Criador. Basta um olhar aos ícones do cristianismo do período, como São Francisco de Assis, para vislumbrar uma real, íntegra e solidária relação do homem com os seres a sua volta. Sobre esse fato, Pelizzoli (2002, p.78) considera: “acima das idéias e ideologias, medos e apegos, estava ali a receptividade, simplicidade e equilíbrio dinâmico do humano no mundo. É significativo que demandemos isto hoje”.

Boff (1995, p. 45) em *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*, demonstra pelo menos cinco fundamentos para a ética cristã ter se degenerado para uma ética antiecológica: modelo patriarcal; radicalização do monoteísmo combatendo o politeísmo fechando o espírito humano; visão antropocêntrica; visão de povo eleito com a exclusão dos outros povos e a queda da natureza pela leitura de maldição da terra pelos erros dos homens, descritos no texto (BÍBLIA, V.T. Gêneses,13:17). Esta alteração do modo de pensar da ética crista descrita por Boff relaciona-se com a apropriação da modernidade pela cultura ocidental e, portanto, da ética cristã com a degeneração em relação ao pensamento inicial do cristianismo em relação à alteridade e fundada no amor ao próximo como a ti mesmo que fazia a regra maior de manutenção do cristão primitivo.

A ética ambiental Cristã então, tem controversas, mas que a nosso ver são mais de ordem hermenêutica que propriamente epistemológica. Considerando o ponto de vista histórico vemos que há uma clara aproximação de valores entre elas. Frei Leonardo Boff nos remete a uma nova interpretação da ética cristã com evidente aproximação da ética ambiental, pois deixa cristalina a necessidade de remover definitivamente o preceito da “ética predatória” dos séculos passados, em prol de uma *ética global*.

Ainda sobre a ética cristã é preciso dizer que ela também pressupõe a não separação do ser humano, em sua totalidade (matéria e espírito) e a separação do ambiente. Não se pode acusar a concepção cristã de motivar a destruição e degradação ambiental, como aduz White²⁸ *apud* Grün (1996 , p.23), pois nela está subentendido que o homem separado da natureza realmente a explora, exaure e destrói em nome da sobrevivência, por não ter a noção de interação e proximidade com o ambiente. Pelo contrário, ela sustenta que, separado dos seus semelhantes, de seus iguais, da natureza, o ser humano torna-se egoísta, não solidário, oprime e explora, e separado de Deus (da verdadeira ética cristã) perde sua referência, fica vazio e sem respostas.

Neste sentido, entendemos que haja uma proximidade entre a ética cristã e a ética ambiental, pois ambas vêem os problemas ambientais como questões de cunho de origem histórica, moral, ética e espiritual e que propõem soluções que perpassam as modificações em relação à natureza (ambiente), ao próximo (fim da exploração do homem pelo próprio homem) e mudança de mentalidade (emancipação e liberdade do indivíduo). A ética cristã poderia, de fato, ter condições de oferecer uma visão de mundo que permite enfrentarmos de forma coerente e lógica as questões socioambientais da atualidade.

2.2.3.5 Ética da responsabilidade e da compaixão

Nos moldes propostos e aplicados ao dinamismo da sociedade tecnoindustrial, observa-se que a base ambiental e o modelo civilizatório contemporâneo não darão o suporte necessário para as futuras gerações.

²⁸ WHITE, L. The historical roots of our ecological crisis. Science. Nº 3.767, 1967 vol. 155.

As éticas que não vislumbram o diacrônico, propondo soluções individualizantes e sem considerar os sujeitos como pares e as coisas não humanas como mais que simples “recursos”, e principalmente, sem reconhecer que esta não é a última geração a povoar o planeta, tendem a serem utilitaristas para a manutenção do *status quo*. Contrapondo essa condição reprodutivista, Jonas (1995, p. 16) propõe o princípio ético da responsabilidade, centrado em “preservar a permanente ambigüidade da liberdade do homem [...] preservar a integridade de seu mundo e de sua essência frente aos abusos do poder”.

Jonas faz uma negação contundente do poder assimilado pelo ser humano de agir sobre o mundo sem pensar as conseqüências futuras dessa ação. O que se procura demonstrar na ética da responsabilidade é que as modificações abruptas da sociedade em todos os sentidos, têm contra-indicações que ainda não são observadas em toda a sua medida. Tenta superar, nesse sentido, os modelos já sistematizados, conforme aponta Pelizzoli (2002, p. 98):

Assim, quando se aplica a ética liberal por exemplo, ou mesmo a das religiões e filosofias tradicionais, usamos instrumentos antigos e insuficientes para lidar com o todo dos efeitos negativos e os novos desafios da civilização, seja em termos locais ou mesmo globais. Num caso assim há de se impor profunda humildade e prevenção, além dos questionamentos dos produtos das tecnologias os quais em geral fogem, direta ou indiretamente, de nosso controle.

O princípio da responsabilidade reafirma algumas verdades morais já preconizadas pela tradição cristã, reproduzindo preceitos de justiça, caridade e honra. Leva, no entanto, a um novo entendimento, segundo o qual toda a biosfera está relacionada em um grande ecossistema, com efeitos globais transcendendo a visão reducionista de espaço e tempo. Depreende-se disso a necessidade de não estar limitada à defesa da natureza, mas difundir o respeito à configuração do seu direito próprio e a aquisição e apreensão do saber-dever, em que a urgência deste saber deve ser traduzido como dever.

Na condução desta ética de responsabilidade é necessário demonstrar que o *Homo sapiens* foi substituído pelo *Homo faber*, de forma que o imperativo ético deve ser “obra de tal modo que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica na Terra” (JONAS, 1995, p. 41).

A ética da compaixão também tem um princípio de responsabilidade, mas esse só nasce a partir da sensibilização provocada pelo rosto do outro. Schopenhauer (2001) tratou do sentido da alteridade, refletindo sobre a ética

despertada pelo encontro com o chamado do outro, sob forte inspiração da filosofia oriental.

2.2.3.6 Ética ambiental de base crítica e ecoética

A ética ambiental de base crítica teve sua inspiração no pensamento dos frankfurtianos que denunciaram as conseqüências da modernidade tanto para a exploração da natureza como para o subjugamento da humanidade às condições teleológicas do sistema de máxima produção e consumo. Já destacamos algumas considerações de Habermas que exemplificam perfeitamente essa denúncia.

O que, portanto, a ética crítica preconiza é o estabelecimento de meios pelos quais o ser humano possa se emancipar de toda a forma de dominação, expressa ou velada, a que possa estar submetido, pressupondo um processo educativo que dê conta de motivar o ser humano a reconhecer sua condição no mundo. Essa educação passa, segundo os pensadores críticos, pelo enfrentamento do que denominaram Indústria Cultural, que inaugura um mundo administrado, assentado na tecnologia informacional e na política da alienação.

Para Adorno e Horkheimer, a indústria cultural, como parte integrante e inseparável das modernas sociedades, torna os indivíduos cada vez mais incapazes de desenvolver uma forma autônoma de pensamento, fazendo-os depender, sistematicamente, do desenvolvimento de processos sociais gerados em outras esferas, em relação aos quais não têm condições de exercer nenhuma influência (PALANCA, 2001, p.51).

A ética de base crítica deve, portanto, contar com uma educação que devolva a autonomia do sujeito. Habermas (1987) defende que essa ética pressupõe uma superação da racionalidade tecno-científica por uma razão comunicativa, na qual a vivência coletiva pautada num agir sempre mediado pelo diálogo, revele os condicionamentos e motive sua superação.

Pelizzoli (2002, p.162) destaca também a proposta da hermenêutica de Gadamer como forma de transpor uma tradição de dominação em função de uma prática dialógica e crítica. A prática da busca de interpretação dos fatos pode traduzir para todos aquilo que parece estar codificado com exclusividade para poucos. A abordagem hermenêutica tem papel privilegiado no limiar de uma nova educação, podendo introduzir o homem no mundo e nas relações socioambientais, não como senhor e dominador, mas como parte do conjunto.

A esse respeito, Grün (1996, p. 102- 103) considera:

O sujeito conhecedor está sempre inserido em uma dinâmica que o ultrapassa amplamente. Ele está sempre inscrito no horizonte fornecido pela história, pela cultura e pela linguagem, e esse horizonte é, por princípio, não-subjugável ou dominável. O horizonte da linguagem e da cultura onde buscamos o sentido nos ultrapassa. Somos nós que estamos inexoravelmente inseridos nesses horizontes e não o contrário.[...] se no cartesianismo o sujeito domina completamente o objeto, analiticamente, na hermenêutica o sujeito se entregará às possibilidades compreensivas reveladas pelo objeto. Em uma postura compreensiva hermenêutica não há dominação, nem de objetos, nem da natureza; a postura hermenêutica é uma postura de entrega do sujeito aos horizontes do problema.

2.3 SISTEMATIZAÇÕES DOS ELEMENTOS CENTRAIS DOS DOCUMENTOS OFICIAIS E DAS OBRAS

Atendendo ao objetivo de identificar quais elementos são centrais nos discursos sistematizados em documentos e fontes bibliográficas, que fundamentam e motivam os interesses e ações nos campos da Educação e do Direito Ambiental, buscamos indícios que pudessem nos encaminhar às aproximações e distanciamentos entre os campos.

Na sequência estão sistematizadas as análises comparativas entre vários princípios encontrados no discurso expresso no material bibliográfico e documental de ambas as áreas. Para facilitar a compreensão os destaques foram subdivididos em quatro diferentes categorias: os que revelam os **objetivos** da política ambiental; os que sugerem **meios** para atingi-los; os que elucidam **os fundamentos** em que se pautam as reflexões e ações em ambas as áreas e, por fim, os **pressupostos éticos** que fundamentam seus discursos.

Na sequência de cada um dos quadros são colocadas algumas observações com fragmentos de textos de alguns autores que se debruçaram sobre o tema com diferentes pontos de vista relacionando-se com os diplomas legais que versam sobre Educação Ambiental, prioritariamente a Constituição Federal de 1988 e a Lei 9795/99, que dão as diretrizes, objetivos e princípios fundamentais para o tema estudado: a primeira por se tratar da Carta magna do país e que o legislador procurou, no capítulo pertinente ao meio ambiente, contemplar princípios importantíssimos referente ao tema; o segundo diploma legal escolhido tem como fundamento a clareza, a vanguarda e a visão interdisciplinar que o tema exige, além de ser a norma que conseguiu de certa maneira uma unificação de outras que

estavam esparsas no ordenamento jurídico, fazendo assim uma justaposição de conceitos, regras, fundamentos e visões éticas de relevo.

2.3.1 Dos princípios²⁹ expostos

No primeiro momento, realizamos a contraposição do princípio da precaução normatizada na legislação Constitucional e Infraconstitucional³⁰ e sua referência nos fragmentos dos autores sobre o tema, (ver quadro 01). A precaução mencionada é princípio fundamental para a aplicação quer do Direito presente ou futuro, quer da Educação Ambiental pressente ou futura. A conscientização e a sensibilização pretendidas pela Constituição e pela Lei 9795/99³¹ devem estar intimamente ligadas ao pensamento atual de precaução para evitar danos presentes ou futuros ao meio ambiente:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de **defendê-lo e preservá-lo...** (CF,1988)

Art. 13 Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. (Lei 9795/99).

²⁹ Utilizamos o termo princípio, pois este nos remete aos fundamentos básicos do Direito Ambiental e do próprio Direito, pois os princípios são o conjunto de normas de uma dada ideologia seus postulados básicos e seus afins. Dito de forma sumária, os princípios são as normas eleitas como fundamento ou qualificações essenciais da ordem que institui, podendo inclusive conviver mais de um princípio, com a atuação mais incidente de um em um momento e em outro momento este mesmo princípio ceder espaço para outro.

³⁰ Os termos Constitucional e infraconstitucional referem-se respectivamente aos textos retirados da Constituição Federal de 1988 e aqueles de leis esparsas que fazem parte do universo jurídico, tais como leis federais, leis delegadas, decretos leis, leis complementares, etc.

³¹ BRASIL. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1999. p.138

QUADRO 01: Princípios expressos em documentos e reflexões teóricas em ambas as áreas, quanto aos objetivos.

Dos objetivos	
Educação Ambiental	DIREITO AMBIENTAL
<p>Conscientização para preservação do meio ambiente (CF, art.225, §1º, IV)</p> <p>Sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e sua organização na defesa do meio ambiente (Lei 9.795/99)</p>	<p>Princípio da precaução (RODRIGUES,2005, p.204 e 207)</p> <p>Atuação preventiva, no combate às atividades nocivas. (CATALAN, 2005, p.163)</p>
<p>Conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente (Lei 9.795/99):</p> <p>Preservar e restaurar os processos ecológicos; integridade do patrimônio genético; estudo prévio de impacto; recuperar o meio ambiente degradado.</p>	<p>Tutela ambiental baseada na análise e na proteção do meio ambiente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - atividade de análise e estudo (BENJAMIM 1993, p.49) - certeza dos efeitos prejudiciais das atividades questionadas e reversão e reparação de danos (MILARÉ. 2005, p.166-167) - obrigação constitucional tanto de prevenir como de reparar danos ambientais (SANTILLI, 2005, p.62) <p>Princípio do poluidor-pagador: princípio poluidor-pagador (poluiu, paga os danos) e não pagador-poluidor (pagou, então pode poluir). (MILARÉ, 2005, p.164)</p> <p>Profilaxia dos problemas, que devem ser evitados, e uso da sanção reparatória apenas quando não for possível a prevenção (CATALAN, 2005, p.164)</p>
<p>Enfoque na sustentabilidade como princípio básico da educação ambiental (Lei 9.795/99, Art. 4º)</p>	<p>Princípio do desenvolvimento sustentável centrado na minimização dos impactos (CATALAN, 2005, p.172)</p> <p>Distinção dos conceitos desenvolvimento e crescimento (BENJAMIN, 1993, p.12)</p> <p>Equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente (ALMEIDA, 2006, p.78)</p>

Rodrigues (2005, p.204-207) nos traz uma diferenciação importantíssima entre precaução e preservação:

Considerando que o dano ambiental é quase sempre irreversível, o vocábulo proteção utilizado pelo art. 225 da CF/88 não deve ser tomado somente no sentido reparatório, mas principalmente e precipuamente com o sentido preventivo, justamente porque a idéia de proteção e preservação liga-se à conservação da qualidade de vida para as futuras

gerações (...) O princípio da precaução, portanto, tem uma finalidade ainda mais nobre do que a própria prevenção, já que em última análise este último estaria contido naquele.

O princípio da preservação que deve inspirar a precaução na área jurídica é apontado também por outros autores:

O homem tem o hábito de prevenir-se a fim de evitar situações desfavoráveis no seu cotidiano. [...] Então, considerando que o ser humano necessita do meio para sobreviver, é bastante racional, afirmar-se a necessidade de uma atuação preventiva, no combate às atividades nocivas. (CATALAN, 2005, p.163)

O problema da tutela jurídica do meio ambiente se manifesta a partir do momento em que sua degradação passa a ameaçar, não só o bem-estar, mas a qualidade da vida humana, se não a própria sobrevivência do ser humano. (SILVA. 1995, p.9).

O princípio da prevenção é basilar no Direito Ambiental, [...] isso porque, segundo se entende, nessas hipóteses, o dia em que se puder ter certeza absoluta dos efeitos prejudiciais das atividades questionadas, os danos por elas provocados no meio ambiente e na saúde e segurança da população, terão atingido tamanha amplitude e dimensão que não poderão mais ser revertidos ou reparados. (MILARÉ. 2005, p.166-167)

Essa nova concepção significa a formação de um novo Direito Ambiental, que ultrapassa a fase preservacionista utilitarista dos “bens ambientais” e passa por uma visão holística de defesa da vida em si considerada, bem como os substratos para a manutenção da vida em sentido *latu*, ou seja, não somente a vida dos seres humanos ou da fauna e flora, mas dos ecossistemas, das fontes de energia que mantêm estes ecossistemas, como a manutenção de um ambiente ecologicamente equilibrado para as futuras gerações.

Neste contexto, cabe ainda a discussão do princípio do poluidor-pagador, criticado pelos Educadores Ambientais como permissivos de ações impactantes e defendidos pelos profissionais do Direito como medida de prevenção do crime ambiental. O princípio poluidor pagador foi desenvolvido para coibir a poluição assegurando o direito de preservação do ambiente de forma equilibrada para as presentes e futuras gerações. Este princípio amplamente estudado pelo Direito Ambiental o qual nos referimos quando da evolução do Direito Ambiental no Brasil e também de forma reflexa nas análises dos entrevistados é muito bem detalhado por Milaré (2005, p.164) que define assim: “trata-se do princípio poluidor-pagador (poluiu, paga os danos) e não pagador-poluidor (pagou, então pode poluir)”.

Em prol da conscientização e sensibilização necessárias à preservação e às ações preventivas, há a recomendação de que a Educação Ambiental seja desenvolvida em todos os níveis de ensino, quer seja o formal ou o não formal,

visando despertar a preocupação da sociedade pela preservação, recuperação e melhoria do ambiente:

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem (Lei 9795/99).

A sustentabilidade é tomada como meta no discurso de ambas as áreas e aparece como princípio básico da Educação e do Direito Ambiental, assim definidas na Constituição Federal, Lei 9795/99, bem como em fragmentos dos textos de diversos autores.

Art.4º

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; (Lei 9.795/99)

O legislador constituinte demonstrou sua preocupação com o tema ao inserir no texto da Constituição Federal, que o desenvolvimento das atividades econômicas, embora não admitam a intervenção do Poder Público, deverão respeitar a algumas diretrizes, entre elas a que impõe a preservação do meio ambiente. (CATALAN, 2005, p.172)

Há uma discussão atual no campo da Educação Ambiental sobre como se pode pensar as reais possibilidades de ocorrer um desenvolvimento de fato sustentável, ou seja, se a sustentabilidade é compatível com um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico, aos moldes das sociedades contemporâneas. No campo do Direito, a esse respeito, Benjamim (1993) discute uma distinção entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento, enquanto Almeida (2006) acredita ser possível um ponto de equilíbrio.

A pretensa impossibilidade de convivência entre desenvolvimento e proteção de meio ambiente é, em verdade, incompatibilidade entre esta e crescimento econômico. Como muito bem acentua Eros Roberto Grau, “importando a consumação de mudanças de ordem não apenas quantitativa, mas também qualitativa, não pode o desenvolvimento ser confundido com a idéia de crescimento. Este, meramente quantitativo, compreende uma parcela da noção de desenvolvimento”, deixando de fora, evidentemente, qualquer preocupação com o meio ambiente. (BENJAMIM, 1993, p.12)

Já o “caminho do meio” somente será alcançado se for adotado um desenvolvimento que seja sustentável, permitindo assim que haja equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente. Para tanto, quando sopesados desenvolvimento e

preservação, será imprescindível que sejam incluídos nesta ponderação não só as informações econômicas e científicas dos peritos, como também, os valores estéticos, espirituais e éticos. (ALMEIDA, 2006, p.78)

De fato, não se pode confundir crescimento com desenvolvimento, pois aquele tem relação quantitativa, enquanto que este engloba o crescimento, mas com o fator qualitativo de forma muito mais intensa.

Neste sentido o pensamento holístico de desenvolvimento deve ser aplicado, pois a visão economicista neoliberal que é recorrente no pensamento dos gestores públicos ou na atuação privada é uma perigosa forma de reduzir os problemas, nem como suas soluções, em uma única forma de pensar, ou seja, havendo crescimento os problemas serão superados. Em nossa visão, o mero crescimento sem as considerações de seus reflexos no conjunto de elementos que os compõe deve ser repensado, é inconcebível um modelo de crescimento que tem características de devastação a médio e longo prazo ser tomado como fator positivo de desenvolvimento. O crescimento quantitativo nos moldes que é colocado pelos organismos internacionais tais como Banco Mundial e FMI (Fundo Monetário Internacional) sem a consideração da destruição e degradação socioambiental é um claro exemplo da distinção que o autor supracitado nos leva a pensar.

Exemplos atuais de taxas de crescimento de países como a China ou Malásia na ordem de quase 10% ao ano, mas que se forem considerados outros fatores que compõe o desenvolvimento (proteção ao meio ambiente, utilização racional de recursos naturais, inclusão social, manutenção de qualidade vida, distribuição de renda, etc.) talvez estes mesmos índices seriam negativos.

A respeito dos objetivos da política ambiental, os princípios que norteiam ambos os campos parecem bastante próximos, permitindo-nos demarcar: a postura de cuidado e prevenção no tratamento das questões ambientais; a possibilidade da restauração de ambientes e de reparação de danos, como estratégias de segundo plano e a sustentabilidade, para além do modelo do crescimento econômico, como meta. Logicamente é preciso se pensar a esse respeito e verificar até que ponto o cuidado e a prevenção já avançaram dos discursos às práticas educativas e jurídicas na atualidade.

2.3.2 Dos processos mediadores

Foi possível encontrar similitudes entre os dois campos também com relação aos meios propostos para se alcançar as metas: garantir o acesso à informação; trabalhar pela formação de novos valores, éticos e estéticos, e pela consciência crítica para participação; contínua avaliação crítica de seus papéis; articulação local, regional, nacional e global e a necessária cooperação entre as dimensões; compromisso com a cidadania ambiental, com a geração de novas formas de produção e consumo (ver quadro 02).

A democratização, disseminação ou socialização das informações destacadas no quadro comparativo, pode ser fundamentada tanto nos documentos da Educação Ambiental quanto nas interpretações de autores do Direito Ambiental.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação. (Lei 9795/99).

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos. (Lei 9795/99).

Também no Programa Nacional de Educação Ambiental é possível encontrar a recomendação da democratização na produção e divulgação do conhecimento e fomento à interatividade na informação. (PRONEA, 2005, p.37)

O cidadão que possui informação pode reagir contra o que vê como injusto no sistema e este, por sua vez, deve reagir a provocação da sociedade, evoluindo junto os jurisdicionados. (BONAVIDES³² *apud* CATALAN, 2005, p. 167)

A informação e a Educação Ambiental estão previstos nos instrumentos internacionais de proteção ambiental, constituem princípios norteadores do Direito Ambiental e são pressupostos lógicos do princípio da participação, previsto no *caput* do art. 225 da Constituição... (GRAF³³ *apud* CATALAN, 2005, p.167)

O princípio da obrigatoriedade da intervenção estatal é complementado pelo princípio da participação democrática e da transparência na gestão de recursos ambientais, por meio da publicidade dos instrumentos de avaliação de impacto ambiental e do licenciamento ambiental. (SANTILLI, 2005, p.62)

Sem que se garanta o acesso à informação, portanto, outro princípio da Educação Ambiental – o de garantir a participação e a cidadania ambiental - não se

³² BONAVIDES, P. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 1998. p.105.

³³ GRAF, A. C. B. O direito à informação ambiental. In: Direito Ambiental em evolução. nº 1 Org. Vladimir Passos de Freitas. Curitiba: Juruá, 2002. p. 28-29.

realizaria, vez que sem a participação democrática da sociedade não há espaço para a criticidade.

A informação e a Educação Ambiental estão previstos nos instrumentos internacionais de proteção ambiental, constituem princípios norteadores do Direito Ambiental e são pressupostos lógicos do princípio da participação, previsto no *caput* do art. 225 da Constituição, que estabelece ser dever não só do Poder Público, mas também da coletividade, defender e preservar o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações (GRAF *apud* CATALAN, 2005, p.167)

QUADRO 02: Princípios expressos em documentos e reflexões teóricas em ambas as áreas, quanto aos meios.

Dos meios	
Educação Ambiental	DIREITO Ambiental
<p>Disseminação de informações pela mídia ambiente (Lei 9.795/99, art.3, III)</p> <p>Democratização das informações ambientais (Lei 9.795/99, art.5, I)</p> <p>Democratização na produção e divulgação do conhecimento e interatividade na informação (PRONEA, 2005, p.37)</p>	<p>Informação como princípio norteador do Direito Ambiental e pressuposto do princípio de participação (GRAF <i>apud</i> CATALAN, 2005, p.167)</p> <p>Princípio da participação democrática e da transparência na gestão de recursos ambientais, por meio da publicidade dos instrumentos de avaliação de impacto ambiental e do licenciamento ambiental. (SANTILLI, 2005, p.62)</p>
<p>Formação de valores, atitudes e habilidades para prevenção, identificação e solução de problemas ambientais (Lei 9.795/99)</p> <p>Estímulo da consciência crítica (Lei 9.795/99)</p> <p>Vinculação entre diferentes dimensões do conhecimento; entre os valores éticos estéticos; entre a educação, o trabalho, a cultura e as práticas sociais. (ProNEA, 2005, p.37)</p>	<p>Princípio dos valores morais e das virtudes nas decisões sobre questões ambientais: “a questão fundamental dos juízos éticos é orientar a prática”. (ALMEIDA, 2006, p.71)</p> <p>Educação Ambiental como capacitação para participação do cidadão nos processos decisórios sobre os bens públicos: dever da coletividade de defender o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (GRAF <i>apud</i> CATALAN, 2005, p.167)</p> <p>Inclusão na ponderação entre crescimento e sustentabilidade não só as informações econômicas e científicas dos peritos, como também, os valores estéticos, espirituais e éticos. (ALMEIDA, 2006, p.78)</p>
<p>Compromisso com a cidadania ambiental e desenvolvimento de processos produtivos e soluções tecnológicas apropriadas (ProNEA, 2005,p.40)</p>	<p>Mudança de comportamento e princípio da minimização do consumo: novo paradigma que vislumbra a crise ambiental não só sob o enfoque econômico e científico, mas também através de assunção de valores (ALMEIDA, 2006, p.69-70)</p>
<p>Articulação local, regional, nacional e global como princípios básicos da educação ambiental (Lei 9.795/99, Art. 4º)</p>	<p>Princípio da cooperação pela abrangência dos impactos: as agressões ambientais nem sempre se circunscrevem aos limites territoriais de um único país (MILARÉ, 2005, p.172)</p> <p>A prática educativa de um país, de uma região ou de um local deve possibilitar o desenvolvimento de capacidades e atitudes com base em novos valores (CARNEIRO, 1997, p.29)</p>
<p>Continuidade e permanente avaliação crítica do processo educativo (Lei 9.795/99, Art. 4º; ProNEA, 2005, p.37)</p>	<p>Revisão do papel do Estado na implementação da política ambiental (BENJAMIN, 1993, p. 364)</p> <p>Necessidade do envolvimento de todas as forças sociais na implementação da política ambiental (MILARÉ, 2005,p.162)</p>

Para além da informação, portanto, estão mencionados nos discursos de ambas as áreas a formação de valores éticos e estéticos, a capacitação para participação e o estímulo à consciência crítica. No campo da Educação Ambiental, com relação a esse aspecto, temos a citação da Lei 9795/99:

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

No campo do Direito Ambiental, destacam-se as seguintes citações:

Um dos motivos que talvez tenha levado a que incorretamente se reduzisse a filosofia ambiental à ética, tenha sido a necessidade quando do seu surgimento de enfatizar a dimensão dos valores morais, imprescindíveis para a tomada de qualquer decisão com reflexos sobre o meio ambiente, já que, “a questão fundamental dos juízos éticos é orientar a prática”. (ALMEIDA, 2006, p.71)

Para tanto, quando sopesados desenvolvimento e preservação, será imprescindível que sejam incluídos nesta ponderação não só as informações econômicas e científicas dos peritos, como também, os valores estéticos, espirituais e éticos. (ALMEIDA, 2006, p.78)

Da formação desses valores depende, ainda, o compromisso com a cidadania ambiental, conforme estabelecido pelo ProNEA (2005, p.40). Essa cidadania passa, segundo Almeida (2006), pela revisão dos valores de consumo nas sociedades contemporâneas. Interessante notar que a questão do consumo, tão recorrente nas falas dos Educadores Ambientais, foi aqui resgatada das reflexões do campo teórico do Direito, o que demonstra um intercâmbio reflexivo real entre as áreas.

A formação de valores, atitudes e habilidades do ser humano como elemento essencial na prevenção, identificação e solução de problemas, foi citada também, como veremos, nas entrevistas dos atores envolvidos na pesquisa empírica³⁴.

No Direito Ambiental ainda há certa timidez sobre o tema, pois em quase todos os autores pesquisados ocorre uma superficialidade sobre a matéria, sendo a obra citada de Almeida (2006), é uma exceção, na qual o assunto é tratado com maior propriedade. Segundo a autora, “para a ética tradicional somente o ser

³⁴ Ver o item 3.1.1. Mudanças ocorridas no histórico do Direito.

humano está sujeito a moral. Esta é a razão pela qual é tão difícil aplicar à filosofia tradicional as questões ambientais” (ALMEIDA, 2006, p.70). Logo, a questão de formação de valores e atitudes com consciência crítica ainda está para o Direito Ambiental como algo mais voltado à proteção e tutela jurídica do ambiente assim considerado, já para a Educação Ambiental há uma clara visão da necessidade de diferentes visões das dimensões existentes do conhecimento, com valores éticos, estéticos, culturas, etc. procurando a capacitação da sociedade em seu enfoque humanista, crítico, dialógico e emancipatório (ProNEA, 2005, p.37).

A necessidade de pensar a questão ambiental a partir das dimensões local, regional, nacional e global é também evidenciada em ambos os campos. Apresentada como recomendação à Educação Ambiental no Art. 4º da Lei 9795/99, é abordada por autores do Direito Ambiental da seguinte forma:

Ora, uma das áreas de interdependências entre as nações é a relacionada com a proteção do ambiente, uma vez que as agressões a ele infligidas nem sempre se circunscrevem aos limites territoriais de um único país, [...]. O meio ambiente não conhece fronteiras, embora a gestão de recursos naturais possa – e, à vezes, deva – ser objeto de tratados e acordos bilaterais e multilaterais. (MILARÉ, 2005, p.172)

Mas esta conquista será alcançada apenas na medida em que a prática educativa de um país, de uma região ou de um local possibilite às pessoas desenvolverem suas capacidades e atitudes de criatividade, iniciativa e autonomia, numa orientação pelos valores humanos fundamentais do respeito, da solidariedade e da responsabilidade para com o meio ambiente e a realidade global da sociedade. (CARNEIRO, 1997, p.29)

A necessidade de constante análise crítica do caminho estabelecido para uso desses meios, e para conseqüente conquista das metas, é citada tanto na Educação Ambiental, no Art.4º da Lei 9795/99 e no ProNEA (2005, p.37), quanto no Direito Ambiental, onde se faz referência à necessidade de avaliação da participação estatal e de toda a sociedade na política ambiental.

O primeiro passo, por conseguinte, para superar as dificuldades enfrentadas atualmente pela proteção ambiental no Brasil, consiste exatamente na compreensão do fenômeno da implementação e, por via de conseqüência, do papel do Estado em tal atividade. (BENJAMIN, 1993, p. 364)

De fato, é fundamental o envolvimento do cidadão no equacionamento e implementação da política ambiental, dado que o sucesso desta supõe que todas as categorias da população e todas as forças sociais, conscientes de suas responsabilidades, contribuam para a proteção e a melhoria do ambiente, que, afinal, é bem e direito de todos. (MILARÉ, 2005, p.162)

2.3.3 Dos fundamentos

Com relação aos fundamentos, não se detecta nesta análise dessemelhanças, (ver quadro 03). São apontados nos campos: a pluralidade de idéias e a multidisciplinaridade; a integração dos campos com a ciência e a tecnologia; o ambiente tomado como bem comum; o princípio democrático e participativo. No campo do Direito Ambiental o princípio de cooperação parece ser mais freqüente, aliados às reflexões sobre participação.

Quanto à interação entre os saberes, destacamos as seguintes referências:

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade (Lei 9795/99)

O direito ambiental, como disciplina especializada, mas não independente, é fundamentalmente multidisciplinar. Isso quer dizer que lhe cabe congrega conhecimentos de uma série de outras disciplinas e ciências, jurídicas ou não. (RODGERS³⁵ *apud* MILARÉ, 2005, p.175)

Um promotor de Justiça ambiental que desconhece os rudimentos de Ecologia, de Geografia Humana, de Economia, é alguém incapaz de retirar o máximo proveito do seu esforço de implementação. (BENJAMIN, 1993, p.375)

O pluralismo de idéias nas perspectivas de inter, multi e transdisciplinariedade da Educação Ambiental é reflexo da própria questão ambiental que é complexa em sua natureza, não podendo ser diferente o Direito Ambiental, pois se o que se pretende é estudar algo complexo, não se pode estar envolvido nas amarras da dogmática jurídica setorializada e compartimentada aos moldes do Direito tradicional. Assim, tanto a Educação Ambiental como o Direito Ambiental deverão ter a permanente avaliação do processo educativo e jurídico.

A última citação nos leva ainda a considerar o reconhecimento do profissional do Direito de que os instrumentos legais não são suficientes para a sua atuação, sendo necessária uma comunicação com outras áreas de conhecimento. Esta análise crítica também é evidenciada quando esses profissionais tratam do princípio da integração com a ciência e a tecnologia, defendida também no campo da Educação Ambiental, no Art. 5º da Lei 9795/99.

³⁵ RODGERS, W. H. Environmental law. St, Paul, Minn.: West Publishing Co. 1977. p. 5.

Instrumentos legais de caráter técnico-normativo nem sempre são suficientes para subsidiar uma implementação objetiva e ágil, além, de serem pouco susceptíveis às necessárias adaptações que a problemática ambiental impõe à prática cotidiana. (MILARÉ, 2005, p.150)

QUADRO 03: Princípios expressos em documentos e reflexões teóricas em ambas as áreas, quanto aos fundamentos.

Dos fundamentos	
Educação Ambiental	DIREITO Ambiental
Pluralismo de idéias – inter, multi e transdisciplinaridade (Lei 9.795/99, Art.4º) Vínculo entre diferentes dimensões do conhecimento; pluralismo de concepções pedagógicas (PRONEA, 2005, p.37)	A multidisciplinariedade do Direito Ambiental: necessidade de congregar conhecimentos de uma série de outras disciplinas e ciências, jurídicas ou não. (RODGERS ³⁶ <i>apud</i> MILARÉ, 2005, p.175)
Integração com a ciência e a tecnologia como objetivo fundamental da educação ambiental (Lei 9.795/99, Art.5º, VI)	Reconhecimento de que a ciência e tecnologia precisam dar aparato ao Direito Ambiental: insuficiência dos instrumentos legais técnico-normativo (MILARÉ, 2005, p.150) Necessidade do profissional do Direito ter conhecimento de ciências básicas (BENJAMIN, 1993, p.375)
Ambiente como bem de uso comum (Lei 9.795/99, Art. 1º; CF, 1988, Art.225)	Princípio do caráter público do bem ambiental: meio ambiente como macrobem, direito de todos, destinado a satisfazer as necessidades de todos, de domínio coletivo (BENJAMIN, 1993, p.66) Princípio da indivisibilidade dos benefícios e da não-exclusão dos beneficiários (BENJAMIN, 1993, p.61)
Enfoque humanista, holístico, democrático e participativo (Lei 9795/99, Art.4º) Participação individual e coletiva - cidadania (Lei 9.795/99, Art.5º) Enfoque humanista, histórico, crítico, político, democrático, participativo, inclusivo, dialógico, cooperativo e emancipatório. (PRONEA, 2005, p.37)	Princípio democrático, de participação: possibilidade de participar das políticas ambientais, nas esferas legislativa, administrativa e processual. (ANTUNES <i>apud</i> SIRVINKAS, 2006, p.35; CATALAN, 2005, p.166) Princípio da cooperação: atividade conjunta e solidária em prol da preservação do meio ambiente (LEITE ³⁷ <i>apud</i> CATALAN, 2005, p.173) Envolvimento fundamental do cidadão no equacionamento e implementação da política ambiental (MILARÉ, 2005,p.162)

³⁶ RODGERS, W. H. Environmental law. St, Paul, Minn.: West Publishing Co. 1977. p. 5.

³⁷ LEITE, J. R. M. Dano ambiental – do individual ao coletivo. São Paulo: RT, 2000, p.54.

A concepção de meio ambiente como bem de uso comum foi evidenciada tanto no Art. 225 da Constituição Federal quanto no Art. 1º da Lei 9795/99, foi localizada nas considerações de Benjamim (1993):

A natureza do bem ambiental, pública – enquanto realiza um fim público ao fornecer utilidade a toda a coletividade, - e *fundamental* - enquanto essencial à sobrevivência do homem – é uma extensão do seu núcleo finalístico principal: a valorização, preservação, recuperação, e desenvolvimento da fruição coletiva do meio ambiente, suporte da vida humana. Em síntese, o zelo, como conceito integral, pela qualidade do meio ambiente. (BENJAMIN, 1993, p.75)

[...] a utilidade do bem não é divisível entre os que o utilizam, impossibilitando a sua apropriação com exclusividade) e [...] nenhum dos membros do grupo pode ser excluído de seus benefícios, a não ser que todos o sejam igualmente. (BENJAMIN, 1993, p.61)

O bem de uso comum e o caráter público são características primordiais vistas nas duas áreas estudadas, conforme já tratamos quando nos referimos sobre a regionalização do Direito Ambiental e a questão ambiental entendida de forma descentralizada, como *res omnium* (coisa de todos), com domínio coletivo para satisfação de todos.

Por fim, detalhemos o princípio democrático de participação e cooperação. Na Educação Ambiental o tema é introduzido a partir da defesa de um enfoque humanista, inseparável do exercício da cidadania, fazendo assim uma inclusão visceral do ser humano/ambiente em que não pode haver cidadania sem o equilíbrio com o ambiente, não pode haver equilíbrio ambiental sem a participação individual e coletiva como sendo parte e não tutor do ambiente.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania (Lei 9795/99)

Das considerações dos autores do Direito Ambiental, destacam-se:

O princípio democrático assegura ao cidadão a possibilidade de participar das políticas ambientais. Essa participação poderá dar-se em três esferas; legislativa, administrativa e processual. (SIRVINKAS, 2006, p.35)

Assim, de hialina importância, o princípio democrático impõe a participação popular nas políticas públicas ambientais; sendo que tal possibilidade é conferida aos cidadãos na esfera legislativa, administrativa e judicial. (CATALAN, 2005, p.166)

De fato, é fundamental o envolvimento do cidadão no equacionamento e implementação da política ambiental, dado que o sucesso desta supõe que todas as categorias da população e todas as forças sociais, conscientes de suas responsabilidades, contribuam

para a proteção e a melhoria do ambiente, que, afinal, é bem e direito de todos. (MILARÉ, 2005, p.162)

Neste mesmo tema o Direito Ambiental ainda preserva a visão tutorial do ambiente, mesmo que com avanços, até sugerindo a renúncia parcial de soberania dos Estados e a alteração para uma “conduta ambiental”, ainda que tímida. No entanto, avança na defesa da cooperação como exercício do envolvimento coletivo:

Por cooperação deve entender-se a atividade conjunta e solidária dos diversos Estados em prol da preservação do meio ambiente o que implica de certo modo na renúncia de parte da soberania de cada um, buscando o combate eficaz aos efeitos devastadores de atividades nocivas. (LEITE³⁸ apud CATALAN, 2005, p.173)

2.3.4 Dos pressupostos éticos

No domínio dos pressupostos éticos é que conseguimos visualizar alguns pequenos distanciamentos entre os discursos recorrentes nos campos da Educação Ambiental e Direito Ambiental. Esses distanciamentos dizem respeito à oposição entre uma heterogeneidade de abordagens – antropocêntrica, biocêntrica e holística – na Educação Ambiental, contra um predomínio da visão de caráter antropocêntrico no Direito, (ver quadro 04).

Os princípios de solidariedade, evidenciado na Educação Ambiental (Lei 9.795/99, Art. 5º) podem ser correspondentes ao princípio da alteridade, evidenciados no Direito Ambiental:

Evidencia-se a necessidade de integração do discurso ético do respeito à alteridade, mas sobretudo, da alteridade intergeracional, como elementos de revisão do moderno discurso ecológico, que é atualmente, um discurso de inclusão do outro, propulsor de uma democracia ambiental, qualificada pelo novo Estado Democrático do Ambiente. (LEITE & AYALA, 2004, p.73)

Em ambos os campos o destaque para a ética da responsabilidade é evidente. No entanto, na maior parte das vezes, a responsabilidade é tratada como dever para com as gerações futuras:

O planejamento e a administração hoje não podem mais suprir a base ambiental e o *modus* civilizatório, assim como não poderão mais prescindir de uma *ética de futuro*. Não é mais possível, como enfatizou José Lutzenberger, viver como se fôssemos a última geração. (PELIZZOLI, 2002, p.95)

³⁸ LEITE, J. R. M. Dano ambiental – do individual ao coletivo. São Paulo: RT, 2000, p. 54.

Promover processo de educação ambiental voltados para valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis (PRONEA, 2005, P.39)

E no que pertine as questões ligadas ao direito ambiental não se pode esquecer que cada homem não passa de um usufrutuário de uma pequenina parcela do planeta e que por consequência tem o dever de protegê-la e de conservá-la para as gerações vindouras, posto que estas não possuem apenas uma expectativa do direito de receberem o planeta, mas sim um inquestionável e absoluto direito a um meio ambiente equilibrado em razão do dever dos atuais ocupantes em promover a perpetuação das espécies (RODRIGUEIRO³⁹, apud, CATALAN, 2005, p.163).

Estes enfoques relatam a caracterização do princípio da responsabilidade defendido por Jonas (1995), bem como a “ética da solidariedade” (BOFF, 2003, p. 88) definindo assim a necessidade de uma interação macro de manutenção de uma nova sociedade: “a solidariedade política ou será o eixo articulador da geossociedade mundial ou não haverá mais futuro para ninguém”.

Aos destaques referentes ao reconhecimento da diversidade cultural, étnica, racial e genética que dispõe os princípios do ProNEA (2005, p.37), coadunam-se com a concepção unitarista que o legislador deu ao meio ambiente, constituindo tanto bens naturais quanto os culturais em seu contexto:

A Constituição adotou uma concepção unitária do meio ambiente que compreende tanto os bens naturais quanto os bens culturais. É o que se deduz de uma interpretação sistêmica e integrada dos dispositivos constitucionais de proteção ao meio ambiente e à cultura, sendo este também o entendimento de grande parte da doutrina. (SANTILLI, 2005, p.70)

Com relação às abordagens éticas que predominam em cada campo, a concepção antropocêntrica permeia muitos discursos tanto na Educação Ambiental como no Direito Ambiental. No entanto, na Educação Ambiental é possível identificar, de forma mais recorrente, tanto nos documentos oficiais quanto nas obras sobre ética ambiental produzidas no campo, a influência de concepções que se centram no direito à vida, em todas as suas manifestações – biocêntrica - e de outras em que se incluem todos os aspectos do ambiente holística: socioeconômicos, biológicos, culturais e espirituais.

No caso do Direito Ambiental, o antropocentrismo parece ser mais marcante, muito embora ele se revele ainda como um antropocentrismo responsável, estreitamente relacionado com a defesa do princípio de responsabilidade, já mencionado, e ao princípio de ubiquidade.

³⁹ RODRIGUEIRO, D. A responsabilidade objetiva pura em face da integral reparação do dano ambiental como pressuposto da dignidade da pessoa humana. In: **Direito e Responsabilidade**. Coord. Gisela Maria Fernandes Novaes Hironaka, Belo Horizonte, Del Rey. 2002, p.387.

QUADRO 04: Princípios expressos em documentos e reflexões teóricas em ambas as áreas, quanto aos pressupostos éticos.

Dos pressupostos éticos	
Educação Ambiental	DIREITO Ambiental
<p>Solidariedade, responsabilidade e cidadania como fundamento para o futuro da humanidade (Lei 9.795/99, Art. 5º)</p> <p>Princípio da responsabilidade para com as gerações futuras. (PELIZZOLI, 2002, p.95; JONAS⁴⁰ <i>apud</i> PELIZZOLI, 2002,p.101)</p> <p>Processo de educação ambiental voltados para valores que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis (ProNEA, 2005, P.39)</p>	<p>Ética de alteridade e princípio da responsabilidade: respeito e cuidado dos interesses do outro (LEITE & AYALA, 2001, P.73)</p> <p>Princípio do dever para com as gerações futuras: cada homem não passa de um usufrutuário de uma pequenina parcela do planeta e que por conseqüência tem o dever de protegê-la e de conservá-la para as gerações vindouras (RODRIGUEIRO⁴¹, <i>apud</i>, CATALAN, 2005, p.163)</p> <p>Atuação responsável em face do outro ainda não existente, dos ainda não nascidos (LEITE & AYALA, 2001, P.73)</p>
<p>Reconhecimento da diversidade cultural, étnica, racial, genética, de espécies e de ecossistemas. (ProNEA, 2005, p.37)</p>	<p>Concepção unitarista do meio ambiente: interpretação sistêmica e integrada dos dispositivos constitucionais de proteção ao meio ambiente e à cultura (SANTILLI, 2005, p.70)</p>
<p>Abordagem holística: Interdependência entre meio natural, socioeconômico e cultural (Lei 9.795/99, Art. 4º, I)</p> <p>Abordagem biocêntrica/ecocêntrica: relação entre a cultura, memória e paisagem – sob a perspectiva da biofilia (ProNEA, 2005, p.40)</p>	<p>Ameaça de extinção da espécie humana: ser humano responsável por sua ganância e auto-extinção (NALINI⁴² <i>apud</i> CATALAN, 2005, p.164)</p> <p>Degradação do meio ambiente como ameaça à vida de todos nós sobre o planeta (ALMEIDA, 2006, p.66)</p> <p>Bem natural como suporte da vida humana: natureza pública do bem ambiental fundada no seu caráter essencial à sobrevivência do homem e ações de valorização, preservação, recuperação com vistas ao suporte da vida humana. (BENJAMIN, 1993, p.75)</p> <p>Antropocentrismo responsável: baseado na supremacia do homem sobre as demais espécies (CATALAN, 2005, p.164)</p> <p>Princípio da ubiqüidade: patrimônio ambiental há de ser respeitado em razão de uma premissa essencial: a sobrevivência da espécie humana. (CATALAN, 2005, p.164; RODRIGUES, 2005, p.169)</p>

⁴⁰ JONAS, H. El principio responsabilidad. Barcelona: Herder, 1995, p.41.

⁴¹ RODRIGUEIRO, D. A responsabilidade objetiva pura em face da integral reparação do dano ambiental como pressuposto da dignidade da pessoa humana. *In: Direito e Responsabilidade*. Coord. Gisela Maria Fernandes Novaes Hironaka, Belo Horizonte, Del Rey, 2002.p.387.

⁴² NALINI, J. R. ética ambiental. Campinas: Millennium, 2003, p. 28

Quando o princípio da responsabilidade é requisitado ele aparece automaticamente justificado na preservação das gerações futuras e na garantia de que o ambiente continue a significar o suporte da vida humana. Pelo princípio da ubiquidade, da mesma forma se defende que o patrimônio ambiental deva ser respeitado em razão de uma premissa essencial: a sobrevivência da espécie humana.

A criatura racional, com sua arrogância de *dona da natureza*, não tem sabido comportar-se como depositária fiel. A continuar assim, responderá por sua ganância e por sua incúria coma extinção da própria espécie. (NALINI *apud* CATALAN, 2005, p.164)

Nascido, certamente, da idéia da supremacia do homem sobre os demais espécies, o princípio da ubiquidade ensina que o patrimônio ambiental há de se respeitado em razão de uma premissa essencial: a sobrevivência da espécie humana. (CATALAN, 2005, p.164)

A natureza do bem ambiental, pública – enquanto realiza um fim público ao fornecer utilidade a toda a coletividade, - e *fundamental* - enquanto essencial à sobrevivência do homem – é uma extensão do seu núcleo finalístico principal: a valorização, preservação, recuperação, e desenvolvimento da fruição coletiva do meio ambiente, suporte da vida humana. Em síntese, o zelo, como conceito integral, pela qualidade do meio ambiente. (BENJAMIN, 1993, p.75)

A despeito desses aparentes distanciamentos, uma abordagem onde se atente para o aspecto temporal dos argumentos, é possível perceber que uma possível capacidade dialógica entre os campos ocorreu de forma que alguns textos do Direito produzidos há mais tempo, não todos evidentemente, dão uma conotação diferente, mesmo tratando do mesmo tema, visões que não contemplam somente uma observação linear e dogmática das regras e leis, evoluem para uma capacidade crítica e inclusão de outros saberes.

2.4 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS ÉTICOS SISTEMATIZADOS

É possível destacar dessa diversidade de reflexões expostas acima, dois princípios fundamentais da ética ambiental que se manifestaram com maior nitidez no desenvolvimento dos discursos ambientalistas: o princípio antropocêntrico; um desdobramento especial dele que aqui passamos a tratar como antropocentrismo responsável, que reúne todas as concepções em que se fala da preservação, mantendo a necessidade humana como pano de fundo dos argumentos (onde se

encaixa, por exemplo, o argumento do dever para com as gerações futuras); o princípio ecocêntrico, que centra os argumentos do direito de todas as formas de manifestação da vida, incluindo aquelas evidenciadas nas relações ecossistêmicas.

Em síntese, após uma sistematização comparativa dos dois campos, é possível visualizar uma aparente distinção: embora os argumentos de natureza antropocêntrica ainda estejam presentes em ambos, eles parecem mais evidentes no Direito, especialmente na forma do antropocentrismo responsável. Por outro lado, o caráter holístico recorrentemente presente nos documentos da Educação Ambiental apontam para um encaminhamento das reflexões para os princípios ecocêntricos.

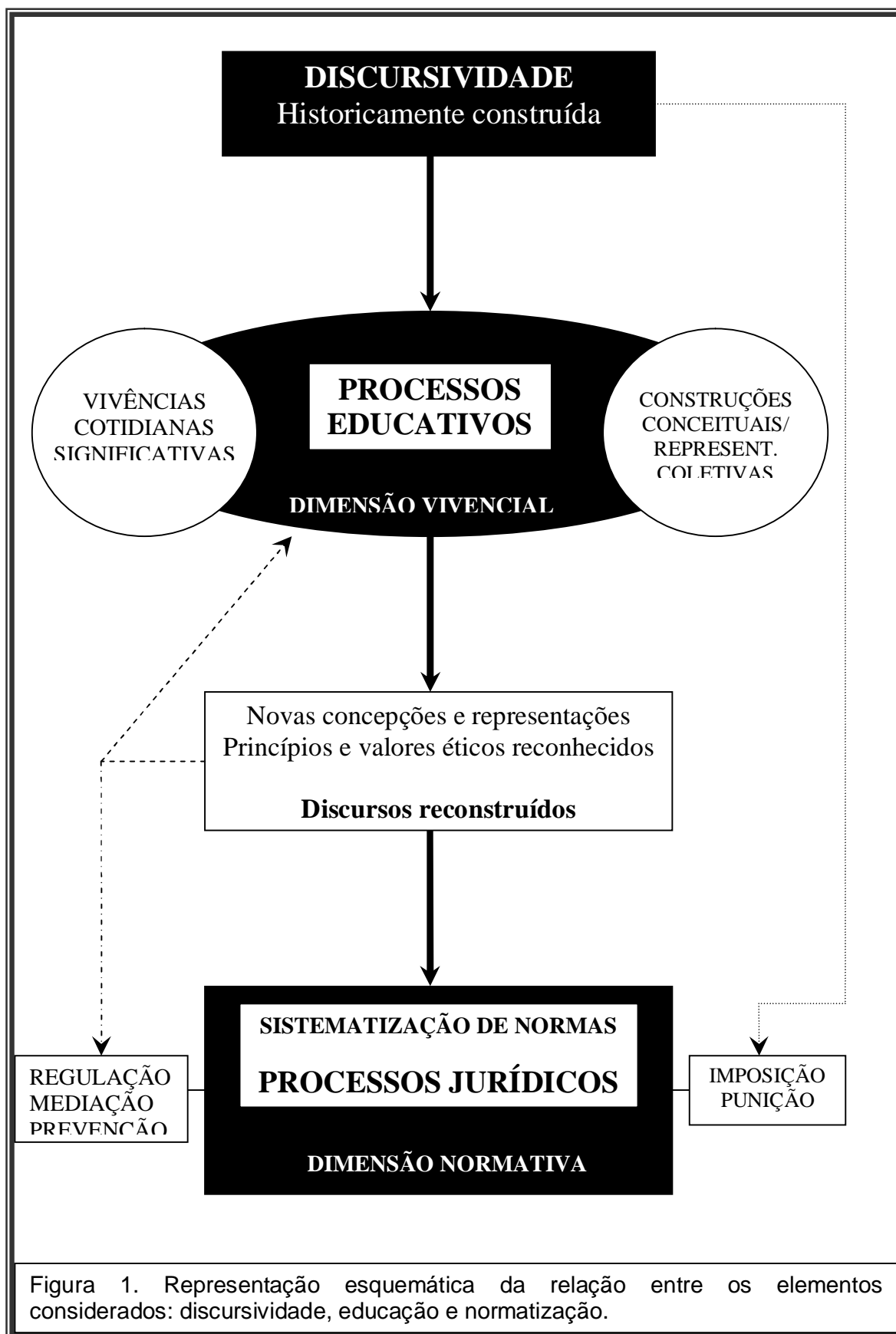
Como dito antes, a proposta da reflexão dos dados retirados pelos fragmentos dos textos e dos diplomas legais foi tecer uma verificação das aproximações e distanciamentos das áreas do Direito Ambiental e da Educação Ambiental, verificando que o discurso ambientalista e a ética ambiental estão evidentemente presentes em ambos, cada qual com tendências diversas. Tais discursos perpassam pela necessidade comum de preservação, comunicação dos saberes, alteração da visão distanciada homem/natureza com a conseqüente aproximação entre o ser humano e a natureza e, portanto, a aproximação dos campos que são absolutamente necessários um ao outro, até pela sua cumplicidade, vez que o Direito Ambiental necessita da Educação Ambiental e vice e versa. Para fundamentar essa cumplicidade, porém, é preciso que haja compartilhamento entre os pressupostos éticos, que sem os seus objetivos, fundamentos e meios comuns não podem ser efetivados, especialmente no que se refere à construção da responsabilidade e cidadania ambiental.

Uma discussão fundamental em nossas reflexões já é, nesse ponto, possível: esse intercâmbio entre os campos, embora aparentemente silencioso, parece ter possibilitado um grande avanço no movimento de sistematização das normas. Se considerarmos como movimento educativo todas as reflexões veiculadas pelas variadas vias de comunicação e pelo diálogo interdisciplinar, na defesa de uma nova concepção de relação ser humano-ambiente, de fato o que se tem hoje de desenvolvimento na epistemologia e prática do campo jurídico é fruto justamente de novos discursos fundados nesse fazer educativo. No entanto, há um tempo necessário para que essas novas discursividades sejam incorporadas no saber dos campos e transcritas na linguagem de cada área, o que nos faz olhar

para o quadro atual como um processo dinâmico, de forma que novos princípios e concepções se firmam na dimensão educativa terão mantido o pressuposto do diálogo interdisciplinar, incorporação na dimensão da normatização.

O organograma representado na Figura nº 1 apresenta as relações entre os diferentes elementos integrantes de nossa discussão e tenta dar clareza a esse processo. Dele é importante destacar que tomamos a dimensão da discursividade como um fenômeno dinâmico alimentado constantemente pelos processos educativos, centrados tanto na esfera das construções cognitivas coletivas, quando de vivências significativas. Esses processos reestruturam constantemente a discursividade, gerando novas compreensões e significações que são organizadas socialmente em normatividades que modulam as relações humanas e a relação do ser humano com o ambiente. Há, no entanto, uma prática comum em nossa sociedade, em que se omitem os processos educativos vivenciais e significativos, de forma que as normatizações não são construídas coletiva e comunicativamente por todas os segmentos sociais e, portanto, a sistematização chega antes mesmo da compreensão e do significado das ações requeridas.

Nesse contexto, a norma passa a refletir uma moral imposta e ganha um caráter definitivamente imperativo. Isso em parte justifica o fato de que alguns avanços e singularidades de princípios éticos no campo da Educação Ambiental não ser compartilhado simultaneamente pelo campo da normatização. No âmbito educativo os discursos estão sendo recriados e incutidos pelos processos vivenciais, comunicativos e pelas construções coletivas de sentido, enquanto que, no domínio do Direito os discursos anteriormente sedimentados tentam se refletir em ações reguladoras, que acabam por ser coercitivas ou punitivas, na grande parte dos casos.



CAPÍTULO III

ELEMENTOS DOS DISCURSOS NOS CAMPOS DO DIREITO AMBIENTAL E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

MUDANÇAS OCORRIDAS NOS CAMPOS

PARTICIPAÇÃO DOS CAMPOS NA CONSOLIDAÇÃO DOS DISCURSOS

CONCEITOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

COMPETÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS

CONHECIMENTO DE LEGISLAÇÃO E DA ÉTICA AMBIENTAL

CAPÍTULO III: ELEMENTOS DOS DISCURSOS NOS CAMPOS DO DIREITO E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Apresentamos neste capítulo a análise do conteúdo dos discursos dos participantes de nossa pesquisa⁴³. Tal apresentação segue o formato delineado no roteiro de entrevistas, obedecendo assim a três blocos distintos: contextualização; elementos históricos dos campos; análise em profundidade dos elementos focais da pesquisa.

Inicialmente, fazemos uma contextualização dos participantes, trazendo dados gerais como relato da sua inserção no campo da Educação Ambiental ou do Direito Ambiental, modalidades de trabalho e principais projetos de extensão ou pesquisa. Na sequência, os aspectos históricos dizem respeito à forma como os profissionais vêem o desenvolvimento de seus campos de atuação, bem como a existência ou não de influências recíprocas entre eles, o que é sistematizado numa sequência que vai das considerações dos profissionais do Direito para as dos Educadores Ambientais, perpassando pelos seguintes aspectos: mudanças ocorridas nos campos; evoluções conceituais; vivências e experiências formativas; contribuições dos campos para a consolidação do discurso ambientalista e importância dada à Educação Ambiental.

Posteriormente, são tratadas mais detalhadamente, as formas como os profissionais vêem seus papéis no enfrentamento das questões ambientais. Apresentam-se as idéias defendidas pelos participantes com relação às competências de ambos os profissionais, às possibilidades de trabalho integrado e ao conhecimento necessário para tal ação. A apresentação dentro de cada um dessas sequências é feita com base nas categorias criadas a partir da análise, de maneira que para cada um dos itens haja alguns subitens correspondentes às categorias explicativas.

Ao final do capítulo são retomadas as questões levantadas nos capítulos anteriores, com o objetivo de cruzar as informações e reflexões, suscitadas na reconstituição histórica dos campos e na busca dos fundamentos éticos que os perpassam, com os dados discursivos discutidos. Buscamos, com isso, deixar bem

⁴³ Os recortes das entrevistas apresentados no corpo do texto são fragmentos do conteúdo de cada uma das entrevistas que estão em anexo III sob forma de “cd”. Foram assim anexadas para facilitar o manuseio, bem como economia de papel.

claramente colocadas e justificadas as aproximações e distanciamentos entre os campos. A título de facilitação de entendimento dessas relações, apresentamos ainda um organograma sintético das discussões desenvolvidas.

3.1 MUDANÇAS OCORRIDAS NOS CAMPOS

Os atores da pesquisa foram inicialmente questionados sobre as mudanças ocorridas no histórico de seus campos de atuação (Direito Ambiental e Educação Ambiental). As respostas dos profissionais do Direito mostram que, muitas vezes, o discurso do campo se confunde com o próprio desenvolvimento do movimento ecologista, mas mesmo assim revelam alguns elementos de importância para nossa discussão. (ver quadro abaixo)

QUADRO 05: Mudanças ocorridas nos campos

	DIREITO Ambiental	EDUCAÇÃO AMBIENTAL
01	Revisão do discurso naturalista – inclusão do ser humano	Revisão do discurso naturalista – inclusão do ser humano
02	Mudança de foco da ação punitiva para preventiva	Foco na formação de valores e competências
03	Reconhecimento da necessidade de equilíbrio ambiental	Substituição de ações pontuais para projetos duradouros
04	Busca de descentralização da gestão ambiental	Ênfase na educação crítica e na cidadania
05	Mudança da postura de protesto para a de diálogo no ecologismo	Institucionalização e maior inserção na educação não-formal

É possível verificar que há apenas um dos aspectos apontados (item 01) por profissionais de ambos os campos. No entanto, algumas das mudanças citadas apontam para um mesmo fundamento (item 05). É o que acontece entre o reforço da postura dialógica, a descentralização da gestão e a educação crítica e para a cidadania (item 04), ambos apontam o fundamento da participação, que depende, por sua vez, do princípio da responsabilidade.

A questão da inserção do ser humano nos contextos, minimizando assim uma concepção naturalista ou biocêntrica de meio ambiente apareceu com destaque nos discursos dos profissionais de ambas as áreas, o que demonstra uma clara

disposição em aceitar um caráter antropológico nas discussões dos campos. Se esse é, por um, lado um avanço na medida da necessidade de entendermos as dinâmicas socioambientais, por outro é importante que nos questionemos até que ponto essa tendência não resgata uma concepção antropocêntrica, que como visualizamos ao tratarmos dos pressupostos éticos dos campos, marcou o desenvolvimento dos discursos ambientalistas, especialmente no Direito Ambiental.

3.1.1 Mudanças ocorridas no histórico do Direito

3.1.1.1 A inserção do ser humano no meio ambiente

Essa mudança é apontada tanto pelos profissionais do Direito como pelos Educadores Ambientais. No entanto, no Direito Ambiental, ela vem associada à citação da minimização do conteúdo severo das leis em função das necessidades humanas. O depoente fala de uma revisão de um discurso essencialmente naturalista que excluía o ser humano da natureza:

“As leis foram muito severas, então tenho a sensação que nós saímos de um extremo para outro. Então, as leis começaram a ser mais severas para evitar a degradação ambiental e depois, com o passar do tempo, começou a ser mais dosado. O meio ambiente é importante para preservação, contudo é importante também o homem que faz parte do meio ambiente, mas não pode abrir mão das necessidades. Então a legislação começou a pensar em outros aspectos, econômico, social, político...” (A.C.C., p.2).

Trata-se, portanto, da alteração de uma característica eminentemente preservacionista para uma mais inclusiva socioambientalista.

Os primeiros antecedentes do ambientalismo recente no Brasil datam da década de 50 do século passado, mas pela pouca importância dada ao tema, somente na década de 70 ocorreram novos incrementos legislativos que são reflexos da conjuntura internacional, passando na década de 80 para um movimento mais profissional através de organizações melhores estruturadas, combativas e denunciadoras. Nesse novo contexto é que se iniciou a produção de uma legislação que incluiria o homem como parte das ações protecionistas.

Viola a Reis (1992) denominam este ambientalismo de complexo, pois é um agrupamento de vários atores sociais que atuam com maior ou menor especialidade

em um dado setor, e ao mesmo tempo fazem um intercâmbio produtivo que reflete na alteração da legislação. Exercem esta influência de modo contundente, passando da fase de denunciismo para a afirmação de uma alternativa viável de conservação e preservação do meio que contempla o viés social dos problemas enfrentados.

No mesmo sentido, Rodrigues (2005, p.84) relata:

Qualquer tentativa de isolar o homem do meio ambiente é extirpada pelo próprio legislador quando diz que o direito a um *meio ambiente ecologicamente equilibrado* é um bem juridicamente protegido. A sua proteção decorre do fato de que é essencial à sadia qualidade de *todas as formas de vida*.

A legislação brasileira influenciada pelo movimento ambientalista mundial, respondeu às pressões conforme os atores sociais impunham com maior ou menor contundência suas posições. Como já dito no Capítulo I, o Direito Ambiental passou por processos que apresentavam diferentes fases. Neste contexto, as observações dos entrevistados refletem a evolução do Direito Ambiental, que: inicialmente se pautava de forma “severa” na proteção dos “bens ambientais” e no conservacionismo estrito; numa segunda etapa, a sanitarista, a consideração do meio ambiente era essencialmente antropocêntrica, voltada para a proteção da saúde humana; na continuidade o Direito Ambiental procura essa integração do homem na questão ambiental, numa tentativa de desfazer as concepções biocêntrica ou antropocêntrica de mundo. Ao mesmo tempo em que desfaz essa centralidade, atribuindo ao ser humano o papel de cuidador, o Direito entende que os ambientes não são intocáveis e o componente humano precisa ser compreendido para haver uma gestão adequada do ambiente.

3.1.1.2 Mudança de foco da ação punitiva (reparação do dano ambiental) para a preventiva

Um dos apontamentos importantes na fala de profissionais do Direito é a possível mudança da natureza da ação do legislador: da punição para a ação preventiva.

No primeiro momento era uma tutela reparatória de efeito retardado com base no princípio do poluidor pagando e hoje uma mudança agregando as mudanças que eu percebo é que a doutrina jurídica brasileira e internacional no campo processual é a tendência à tutela da prevenção (E. P., p. 3).

As mudanças que eu percebo é que a doutrina jurídica brasileira e internacional no campo processual é a tendência à tutela da prevenção, ocorrendo a substituição do comando do poluidor pagador para o comando da precaução e da prevenção. (E.P., p.3)

...O que tem me chamado bastante a atenção é pela busca de prevenção da degradação ambiental, e não ficar simplesmente correndo atrás de um dano ambiental (...) para ter a educação como prevenção, para que não chegue a uma ação judicial, e os danos sejam minimizados nesta forma. (A.C. C, p.2)

Essa evocação de mudança da punição à prevenção exige que se repense um ponto bastante significativo da legislação ambiental: o princípio do poluidor-pagador. A conceituação do princípio do poluidor-pagador baseia-se, segundo Benjamin (1993, p.228), na imposição ao poluidor do “dever de arcar com as despesas de prevenção, reparação e repressão da poluição”. O princípio do poluidor-pagador foi tido como uma expressão capaz de eliminar todos os males da degradação ambiental, tornando-se *slogan* em diversos setores ligados às questões ambientais, mas na prática o pagamento sempre foi redistribuído para os usuários dos produtos daquele que gerou o dano, ou seja, repassou-se o custo para a sociedade e também ao Estado.

O referido princípio apóia-se na teoria econômica, levando a compensação financeira pela poluição causada, tendo sido implementado na Lei 6938/81 da Política Nacional de Meio Ambiente, assim como também no art. 225 da Constituição Federal de 1988, mas com uma visão meramente reparatória do dano, que está condenada ao descrédito e ao fracasso, dada a incoerência e impossibilidade de se valorar o meio ambiente. Sua aplicação não pode ser uma mera regularização econômica pelo “direito de poluir”.

Desdobrando-se em tutela da prevenção, como mencionado pelo entrevistado, a revisão deste axioma é importantíssima no Direito Ambiental. Falar em ultrapassar limites do Direito Ambiental pressupõe o entendimento de que este novo ramo do Direito absorveu os conhecimentos de outras áreas das ciências, principalmente das ciências naturais e sociais para dar completude a sua atuação. É através do conhecimento advindo das ciências naturais que o Direito entende

atualmente a necessidade de ressignificação deste princípio: ele pode prever que, em que ocorrendo um dano ambiental, sua reparação é de grande complexidade, uma vez que um ecossistema destruído dificilmente se reconstituirá da mesma maneira, sem contar os danos irreparáveis como a extinção de uma determinada espécie, ao que argumenta Rodrigues (2005, p. 203-204).

O princípio da prevenção constitui um dos mais importantes axiomas do Direito Ambiental. A sua importância está diretamente relacionada ao fato de que, se ocorrido o dano ambiental, a sua reconstituição é praticamente impossível. O mesmo ecossistema jamais pode ser revivido. Uma espécie extinta é um dano irreparável. Uma floresta desmatada causa uma lesão irreversível, pela impossibilidade de reconstituição da fauna e da flora e de todos os componentes ambientais em profundo e incessante processo de equilíbrio, como antes apresentava. Enfim, com o meio ambiente, decididamente, é melhor prevenir do que remediar.

Nesse sentido, a prevenção no trato das questões ambientais pressupõe precaução. A precaução é a condição de não correr absolutamente nenhum risco, sendo tomada até quando não se sabe se há um risco. Já quando se sabe se há algum risco, então se previne. Talvez, num primeiro instante, esta simples diferenciação semântica possa passar despercebida, mas ela é fundamental para o Direito Ambiental. Em suas normatizações, pode-se privilegiar: não correr riscos (precaução *prae* + antes = *cavere* = tomar cuidado), assumindo como risco o possível prejuízo para as presentes e futuras gerações; ou, sabendo-se dos riscos, utilizarem-se das normas e regras para preveni-los.

3.1.1.3 Reconhecimento da necessidade de equilíbrio ambiental e mudança da postura de protesto para a de diálogo no ecologismo

Um dos profissionais do Direito retoma a fase inicial do movimento ecologista para destacar como importante mudança no histórico do campo a superação de uma pré-concepção negativa a respeito dos defensores de um equilíbrio ambiental.

“No início nós tínhamos uma compreensão muito superficial e desvirtuada a respeito da importância do próprio equilíbrio ambiental e da própria legislação ambiental. Havia, digamos assim, uma subestimação da ecologia e daqueles que tratavam de uma forma mais dedicada e intensa, eram tidos como pessoas e instituições que estavam vivendo uma fase romântica, uma fase de revolta...”(E.L.P., p.2)

O mesmo depoente aponta uma contraposição entre o Estado omissivo e entidades e ONGs com discursos radicalizantes, sem nenhuma flexibilidade. Cita como mudanças positivas o reconhecimento das instâncias públicas a respeito da necessidade de se pensar o equilíbrio ambiental e a conseqüente aproximação desses com os ecologistas, a partir de uma mudança de atitude de protesto para a de diálogo.

Entre a omissão do Estado e a postura extrema de algumas entidades que advogam a paralisação do desenvolvimento econômico eu penso que hoje se tem buscado uma situação de equilíbrio... (E.L.P., p.3)

Essa visualização da aproximação entre ecologistas e seus críticos, demonstra, em segundo plano, um reconhecimento da pertinência do discurso ambientalista e sua justificação na institucionalização do Direito Ambiental e na normatização.

A preocupação pública tem crescido continuamente nos últimos anos, mesmo que lentamente e mais por imposição da sociedade civil organizada do que propriamente por interesse expresso em seus planos de gestão. Após os anos 60 e 70, as questões ambientais foram mais evidenciadas, principalmente pela atuação de algumas organizações internacionais, agências estatais, grupos e instituições científicas, alguns setores de administradores que implementaram a gestão baseada no uso de materiais com controle de poluição e um novo consumidor preocupado com a qualidade de vida e do meio ambiente. Destaque se pode dar para algumas organizações que alcançaram projeção internacional como o Greenpeace, Friends of the Earth, Earth Island Institute, World Wildlife Fund, entre outros.

Esses atores sociais foram constituintes do movimento ambientalista que se disseminou por estruturas governamentais, não governamentais, instituições de pesquisa e de ensino, comunidade de base, empresas, transformando-se em um movimento multisetorial.

A bipolarização assinalada pelos entrevistados ficou muito evidente nos anos 70 com a posição dos que defendiam o relatório do Clube de Roma⁴⁴, e os que se afinavam com o expresso na Conferência de Estocolmo.

⁴⁴ O **Clube de Roma** é um grupo de pessoas ilustres que se reúnem para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados à política e economia internacional. Foi fundado em 1968 por Aurélio Peccei, industrial e acadêmico italiano e Alexander King, cientista escocês. Tornou-se um grupo

Sobre o clube de Roma, Dias (2000, p. 35-36) destaca:

O clube de Roma publica o relatório *The limits of growth* (os limites do crescimento). Estabelece modelos globais baseados nas técnicas pioneiras de análise de sistemas, projetados para prever como seria o futuro se não houvesse modificações ou ajustamentos nos modelos de desenvolvimento econômicos adotados. O documento denuncia a busca incessante do crescimento da sociedade a qualquer custo e a meta de se tornar cada vez maior, mais rica e poderosa, sem levar em conta que o crescente consumo geral levaria a humanidade a um limite de crescimento, possivelmente a um colapso. Os políticos rejeitam as observações. Entretanto, o livro atinge, em parte, seu objetivo: alertar a humanidade para a necessidade de maior prudência nos seus estilos de desenvolvimento.

A principal divergência dizia respeito ao crescimento demográfico, descrito no princípio 16⁴⁵ da Declaração de Estocolmo, ou seja, a graduação do limites de crescimento populacional para se obter uma maior proteção do meio ambiente. “Era necessário estabelecer imediatamente mecanismos de proteção ambiental que agissem corretivamente sobre os problemas causados pelo desenvolvimento econômico e reverter a dinâmica demográfica para atingir a médio prazo uma população estável.” (VIOLA E REIS, 1992, p.76).

3.1.1.4 A regionalização do Direito Ambiental e a questão ambiental entendida de forma descentralizada

Um dos profissionais do Direito com experiência de atuação em diferentes regiões do Brasil destaca que houve uma evolução da efetivação da lei em algumas regiões do país, mas em alguns lugares a questão ambiental é preterida em função dos interesses econômicos:

A gente tem uma noção que a questão do Meio Ambiente está caminhando bem, mas [...] percebi que há muito mesmo a ser feito [...] Pois destrói-se tudo como se fosse a forma mais rápida de ganhar dinheiro (A. B.C., p. 2).

conhecido em 1972 devido à publicação do relatório Limites do Crescimento, que vendeu mais de 30 milhões de cópias em 30 idiomas, tornando-se o livro sobre ambiente mais vendido da história.

⁴⁵ Princípio 16

Nas regiões onde exista o risco de que a taxa de crescimento demográfico ou as concentrações excessivas de população prejudiquem o meio ambiente ou o desenvolvimento, ou onde, a baixa densidade de população possa impedir o melhoramento do meio ambiente humano e limitar o desenvolvimento, deveriam se aplicar políticas demográficas que respeitassem os direitos humanos fundamentais e contassem com a aprovação dos governos interessados.

Outro participante destaca que a gestão ambiental precisa atender às condições específicas de cada contexto, o que pressupõe uma descentralização:

Hoje [...] temos um Estado que cumpre um pouco melhor sua parte e temos já sinais de descentralização que a mim parece muito importante desde a união até a gestão municipal, que eu penso ser o futuro da gestão ambiental pública. Enquanto o município não se envolver de forma clara, precisa, de forma intensa com a questão ambiental, nós vamos ter percalços e adversidades muito grandes. (E. P., p.2).

A falsa idéia da infinitude dos recursos naturais coadunada com a solução tecnicista dos problemas ambientais fez com que a questão ambiental e os bens ambientais fossem tratados como *res nullius* (coisa de ninguém). Mas uma série de fatores, entre eles, o aumento populacional e a sua densidade urbana, a destruição da natureza pela exploração econômica e a poluição descontrolada no modelo de desenvolvimentista neoliberal, fizeram o mundo refletir sobre a ameaça da crise ambiental. O que era visto como *res nullius*, passou a ser *res omnium* (coisa de todos). Portanto, a responsabilidade pelo bem natural é de todos. Nesse sentido, a legislação precisa ser o reflexo das formas como essa responsabilidade é compreendida pelos cidadãos.

Eu acho que a dificuldade maior é entender porque as leis ambientais no Brasil são ótimas, são tidas como as melhores ou a melhor legislação do mundo assim em termos de meio ambiente, mas a aplicabilidade dela é muito complicada, porque talvez ela não tenha levado em conta a realidade local das pessoas que tenham que executar a lei tenha que cumprir a lei. Talvez tivesse que ter uma satisfação maior de pessoas com saber local com saber popular na aprovação das leis (M.M., p.5).

A discussão das diferenças regionais e da inclusão do saber popular na definição do processo legislativo liga-se ao princípio de participação e responsabilidade, que é um dos elementos de maior destaque na fala dos participantes, conforme se poderá ver na sequência. A evolução histórica tem demonstrado que cada vez mais o regime jurídico do bem público está se voltando para o bem da coletividade, pois o meio ambiente não é propriedade do Estado ou do particular, mas um bem difuso, *res omnium*. Não se poderá identificar no conjunto quem tem a parte desse bem, reservando somente o uso comum. Essa concepção

precisa ser incorporada no discurso de todos, devendo ser assim veiculada nas ações educativas.

3.1.2 Mudanças ocorridas no histórico da Educação Ambiental

3.1.2.1 A inserção do ser humano no meio ambiente

De tudo que se observa na Educação Ambiental começa a se desnudar os fundamentos de uma nova educação voltada não só para a preservação e a conservação, mas a inclusão do homem como parte deste meio. Tal como indicado para o campo do Direito Ambiental por seus profissionais, os Educadores Ambientais entrevistados também detectam no histórico de desenvolvimento da Educação Ambiental a mudança de foco da abordagem puramente conservacionista e biocêntrica para aquela em que se considera o ser humano como parte do ambiente.

Observamos, na coleta dos discursos dos educadores, esta consideração bem enfática de reintrodução do elemento humano no meio, não como o dono ou possuidor ou do “bem ambiental”, mas simplesmente como parte dele.

A Educação Ambiental como todo o movimento ambientalista há algum tempo atrás era mais voltada à preservação da natureza, não envolvendo tanto o ser humano nesta questão. O ser humano era visto mais como um problema, do que um agente que deveria ser integrado ou que faz parte do sistema. (A. L., p. 2.)

A Educação Ambiental é uma coisa bastante recente. Ela, antes da Rio-92 tinha algumas coisas, mas muito vaga, muito voltada ao preservacionismo, muito voltada ao conservacionismo... (A.L., p.4)

Quando entrei no IBAMA que descobri este outro lado da Educação Ambiental eu achei muito mais fantástico e atraente de trabalhar e não desconsiderando ensino formal que é super válido... Mas que este outro lado que se trabalha com pessoas envolvidas no conflito trabalha-se com conflito socioambiental é muito mais atraente... (M.B.M. p.3)

Vejo também que a Educação Ambiental ela passou a inserir o ser humano, e quando você trabalha com ambientes urbanos, cidades, é um avanço também do que se trabalhar apenas com a natureza pura e simples, o ambiente natural também tem uma necessidade de trabalhar os ambientes urbanos. (A. L., p.2)

Os princípios definidos no Programa Nacional de Educação Ambiental, principalmente com o compromisso com a cidadania ambiental, fazem com que se reconheça que o homem tem um papel decisivo na construção do meio. Certo é que por muito tempo a humanidade ignorou que o ser humano pertencia ao meio e a educação manteve esta ilusão.

3.1.2.2 Foco na formação de valores e competências e ênfase na educação crítica e na cidadania

À Educação Ambiental, que toma por seu papel o desafio de reintroduzir o ser humano na esfera ambiental, abrem-se novas necessidades: despertar a capacidade crítica e a postura responsável, aliada a uma consciência ambiental e uma prática de cuidado: “Sem o cuidado triunfa a entropia, vale dizer, o desgaste de todas as coisas sob a usura irrefreável do tempo; com cuidado, cresce a sintropia, a conjuntura suave de todos os fatores que mantêm o mais possível a existência.” (BOFF, 2003, p.86)

Na transição verificada pelos entrevistados, a sociedade deve propiciar o empoderamento dos indivíduos de tal forma que possam enfrentar politicamente os desafios veiculados pelo discurso ambiental: a busca de uma sociedade democrática e socialmente justa; o desvelamento das condições de opressão social; a prática de uma ação transformadora intencional e a necessidade de contínua busca do conhecimento (SAITO, 2002, p. 58). Sem dúvida, esse novo quadro pressupõe uma também nova construção ética, com a formação de novos valores. É nesse contexto que podemos compreender a seguinte citação de uma das educadoras ambientais da pesquisa:

Outra coisa que vejo que avançou é que na Educação Ambiental se trabalhava apenas com problemas e a Educação Ambiental não é para resolver problemas. Muito pelo contrário, ela é para formar pessoas para realmente estar empoderadas para irem atrás destas resoluções destes problemas... Então se trabalha com a questão e valores, formação do cidadão. (A. L., p.2)

Nesta perspectiva de inclusão do homem, a Educação Ambiental toma um caráter político com finalidade e objetivos expressamente definidos já no art. 1º da Lei 9795/99 de Política Nacional de Educação Ambiental:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Reigota (1995, p 62) já assim refletia sobre como seria o objetivo da Educação Ambiental, consideração que acabou normatizada na Lei:

A educação ambiental como educação política está empenhada na formação do cidadão nacional, continental e planetário, baseando-se no diálogo de culturas e de conhecimento entre povos, gerações e gêneros.

Trata-se assim de uma educação inclusiva, dialógica, construtiva de valores, habilidades e atitudes voltadas para um novo papel do ser humano responsável, que reflete na benevolência com a natureza, produzindo uma resposta qualificada ao apelo da realidade do planeta, de forma que suas ações não tenham conseqüências destrutivas para o outro, a natureza, a vida e a terra (BOFF, 2003; JONAS, 1995). Veremos como essas conseqüências do reconhecimento da inserção do ser humano no ambiente influenciaram uma concepção de Educação Ambiental bastante expressa pelos participantes desta pesquisa.

A evolução da Educação Ambiental parece inspirada nos ideais emancipatórios da educação crítica, em que se capacitam as pessoas, a sociedade para a tomada de decisões de maneira crítica e participativa, produzindo assim frutos mais duráveis e mudanças que ultrapassam a mera obediência a normas e regras impositivas.

<p>Buscando emancipação mesmo das pessoas, sendo capazes de tomar suas decisões, direcionar suas ações em cima de um trabalho, não que a gente direcione. (M.B.M.,p.3)</p>
--

A valoração das pessoas como cidadãos é pilar para o surgimento da ética capaz de despertar no ser humano a compaixão (BOFF, 2003) ou a responsabilidade relatada por (JONAS,1995). Nesse sentido, a Educação Ambiental é auxiliadora na formação de cidadãos que vivenciam a alteridade. Tal avanço não pode ser sentido

na mesma velocidade que a aplicação de certa norma impositiva, mas em compensação esta mudança é irreversível e constante e, certamente, compensatória.

3.1.2.3 Transição de ações pontuais para projetos de longa duração

Outra característica da evolução histórica da Educação Ambiental é que se deixou de investir em meras ações pontuais e descontextualizadas para se tornar uma permanente construção no ambiental formal e não formal de educação.

A Educação Ambiental era muito pontual, de curta duração, exemplo: dia da árvore, dia do meio ambiente, da água. Hoje você trabalha mais com projetos de duração maior, pois a Educação Ambiental é um processo contínuo. (A. L., p.2)

Então no movimento ambiental assim como na Educação Ambiental o maior avanço foi nos anos 90, onde se começou pensar... Por conta dos problemas ambientais que ficaram muito evidentes, começou a se pensar em outras formas de trabalhar, pois não dava apenas com conservação, precisava trabalhar também com áreas degradadas, com ambientes urbanos, então vejo que houve um grande avanço especialmente porque as pessoas puderam se juntar através das redes, foram vários eventos, fóruns, coletivas, onde as pessoas puderam se juntar. (A. L. p.4)

Um dos objetivos definidos no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) é fomentar processos de formação continuada em Educação Ambiental formal e não formal e sua diretriz básica é o caráter prioritário e permanente que deva ser reconhecido por todos os governos.

Logo, a visão do entrevistado se coaduna com o que já está sendo normatizado no plano brasileiro de Educação Ambiental. Fato é que a simples normatização não dá garantia de implementação, tal como dito anteriormente. Como Benjamin (1993, p.375) enfatiza com relação à atuação de promotores de justiça, e afirmamos que tal matéria poderia se aplicar a qualquer profissional que lida com a área Ambiental, é necessário um contínuo aprimoramento e rigoroso treinamento para que os profissionais da área ambiental possam responder às necessidades apresentadas, para não ocorrer a redução de intenções da Educação Ambiental e a acomodação a ações efêmeras.

3.1.2.4 Institucionalização e maior inserção na educação formal

Destaca-se das falas dos participantes a ênfase dada à intensificação das ações de Educação Ambiental também no ambiente não-formal. Essa percepção é bastante importante, uma vez que o enfrentamento dos problemas ambientais atuais depende do comprometimento de todos os envolvidos e de um tratamento local centrado nas singularidades de cada contexto, *locus* em que somente o ator social aí mergulhado tem condições de compreender e agir em prol das mudanças necessárias.

“A Educação Ambiental está mais aberta para outros públicos. Quando ela iniciou era uma coisa muito voltada para a escola” (A.L., p.4)
 “Quando entrei no IBAMA, que descobri este outro lado da Educação Ambiental eu achei muito mais fantástico e atraente de trabalhar e não desconsiderando ensino formal que é super válido... (M.B.M., p.3)

As mudanças planetárias de que tanto se houve falar nos discursos ambientalistas dependem das posturas pró-ativas dos envolvidos em cada micro-contexto. Dias (2002, p.13) faz uma lista com 13 situações de riscos e desafios planetários. Guimarães (1995, p.9) em nota introdutória da sua obra refere-se ao esgotamento global dos recursos naturais. Guattari (1995, p.7) em sua primeira frase da obra *Três Ecologias* alerta para o risco da ameaça à vida no planeta. Os três autores apontam caminhos: Guattari, a solução pela ecosofia; Guimarães, a sugestão de uma Educação Ambiental participativa, comunitária e crítica da realidade vivenciada; Dias, a cooperação, quando termina seu livro falando que os seres com melhores chances de viver são os que não competem, mas vivem em simbiose. Os princípios que perpassam os três caminhos indicados – ecosofia, participação e cooperação – precisam, no entanto, ser construídos e vivenciados nas realidades cotidianas. Em outros termos, a Educação Ambiental deve expandir-se, transpor os limites da educação formal e atuar nessas realidades não-formais, onde de fato as transformações podem ser vislumbradas praticamente. Sem essa expansão ela pode se reduzir a mero adjetivo de mais uma “educação”.

A Legislação brasileira definiu as duas formas de Educação Ambiental (formal e não formal) nos art. 9º e 13º da Lei 9795/99 assim:

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

Art. 13 Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Outra consideração apontada por um dos Educadores Ambientais diz respeito à institucionalização do campo, principalmente em órgãos como IBAMA.

“Quando o IBAMA foi criado não existia nenhuma estrutura de Educação Ambiental no seu regimento... Falava-se de Educação Ambiental, mas não tinha estrutura física da Educação Ambiental. Somente dois anos depois de sua criação é que começou a criar as estruturas...” (M.L. p.3).

A Educação Ambiental em sua trajetória tem tentado irromper as paredes da academia, compreender a sabedoria daqueles que estão envolvidos no conflito propriamente dito e com eles buscar soluções dos problemas, enfatizando assim a participação e o respeito humano. Essa tendência é apontada principalmente pelos Educadores Ambientais que trabalham em órgãos públicos, cuja atividade demanda um contato direto com comunidades humanas, estando assim centrada nas ações de intervenção.

Ela falava para gente e nós tentávamos colocar de uma maneira mais tranqüila para a comunidade, foi interessante que a gente partiu do seguinte princípio: que por mais que a gente vá traduzir um artigo a gente nunca subestima as pessoas, mesmo que elas não tenham assim um conhecimento técnico, o fato de elas serem semi-analfabetas. [...] a gente fazia com que elas pensassem também, a gente não dava de “mão beijada”. O artigo tal quer dizer isso? Não!? Mas o que vocês acham que o artigo tal quer dizer? Daí levantava as discussões e aí eles colocavam o que pensavam. (M.L., p.7)

Eu acho que qualquer atividade que você vai trabalhar você tem que partir da realidade, para ela ser uma coisa mais concreta, para conseguir ver, tem que ser participativa. Quem está envolvido se sinta participante para ter um maior efeito, um resultado melhor, deve ter uma socialização do saber. Não é só levar profissionais que são formados, que tem um determinado conhecimento e que eles sabem mais do que o público que você trabalhar. Mesmo crianças têm que se partir do que ele pensa e fazer uma socialização disto, porque quando você trabalha com comunidade você pensa que eles não sabem nada, mas eles sabem muito mais do ambiente, do local onde eles estão, do que qualquer um que está chegando de fora. Vejo assim. (A.L., p.7)

Diante disso, nota-se uma aproximação entre a realidade que os Educadores Ambientais já vivenciam há algum tempo daquilo que efetivamente é sistematizado na normatização. A Lei de Política Nacional de Educação Ambiental publicada em 1999, embora ainda tenha um longo caminho para sua efetivação, já inclui os princípios de participação da comunidade e de interação dos saberes, princípios que datam de maior tempo no discurso dos Educadores Ambientais.

3.1.2.5 Considerações adicionais: criação de novas propostas pedagógicas

A busca da Educação Ambiental pela produção de novas propostas é resultado das já referidas mudanças conceituais ocorridas ao longo do desenvolvimento do discurso ambiental. A construção de propostas metodológicas encontra abrigo nos princípios pluralísticos de idéias e de concepções pedagógicas descritos no ProNEA.

Esta coordenação [Educação Ambiental/IBAMA] teve a difícil missão de construir propostas pedagógicas, metodológicas, elencar as vias finalísticas de Educação Ambiental (M.L. p.2)

Ela [Educação Ambiental] sofreu várias construções. Dá para se dizer que esta proposta de trabalho de Educação Ambiental do IBAMA se dá de forma coletiva, baseado nas experiências locais destes técnicos. [...] A base conceitual ou a influência conceitual vem da teoria crítica, do trabalho destes pensadores e mais próximo ainda de Paulo Freire, educação popular, exercício da cidadania, então tem muito desta referência teórica (M.L. p.2).

O educador ou o órgão que se propõe a trabalhar com a Educação Ambiental deve ter esta visão de interdependência de idéias com a finalidade de criação de novas propostas e suas adaptações. Até porque a coerência no reconhecimento de que a Educação Ambiental deve ter enfoque humanista, democrático, participativo e dialógico, passa por esta necessidade. A observação do entrevistado é, nesse sentido, pertinente, pois pode-se considerar uma difícil missão a criação de propostas com essa base humanística, especialmente por órgãos governamentais ligados à questão ambiental, que tiveram em sua constituição uma visão voltada para a fiscalização e punição, em uma postura imperativa do Estado.

De outro lado, as organizações não governamentais também tiveram em seu início uma postura quase sempre de denúncia e cobrança da punição do Estado ao infrator. Somente após alguns anos estes atores sociais também tiveram a difícil missão de introduzir a Educação Ambiental em suas ações. Daí advém a impressão de outro entrevistado, de que qualquer um fazia o que pensava ser Educação Ambiental. A mudança para um entendimento mais amplo e organizado da sua necessidade e de seus instrumentos parece muito significativa, bastando verificar a quantidade de estudiosos, material de discussão e produção intelectual no campo, bem como a penetração da Educação Ambiental em todos os setores da sociedade.

Outro avanço que vejo que ocorreu neste processo todo foi que qualquer um fazia Educação Ambiental de qualquer forma e hoje você tem as pessoas se instrumentalizando mais, lendo, se informando, trocando idéia, informações, para ter um melhor trabalho. Não só “eu acho que Educação Ambiental se faz assim e é isso que vou fazer” se embasando realmente geograficamente, para poder fazer o trabalho (A.L., p.4)

Outro fato que merece nota é o nível de significação que hoje passa a ter a Educação Ambiental na sociedade como um todo, independente da corrente apregoada. Lanfredi (2002, p.299) revela que pesquisa realizada pelo Ibope/Iser, em janeiro de 1997, com 2 mil pessoas, a pedido do Ministério do Meio Ambiente, concluiu que 94% dos entrevistados defendem a inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares. Abstraindo a questão da inclusão direta ou de modo articulado, como já foi definido em lei, o interesse da sociedade é fruto de criações e fundamentações dadas por estudiosos do assunto que estão ajudando a construção do *ethos* necessário para a transformação social.

3.2 PARTICIPAÇÕES DOS CAMPOS NA CONSOLIDAÇÃO E PERPETUAÇÃO DO DISCURSO AMBIENTAL

Perguntados sobre a possível influência dos campos na consolidação do discurso ambiental, dois profissionais, sendo um de cada área, afirmaram não haver qualquer influência da Educação Ambiental no discurso ambientalista. Os demais afirmaram haver uma relação, mas não foram explícitos ao tentar caracterizá-la. Podemos melhor visualizar as respostas a partir do quadro abaixo:

QUADRO 06: participação dos campos na consolidação dos discursos.

Categorias	DIREITO AMBIENTAL	EDUCAÇÃO AMBIENTAL
A Educação Ambiental não tem influência sobre o discurso	A Educação Ambiental não tem qualquer influência	A Educação Ambiental não influencia diretamente
A Educação Ambiental influencia o discurso e o Direito Ambiental	A Educação Ambiental é um caminho para a efetivação do discurso	A Educação Ambiental contribui para o discurso incutindo o sentido de transformação Há envolvimento da Educação Ambiental no discurso A Educação Ambiental contribui reforçando o conceito de cidadania
A Educação Ambiental está desconectada do Direito Ambiental	A Educação Ambiental não tem conexão com o Direito Ambiental	A Educação Ambiental não influencia o Direito Ambiental: a lei vem do discurso
A Educação Ambiental está conectada ao Direito Ambiental	A Educação Ambiental pode gerar uma legislação incentivadora	Superação da visão burocrática do Direito Ambiental
Há um distanciamento entre o discurso político e o Direito Ambiental e Educação Ambiental	A lei se consolida, mas não há mudança na prática	

O profissional do Direito que afirmou não haver influência da Educação Ambiental sobre o discurso faz diversas menções à necessidade de Educação Ambiental no ensino formal tão logo é questionado sobre o papel dos campos na consolidação do discurso: *“Eu acredito que não teve muita influência. Penso que a Educação Ambiental ainda é muito frágil, incipiente. Nós não tivemos no ensino formal e não está inserida no ensino não-formal de forma adequada”* (A.C.C., p.116). Nesse sentido, parece estar subscrito que, embora não anuncie a relação, coloca a Educação Ambiental como principal norteadora de novos discursos.

Entre os Educadores Ambientais a afirmação de influência da educação sobre o discurso ambiental está relacionada à forma como a Educação Ambiental incuti o sentido de transformação e reforça o sentido de cidadania e participação:

“... Acho que a contribuição maior vem para este sentido de transformação, esta ansiedade de mudar contextos e paradigmas, de emancipar, isto é um pouco do que move os Educadores Ambientais, este espírito de mudança, de justiça social e ativismo” (M.L., p.4)

“Eu acredito que a Educação Ambiental esteja trabalhando no discurso e na prática ambientalista, não seria desprendido uma coisa da outra, seria um envolvimento total” (M.B.M., p.5).

“Se nós formos olhar a história dos movimentos ambientalistas, você vai ver e perceber nos documentos, que neste discurso há sempre uma preocupação com a formação do homem eticamente responsável, e hoje a Educação Ambiental é nós estarmos desenvolvendo um cidadão eticamente responsável com o meio, que traduzo por cidadania socioambiental” (S.M.C, p.5).

Outros profissionais do Direito também negam a relação do Direito Ambiental com a Educação:

“Acho que eles não estão andando juntos: as áreas jurídicas com a Educação Ambiental ainda não andam juntas” (D.F., p.3).

“Penso que a Educação Ambiental, não vejo que ela tenha muita influência” (A.C.C., p.3)

Vale destacar que um dos Educadores Ambientais nega que a Educação Ambiental possa influenciar o Direito Ambiental, afirmando que a lei vem não da educação, mas do discurso. Entre os que não negam diretamente a possível relação entre os dois campos, não há clareza sobre como a educação poderia influenciar o campo jurídico: *“Eu não tenho um conhecimento até que ponto a Educação Ambiental entrou no Direito... Se a Educação Ambiental tem influência ou não isto não posso dizer. Eu não tenho clareza...”* (S.M.C., p.6), neste sentido a entrevistada refere-se tão somente ao seu desconhecimento da influência da Educação Ambiental sobre o Direito Ambiental e não propriamente se há ou não uma percepção de que todo o discurso se faz mediante uma ação educativa, a posição desta entrevistada teve aplicação muito incidental no que nos propomos com as entrevistas, entre outros aspectos, verificar o pensar e o perceber de cada entrevistado, sem dúvida sua contribuição foi determinante.

A Educação Ambiental, mesmo quando reconhecida uma possível relação entre os campos, é tomada muitas vezes como instrumento como forma de se fazer valer a lei e levar o discurso à dimensão prática. Não se visualiza, dessa forma o potencial que tem a Educação Ambiental como articuladora de novas reflexões que podem fomentar novos discursos que, por sua vez, refletirão em novas normatizações ou revisão das leis já estabelecidas. Essa condição só aparece na fala de um profissional do Direito – a Educação Ambiental pode gerar uma legislação incentivadora – e subliminarmente na fala de dois Educadores

Ambientais, quando apontam a inserção de alguns valores – cidadania, transformação social – no discurso ambiental e a desburocratização do Direito.

Direito Ambiental:

“O Direito Ambiental é uma das manifestações institucionalizadas do discurso ambiental do movimento ambientalista... Hoje o Direito Ambiental tem um viés pedagógico muito destacado, na minha percepção, ainda que a mídia confunda muito e até com certa procedência, pois a legislação ambiental dos últimos 30 anos é muito mais proibitiva e repreensiva do que estimuladora e incentivadora. Eu vejo que o caminho que o Direito deve tomar é promover a consciência e o que eu vejo que é o papel da Educação Ambiental é o caminho de se criar uma legislação estimulante, incentivadora...” (E.L.P., p.4).

“O Educador Ambiental pode participar muito concretamente do processo de aperfeiçoamento da legislação ambiental...” (E.L.P., p.12)

Educadores Ambientais :

“Eu não sei se consigo separar assim: isso aqui foi fruto de um trabalho de Educação Ambiental, essa lei foi fruto disso. Ela pode ter sofrido também influência da Educação Ambiental, mas ela vem desse discurso ambientalista” (M.L., p.5).

“... Há uma convergência axiológica sobre a ética da responsabilidade, e isto não está em relação aos eventos específicos de Educação Ambiental, mas em relação aos eventos relativos ao meio ambiente. Então, na realidade, a Educação Ambiental surge no contexto do movimento ambientalista, ela não surge como algo à parte e, nesta perspectiva, e por meio dela que está nos possibilitando a tomada de consciência de uma ética da responsabilidade” (S.M.C., p.6).

“O Direito Ambiental tinha esta dificuldade, pois tinha uma visão muito mais burocrática de se trabalhar meio ambiente do que uma pessoa que trabalha na comunidade, com as pessoas. Então acho que deve ter ocorrido um avanço nisso.” (A.L., p.5)

Se o Direito Ambiental é uma resposta institucionalizada das pressões da sociedade sobre as questões ambientais, e essas pressões só se dão na medida em que são incorporadas novas concepções e significados no discurso ambiental, parece não haver uma compreensão do papel da Educação Ambiental na formação dessas novas construções discursivas. Sem entender esse papel, há justificação para o apontado distanciamento da Educação Ambiental e do Direito Ambiental.

Não é possível, no entanto, negar a influência dos movimentos educativos na constituição dos discursos ambientais. Nas nossas reflexões teóricas deixamos claro que a Educação Ambiental seria tratada como um processo amplo que inclui

aqueles movimentos de ativistas ambientalistas, pelos quais se iniciou e ganhou espaço a veiculação das questões ambientais. Nesse sentido, se hoje temos uma normatização, ela deriva desses primeiros movimentos educativos que deram densidade a um discurso que hoje a Educação Ambiental tenta tornar comuns a todas as pessoas, nos mais diversos contextos existentes. Logo, o distanciamento entre os campos apontado pelos entrevistados sugere mais uma diferenciação de princípios e interesses do que de base genética.

A contraposição do modelo atual ao modelo da Educação Ambiental que se pretende é um fato que se não impeditivo, é um grande obstáculo a se transpor, pois na sua missão de transformar as sociedades, a Educação Ambiental proporciona a reflexão e construção de novos discursos, o que é um desafio importante na vigência do modelo tecnicista desenvolvimentista. Alguns autores como Grün (1996, p.56) indica que é impossível promover uma Educação Ambiental pautada no modelo cartesiano-newtoniano. No entanto, o trabalho de gerar novas compreensões do meio ambiental, e conseqüentemente novos discursos, é que pode provocar abalos significativos que superem a imposição de tal modelo. Parece ser esse o desafio silencioso da Educação Ambiental.

Para um dos profissionais do Direito que aponta inclusive o distanciamento entre o Direito e o discurso político, a lei parece ser autômata e anterior ao discurso:

“... Eu vejo que o discurso político ambientalista está bem distante do Direito Ambiental, e eu acho que está muito demagógico, pelo menos no conjunto das pessoas que eu convivo não adentra na consciência das pessoas o discurso, mas o Direito Ambiental está mais próximo... A pessoa que é adeto da infração começa a querer entender porque ela foi autuada... Talvez o Direito Ambiental esteja mais próximo destas pessoas que o discurso político ambiental”. (D.F., p.2)

Em termos práticos, isso significaria dizer que a fiscalização antecede a Educação, pois é a partir da imposição da lei, e não do discurso compartilhado, que se chega à ação efetiva em prol do meio ambiente. Assim, é importante considerar que apesar dos avanços identificados no campo da Educação Ambiental, há ainda um trabalho bastante difuso que não permite a construção de novas concepções em todos os contextos necessários. As respostas contendo termos como fragilidade, falta de prática, incipiente, etc., talvez reflitam essa dificuldade, especialmente quando se trata do ensino formal, onde o rigor dos currículos compartimentalizados

dificulta ainda mais a implementação da Educação Ambiental. Nesse sentido, em muitas situações a normatização chega ao conhecimento de atores sociais que ainda não tiveram a oportunidade de passar por um processo educativo efetivo com relação às questões ambientais. Então, a prática jurídica sempre parecerá imperativa e a lei um componente autômato não construído coletivamente.

3.2.1 O Direito Ambiental sem aplicação prática

Como já tratado anteriormente, o Direito procura realizar um movimento de aceleração no sentido de dar respostas às relações sociais existentes, mas sendo essas relações extremamente complexas e inovadoras, ocorre certo distanciamento entre discurso e normatização.

O Estado mostra-se quase que invariavelmente incapaz de prevenir e tratar a degradação ambiental, até porque mesmo com alguns avanços ocorridos na legislação internacional e pátria, as pressões contra a regulamentação ambiental ainda são maiores que as forças que procuram ser favoráveis ao meio ambiente e conseqüentemente à regulamentação do Direito Ambiental. Esse distanciamento é enunciado claramente por um dos participantes:

“... eu vejo que o discurso político ambientalista está bem distante do Direito Ambiental” (D.F. p.2)

Além dessa influência dos interesses que perpassam as relações sociais no distanciamento entre discurso e prática, é importante considerarmos também o modelo clássico de compartimentalização do conhecimento no trato dos problemas ambientais na esfera Estatal, que norteia a ação rigorosa dos mestres e doutrinadores do Direito. Essa compartimentalização pode ser vista nas considerações de Silva (1995, p.22): “trata-se de saber o que entra e o que não entra no domínio dessa disciplina jurídica e das divisões que ela comporta”.

Um dos entrevistados faz uma análise interessante quando comenta que “há falhas contundentes que dificultam a prática de fazer ou impor a lei perante a comunidade” (A.B.C., p.3). Além da questão da “imposição” da lei, que contrapõe claramente a construção coletiva enfatizada no desenvolvimento da Educação

Ambiental , destacamos aqui as dificuldades da prática atribuída à fragmentação do conteúdo do Direito Ambiental.

Ela se torna um pouco complexa, pois o Direito Ambiental especificamente quando começamos a analisar a legislação ela foi uma união de legislações; a legislação de caça e pesca, agro-mineração, legislação a respeito das florestas... E eram muito esparsas, juntou tudo praticamente na lei de crimes ambientais, há falhas contundentes que dificultam a pratica de fazer ou impor a lei perante a comunidade. (A.B.C., p.2).

Na constatação de um entrevistado, o Direito é uma resposta de pressões sociais diversas. Todo o surgimento e desenvolvimento da legislação ambiental são, portanto, reflexo da consciência ambientalista apresentada no movimento ambiental mundial.

É porque é assim, na prática, com certeza o discurso ambiental ele influencia na formulação das leis, pois elas são reflexos de conquistas de lutas. Então isto está muito claro (M.L., p.5).

Eu sinto que primeiro vem o discurso, depois ele penetra na política e ela responde na forma legislativa e este contexto legislativo vai se aperfeiçoando e vai se criando este ramo novo que é o Direito Ambiental. Então ele é uma das manifestações institucionalizadas do discurso ambiental do movimento ambientalista. (...) Então a partir deste momento estamos observando uma consolidação de um novo momento histórico que este ramo do Direito deixa de ser aquele ramo de modismo romântico e supérfluo até, e passa a ser um ramo efetivo, ainda que eu perceba certa dificuldade de conciliação entre as várias áreas do conhecimento a fim de promover a melhoria, a recuperação e a prevenção aos danos que vem ocorrendo ao equilíbrio ambiental. (E.L.P., p. 3)

Inicialmente dispersa e variada, a legislação ambiental foi se aprimorando e tende a uma melhor configuração na tentativa de proteção da vida. Nesse processo, Silva (1995, p.15) descreve normatizações de natureza diversa:

Em realidade, podemos detectar três tipos de normas: umas que constituem simples prolongamento ou adaptação das circunstâncias atuais da legislação sanitária ou higienista do século passado e da que, também em épocas anteriores, protegia a paisagem, a fauna e a flora; outras de cunho moderno e de base ecológica, ainda que de dimensão setorial, para o ar, a água, o ruído, etc.; e outras, por fim mais ambiciosas e que intentam interrelacionar os fatores em jogo, recolhendo numa normatividade única todas as regras relativas ao ambiente.

As duas primeiras normas descritas por Silva são também denominadas em Rodrigues (2005, p. 89) como fases de uma evolução do Direito Ambiental, que para este último autor, encontra-se agora em uma fase de transição em que assim reporta:

Hoje a situação tende a ser outra e não temos medo ou receio de afirmar que estamos em pleno momento de transição. Trata-se de uma mudança de paradigma, feita lentamente, em que o ser humano aos poucos abandona a idéia egoística e selvagem do antropocentrismo, para refletir que a proteção do meio ambiente deve ser feita de modo autônomo, independentemente de qualquer benefício imediato que possa advir dessa proteção.

Um entrevistado observa que o Direito Ambiental é “*é uma das manifestações institucionalizadas do discurso ambiental do movimento ambientalista*” (E.L. P, p.3). Nesse sentido, reforça um pressuposto que tem se configurado nas nossas reflexões: a normatização se faz a partir do discurso, representa a institucionalização das construções discursivas. Se a ação do Direito se restringe à imposição da norma, então é apenas reproduzidor do discurso em vigência. No entanto, se ele se propõe à reconstrução contínua, à ação preventiva, se unindo dessa forma à educação, ele pode influenciar nas mudanças de concepções e significados que compõem o discurso.

Quando a implementação do Direito Ambiental se reduz às medidas de fiscalização e penalização, ele se distancia ainda mais do discurso ambientalista, uma vez que se aproxima das pessoas sem uma postura dialógica, portanto educativa, mas imperativa, o que exclui o pressuposto de participação e construção coletiva de consciência ambiental. Vemos freqüentemente situações em que o Direito está mais próximo das pessoas que o próprio discurso ambiental, apresentando-se de forma ameaçadora. Suas medidas chegam antes da educação, que poderia tornar o discurso sistematizado na norma inteligível e compreendido pelos sujeitos.

Há necessidade de colocar a lei em compasso que a necessidade da Administração Pública para aplicar. Na prática a lei é reativamente boa benéfica e bonita, mas não se consegue aplicar, por “n” razões. (A. B. C., p.3)

Eu vejo que o discurso político ambientalista está bem distante do Direito Ambiental (D.F. p.2).

A observação dos entrevistados dá uma conotação de distanciamento do discurso político ambientalista e do próprio Direito Ambiental. Nesse sentido o Estado é em suma, um mediador de conflitos, pois estes surgem em todas as áreas

de relações humanas e faz uso do conjunto de instrumentos de regulação. A esta instrumentalização chamamos de regulamentação legal, vez que é regida pela lei, ela não se restringe apenas a um apanhado teórico, de forma que, no instante que a regulamentação falha, principalmente pela ausência ou deficiência da implementação, perde sua finalidade.

Em matéria legislativa é sabido que o país tem uma das normatizações mais avançadas do mundo, como já observado pelos entrevistados. Então, a regulamentação não representa o centro da deficiência, ficando então os motivos envolvidos na não implementação nos focos de questionamento sobre o problema. Esses motivos são múltiplos como apontado pela participante.

3.2.2 Educação Ambiental instrumentalizada e organizada como forma de influência na criação de um direito preventivo

Na mesma pergunta realizada aos entrevistados, as observações passaram de um distanciamento da Educação Ambiental como agente influenciador do Direito Ambiental, para uma educação com capacidade criadora que reflete na produção legislativa. Que a educação é uma ferramenta primordial no processo de desenvolvimento social não há dúvida, mas somente a educação instrumentalizada e organizada terá tal capacidade.

Para que o Direito Ambiental possa ser trabalhado na perspectiva da prevenção, seus profissionais devem contar com uma efetiva participação dos cidadãos. Isso pode justificar o fato de alguns participantes da pesquisa, tão logo tenham mencionado a abordagem preventiva, apontarem prontamente a Educação Ambiental como necessidade inerente à mudança de foco. Quando falamos de Educação Ambiental como pressuposto da ação preventiva, vislumbramos um mecanismo que tem reflexo de longo prazo, mas uma vantagem perpétua: a consciência ambiental. Nesse sentido, destacamos uma reflexão de Bonavides (1998, p.99):

A informação, tão importante que é, chegou a ser considerada como o quarto poder, sendo certo que quem as detém assume uma posição de vantagem em relação aos demais. O cidadão que possui informação pode reagir contra o que vê como injusto no sistema e este por sua vez, deve reagir a provocação da sociedade, evoluindo junto os jurisdicionados.

O princípio da participação só é efetivado se a sociedade tiver informação ambiental de qualidade e for capaz de refletir criticamente sobre ela, produzindo um juízo de valor que então possa reagir contra o que se vê como injusto no sistema, a fim de tomar uma atitude em prol do meio ambiente. De acordo com Rodrigues (2005, p.182): “a participação ambiental depende, necessariamente, de informação e consciência ambiental, sendo que esta última se adquire, regra geral, por via da Educação Ambiental”.

As falas a respeito da ação preventiva são reflexos da necessidade da efetivação do princípio da participação para que ocorra a mudança desta percepção de serem os sujeitos meros elementos externos ao meio ambiente, para aquele em que se vejam participantes dele. A mudança entre esses conceitos não se faz rapidamente, mas em compensação elas serão profundas e poderão ocorrer em cadeia nas gerações vindouras, então o verdadeiro cuidado terá nova significação em relação ao próximo e ao meio, ao que Boff (2003, p.86) assevera: “Sem cuidado, triunfa a entropia, vale dizer, o desgaste de todas as coisas sob a usura irrefreável do tempo; com cuidado, cresce a sintropia, a conjura suave de todos os fatores que mantêm e prolongam o mais possível a existência.”

Não obstante, podemos considerar dois aspectos importantes nas falas dos profissionais do Direito: por um lado, essa mencionada preocupação, pertinente da urgência de se promover uma conscientização ambiental efetiva como aspecto evidentemente positivo do discurso; por outro, a atribuição de promover a prevenção que o profissional do Direito parece atribuir ao Educador Ambiental tal fato poderia reforçar uma dicotomia existente entre punição-Direito e prevenção-Educação, o que significaria um aspecto negativo do discurso, uma vez que isso reafirmaria o distanciamento entre os campos.

3.3 CONCEITOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMULADOS PELOS PROFISSIONAIS DE AMBOS OS CAMPOS

A solicitação aos participantes para que enunciassem um conceito de Educação Ambiental visava encontrar similitudes ou distanciamentos entre as concepções dos dois campos por meio da detecção de princípios que as fundamentam.

Os profissionais do Direito foram mais enfáticos na concepção relacionada à reflexividade e ao respeito e cidadania. Houve, no entanto, um profissional que fez referência a uma concepção de base mais holística, que preconiza a formação do ser humano integral.

Direito Ambiental

Uma pessoa estar educada ambientalmente quando ela consegue fazer uma ponte do pensamento do seu lado racional e emocional e a ação. [...] Então quando há esta coerência entre o que ela aprende e como ela sente o que aprendeu e como age, aí eu acredito que ela atingiu a Educação Ambiental. (A.C.C., p. 4)

Respeito que ela tem por ela, pelos outros e pelo meio ambiente (A.C.C., p.4)

...Não induzir as pessoas a se tornar um ambientalista chato, mas sim que as pessoas possam refletir sobre o que efetivamente está acontecendo e até onde podem chegar. (A.B.C., p.4)

É uma maneira de internalizar o porquê de preservar o meio ambiente. (D.F., p.3).

Para mim um sinônimo muito claro de Educação Ambiental é a Educação para vida. (E.L.P., p. 4)

É muito profunda essa questão da Educação Ambiental. Importa cada um se compreender e se identificar como indivíduo e, se percebendo, que nós estamos inseridos biologicamente num contexto e temos uma dimensão ambiental e espiritual, e enquanto não se identifica nestas três dimensões e não alcança este grau de equilíbrio bio-psico-espiritual, este ser ainda não está apto a viver em uma sociedade ambientalmente integrada... (E.L.P., p.7)

Vejo a questão ambiental como uma questão de cidadania no ponto de vista político, mas uma questão de evolução espiritual também... (E.L. P, p.8)

Entre os Educadores Ambientais a concepção que carrega um caráter social, com uso de termos como emancipatório, crítico e cidadania, foi mais presente. Há, porém, tal como ocorreu no grupo dos profissionais do Direito, a referência de um educador à formação holística do ser humano refletida numa concepção de processo de desenvolvimento cognitivo, espiritual e social. Destaca-se ainda a concepção centrada na aquisição de saberes ambientais.

Educadores Ambientais:

Educação Ambiental é um processo de envolvimento cognitivo, espiritual, social, muito de educação mesmo (M.L., p. 4)

A Educação Ambiental tem que ter todo o processo, tem que envolver o ser humano, a relação do ser humano com o ser humano, eu comigo mesma, a relação deste ser com o próximo, eu com o outro e deste ser com o ambiente, eu com o ambiente o qual estou inserido. (A.L. p. 3)

Talvez seja um processo dialógico, crítico, buscando emancipação das pessoas para trabalhar com conflitos socioambientais, não só ambientais, mas socioambientais. (M.B. M, p.4)

Está relacionada ao contexto de vida das pessoas, pois o que envolve as pessoas, suas relações físicas, sociais, históricas é um processo de construção e até uma experiência de troca com as pessoas e o meio, dando um processo emancipatório... (M.L., p.4)

A conceituação minha de Educação Ambiental é aquilo que é uma orientação, uma dimensão entre outras que deve ser trabalhado no processo educativo em vista das necessidades atuais, em vista dos problemas socioambientais que estamos enfrentando e, portanto, é uma urgência emergente trabalhar esta questão, neste sentido eu vejo uma E voltada ao meio ambiente, eu vejo uma educação essencialmente voltada a valores socioambientais (S.M. C, p.5)

É necessário o nosso educando refletindo nos conteúdos ambientais... (S.M.C. p.5).

Para melhor especulação e compreensão dessas considerações, tentamos evidenciar quais os fundamentos no que diz respeito à natureza do ser humano e ao princípio ético elementar de cada uma das concepções apresentadas (ver quadro abaixo). A análise nos permitiu a detecção de três principais naturezas humanas: ser humano integral, ser humano social e ser humano racional, conforme estivessem respectivamente relacionados às concepções de Educação Ambiental como processos: motivadores do desenvolvimento cognitivo, espiritual e social; formadores do cidadão responsável; estimulantes da reflexão e dos saberes ambientais que possibilitassem as posturas preservacionistas. Julgamos que cada uma dessas concepções esteja fundamentada nos seguintes princípios éticos elementares: ética holística; ética da responsabilidade; ética biocêntrica ou racionalizante.

QUADRO 07: Concepções de Educação Ambiental conforme percepção dos entrevistados.

Categoria	Fundamento		DIREITO AMBIENTAL	EDUCAÇÃO AMBIENTAL
	Ser Humano	Princípio ético		
Educação Ambiental como formação espiritual, cognitiva, social	Integral	Holística	Ponte entre pensamento e emoção Educação para a vida Educação para equilíbrio bio-psico-social Evolução espiritual	Processo de envolvimento cognitivo, espiritual e social
Educação Ambiental como motivadora da emancipação, criticidade, cidadania	Social	Da responsabilidade	Respeito pelos outros e pelo meio ambiente Questão de cidadania	Relação com o outro, consigo e com o ambiente Troca experiência com os outros/meio Processo emancipatório, dialógico e crítico
Educação Ambiental como motivadora da reflexão e da internalização de posturas preservacionistas	Racional	Biocêntrica Racionalizante	Geradora de reflexão Internalizadora da justificativa de preservação	Formadora de saberes socioambientais Formação de valores

A este questionamento demonstrado no quadro acima, associou-se o do relato de vivências que tivessem possibilitado a formulação dos conceitos enunciados. Metade dos participantes não respondeu a esta questão, sendo dois deles Educadores Ambientais. Isso pode revelar a falta de auto-reflexão ou mesmo a falta de entendimento do processo educativo que ocorreu na própria história de vida. Dentre os profissionais do Direito, dois atribuem o entendimento da Educação Ambiental à própria prática profissional, sendo que um deles fez referência à compreensão de que não se oferece recompensa por uma ação correta de forma que se deve conscientizar pela educação e não pela imposição da lei, e outro citou a oportunidade de fazer diferentes pessoas entenderem a importância da preservação pela sua ação num órgão fiscalizador. Um dos depoentes deste campo cita ainda a

experiência de vida estudantil, onde pôde superar o hábito de esperar soluções do Estado, entendendo que cada um pode produzir mudanças ao longo da vida acadêmica e das vivências no trabalho. Destaca-se ainda a referência de um dos profissionais do Direito à possibilidade de experiência de desenvolvimento espiritual, o que justifica a concepção holística apresentada. Entre os Educadores Ambientais, as vivências indicadas como formadoras são as de trabalho com comunidades, o que justifica a concepção social que predominou no campo.

3.4 SOBRE AS COMPETÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS DE AMBOS OS CAMPOS

Os profissionais do Direito Ambiental delegam aos Educadores Ambientais as funções de conscientização antes da ação punitiva, de articulação comunitária, de resgate da cidadania ambiental de divulgação de conhecimentos e de alfabetização ecológica. Enquanto isso, citam como suas próprias atribuições a conciliação entre diferentes interesses, a autuação preferencialmente acompanhada de conscientização, a busca de diálogo e de conhecimento humanístico e técnico-ambiental.

Atribuições do Educador Ambiental

O caminho não seja já mover uma ação civil de reparação de danos, talvez o mais eficaz seja a Educação Ambiental uma estratégia para que os Educadores Ambientais vão até a empresa para explicar porque não deve estar poluindo. (A.C.C., p.6).

Primeiro, há o papel do resgate da cidadania. [...] Penso então que o papel primeiro do Educador Ambiental é formar a cidadania ambiental... (E.L.P., p.10).

Nos projetos com a comunidade eles trazem a comunidade para junto do órgão, acho isso muito importante, eles funcionam como árbitros no jogo de interesse esse é um ponto muito importante, porque no final do processo aquela comunidade acaba até realmente internalizando aquilo que precisa preservar a área deles. (D.F., p.4)

...Todo poder emana do conhecimento. [...] É preciso alfabetizar ecologicamente e alfabetizar politicamente. (E.L.P., p.10).

Então entendo que o papel da Educação Ambiental é de alfabetizar ecologicamente e depois politicamente para alcançar a cidadania ambiental, fazer com que cada homem e mulher seja verdadeiramente um cidadão participante desde seu condômino que é o menor, digamos assim, à democracia em miniatura, até no âmbito da república federativa em que vivemos. (E.L.P. p.11)

Atribuições do Profissional do Direito.

Tem várias ações para serem tomadas antes [da ação judicial]: termo de compromisso, uma conversa com poluidores para se chegar a um acordo, uma conversa com os órgãos ambientais na parte da administração do IAP, secretarias municipais, e aí não resolvidos você vai para a esfera judicial... (A.C.C., p.5).

As doutrinas são muito genéricas, mas perdem muito tempo no discurso do que no jurídico propriamente dito e justamente na aceitação daquela pessoa que foi autuada a internalizar aqui, que é uma infração. (D.F., p.4)

Além do conhecimento profissional/ técnico, é preciso de algo mais. É preciso uma compreensão que vai além da academia. É preciso de uma dose do que vou chamar aqui de humanista. Quem não é um pouco humanista tem dificuldade de incorporar o meio ambiente, pois o meio ambiente é o homem. É o homem em todas as circunstâncias porque somos nós que temos o poder de decidir. (E.L.P., p.9).

Os limites que eu vejo dos profissionais que atuam nesta área é não compreender bem que nós somos interdependentes nas diversas áreas de conhecimentos... (E.L.P. p.9).

Não é possível ficar adstrito à doutrina, pois se você não obtiver conhecimento técnico e prático sobre as questões ambientais você não consegue defender seu ponto de vista (A.B.C., p.7).

Portanto, dentre as várias perspectivas colhidas pelos profissionais do Direito, mesmo com considerações que ainda a Educação Ambiental não atingiu sua plenitude de fato, verificamos por parte destes atores sociais que através dela haverá a percepção necessária para a modificação das atitudes individuais e coletivas na busca de um novo paradigma socioambiental, de forma gradual.

De outro lado, os Educadores Ambientais apontam como atribuições do profissional do Direito a conversa e entendimento de todas as partes envolvidas em alguma questão, a mediação de conflitos e a integração com outras áreas do conhecimento. Há ainda a consideração de que o trabalho desse profissional é objetivista, tendo como base os instrumentos legais disponíveis, mas que em alguns casos, as ações acabam voltadas para determinados interesses políticos ou econômicos. A respeito das próprias competências, os Educadores Ambientais citam o trabalho informativo, a formação da cidadania e da responsabilidade, a perpetuação de valores, a mediação de conflitos, o estímulo à reflexão e a motivação da ação comunitária. É também apontado, comparativamente às competências do profissional do Direito, que o trabalho do educador é de natureza mais subjetivista: *“Ele [jurista] tem uma referência de um instrumento legal e o educador tem uma referência de uma vivência de experiência, de cognição de uma*

relação com o outro”(M.L., p.6). No entanto, há uma opinião diversa exposta por uma Educadora Ambiental que destaca que a competência do profissional do Direito também tem uma natureza educativa: “não vejo como diferente grau do educador”, uma vez que seu trabalho pressupõe também a tentativa de mediação de conflitos.

Atribuições do Educador Ambiental

O Educador Ambiental pode mais em questão de trabalho informativo e formativo... A Educação Ambiental estaria fazendo este papel, de levar esta informação não só da conscientização, mas da legislação, como ela funciona, o que devo seguir. (A.L., p.6).

Até mesmo formar o cidadão para ir cobrar quem tem responsabilidade sobre aquilo [problema ambiental] (A.L., p.6).

Mas assim, de competência frente a uma situação, uma coisa que acho ser superimportante são os valores e princípios... (M.L., p.5).

O Educador Ambiental vai mais ao sentido subjetivo, de construção de tentar afinar este conflito de tentar resolver (M.L., p.6)

Nesta proposta de Educação Ambiental é identificado um problema e a gente vê se a partir deste problema existe um conflito... Eu como educadora trabalharia na identificação dos atores envolvidos neste conflito e o que precisa ser feito... Tentaria mediar este conflito pra encaminhar para solução dele. (M.B.M., p.6).

Atribuições do Profissional do Direito

O jurista tem uma postura mais de [...] julgar... Ou é isto ou é aquilo, baseado em tal instrumento legal. (M.L., p.6).

Precisa levar seus conhecimentos, conversar e ouvir as outras partes para tentar encaminhar esta resolução. Não vejo como diferente grau do educador. (M.B.M., p.6)

Pra se discutir uma problemática ambiental não pode ser fragmentada, ou seja, partindo-se só de uma área. (S.M.C., p.8).

As competências apresentadas nas falas em destaque podem ser mais bem visualizadas no quadro a seguir.

QUADRO 08: Competências dos profissionais atribuídas pelos entrevistados.

DIREITO AMBIENTAL	EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Competências do Educador Ambiental	
Conscientização	Informação
Articulação comunitária	Perpetuação de valores
Resgate da cidadania ambiental	Motivação da ação comunitária
Divulgação de conhecimentos	Mediação de conflitos
	Formação da cidadania e da responsabilidade ambiental
	Estímulo da reflexão
Competências do Profissional do Direito Ambiental	
Conciliação do poluidor e órgão ambiental	Conversar e ouvir todas as partes envolvidas
Autuação, somada à internalização	Mediação de conflitos
Busca de diálogo	Trabalho baseado em instrumentos legais
Busca de conhecimento humanístico e técnico	
Trabalho integrado com outras áreas	Trabalho integrado com outras áreas

As competências de Educadores Ambientais apontadas pelos profissionais de ambos os campos são bastante semelhantes estando, como se vê, centradas no caráter social expresso pela motivação da ação comunitária e pela conscientização. Vale destacar somente a menção à formação de valores citada por um Educador Ambiental como algo para além do trabalho de base social, tratando de um trabalho de formação do ser humano que vai além da informação. É importante notar que a concepção de Educação Ambiental como processo restrito à transmissão de informações sobre problemas ambientais, já bastante problematizada nos últimos anos, parece superada na fala dos profissionais dos dois campos, embora o termo conscientização, informação e divulgação de conhecimentos tenham surgido em três depoimentos.

As competências apontadas para o profissional do Direito por ambos os grupos também revela uma superação: a da restrição dessas competências à autuação e pura aplicabilidade das leis. Embora um dos Educadores Ambientais tenha afirmado que o trabalho é objetivista, tendo como base instrumentos legais precisos, reconhece que tal trabalho pode ter uma mediação política, dependendo, portanto das relações que se estabelecem nos conflitos. Por outro lado, embora um profissional do Direito tenha apontado a autuação como competência, fez questão de frisar que isso é mais bem efetivado se somada a uma tentativa de

conscientização do atuado, ou nos termos utilizados pelo depoente, de internalização dos motivos que justificaram tal medida.

Uma observação também importante é a de que a mediação e conciliação de conflitos é uma competência comum a ambos os campos, ao passo que a formação de cidadania ambiental é atribuída apenas ao educador. Destaca-se, ainda que, embora alguns Educadores Ambientais vejam o trabalho do profissional do Direito como objetivo e pautado apenas na aplicação da lei, tal profissional reconhece como necessidade inerente à ação a busca de conhecimento humanitário e da prática dialógica. De outro lado, como já apontado anteriormente, embora um dos profissionais do Direito afirme que o Direito deva trabalhar na perspectiva preventiva, atribui aos Educadores Ambientais as ações de mediação em conflitos de interesses e na prevenção dos danos, colocando neles uma função de extrema importância, que pode ser mais eficaz que uma ação jurídica na prevenção do dano ambiental. Essa é, na verdade, uma competência claramente assumida pelos educadores, para quem a Educação Ambiental deve, de fato, sempre ser entendida como uma educação política (Reigota, 1995, p. 62). Neste mesmo sentido Gadotti (1995, p. 71) afirma: “O educador, ao repensar a educação, repensa também a sociedade. O ato educativo é essencialmente político. O papel do pedagogo é um papel político. Não acredito numa educação neutra: ou fazemos uma pedagogia do oprimido ou fazemos uma pedagogia contra ele.”

Embora o trabalho integrado com outras áreas seja apontado pelos profissionais de ambos os campos como inerente à ação do profissional do Direito, as oportunidades de integração entre as áreas parecem escassas. Não obstante, metade dos depoentes afirmou ter tido algum tipo de experiência de interação, sendo, no entanto, apenas dois considerados trabalhos conjuntos em casos de conselho comunitário, e o restante em curso de capacitação e em troca informal de conhecimentos.

<p>Tínhamos pessoas altamente capacitadas e ideologicamente defendiam o meio ambiente (A.B.C., p.7)</p> <p>Foi um trabalho junto, de equipe e a busca dela [profissional das ciências jurídicas] foi verificar outra visão para sair daquilo que ela teve na faculdade (A.L., p.7).</p> <p>Já trabalhei. Foi num trabalho justamente na formação de um conselho com comunidades locais. (M.L., p.6)</p>

Já trabalhei dentro da própria instituição, envolvido dentro deste processo de capacitação de conselho gestor e de formação do conselho. (M.B.M., p.7).
Trabalhar sim, mas indiretamente no próprio curso de doutorado. E aí tive contato com profissionais da área... (S.M.C., p.9)

Um dos profissionais do Direito aponta a oportunidade de contato com Educadores Ambientais como um estímulo à busca de compreensão sobre aspectos humanísticos que permitisse superar formalismos legalistas típicos da ação jurídica.

3.4.1 Necessidades específicas dos dois campos e a necessidade de diálogo de saberes

A Educação Ambiental deve centrar-se na relação do ser humano com o outro e com o ambiente. Esta posição defendida pelos participantes é muito importante, pois não há como contemplar uma proposta de consciência socioambiental com mudança de paradigma ético, sem esta relação. Para a Educação Ambiental é primordial a relação dos atores sociais diretamente envolvidos na questão, não de forma teórica e abstrata, mas direta e pessoal, procurando a apreensão dos diferentes tipos de saberes, inclusive os saberes populares, ou não academicistas.

(...) porque quando você trabalha com comunidade você pensa que eles não sabem nada, mas eles sabem muito mais do ambiente do local onde eles estão, do que qualquer um que está chegando de fora. (A.L., p. 4)

Adequar-se à realidade local foi outra observação muito pertinente que encontramos nas falas dos entrevistados. A Educação Ambiental deve ter sempre em vista o biorregionalismo, ou seja, a preocupação com as questões locais, seu entorno e os que são afetados diretamente ou indiretamente por elas.

Acredito que a Educação Ambiental tem que partir de aspectos locais do público que vou trabalhar, não adianta eu querer informações ou realidades muito diferentes das qual ele está inserido, eu vejo também que a Educação Ambiental deve partir do ambiente mais próximo deste público com o qual vou trabalhar, deve ser um processo contínuo e que tenha duração (...)Eu acho que qualquer atividade que você vai trabalhar você tem que partir da realidade, para ela ser uma coisa mais concreta, para conseguir ver, tem que ser participativa, quem está envolvido se sinta participante para ter um maior efeito. (A.L., p.3- 4)

Nas unidades de Conservação que têm plano de manejo facilita, porque já tem um bom trabalho de conhecimento socioeconômico da região, então tudo isto subsidia para a gente traçar uma proposta pedagógica de trabalho com estas comunidades, considerando lógico o contexto, o local, a realidade e partir deste momento a gente constrói uma proposta de trabalho diferenciada. (...) A mudança ela ocorre com certeza porque é um processo dinâmico e como falei no início ela valoriza muito o trabalho do técnico no local, então esta experiência conta muito para este aprimoramento (M.L.,p.2-3)

Em relação à adequação à realidade local, a Educação Ambiental tem sua diferenciação em relação aos demais tipos de educação pretendida, não só por já estar garantida no inciso VII, art. 4º da Lei 9795/99, mas por participar do pensamento do Educador Ambiental e ser objetivo de sua ação, como nos aponta Guimarães (1995, p. 37):

A Educação Ambiental se realizará de forma diferenciada em cada meio para que se adapte às respectivas realidades, trabalhando com seus problemas específicos e soluções próprias à cultura, aos hábitos, aos aspectos psicológicos, as características biofísicas e socioeconômicas de cada localidade. Entretanto, deve-se buscar compreender e atuar simultaneamente sobre a dinâmica global; ou seja, as relações que aquele ecossistema local realiza com os ecossistemas vizinho e com o planeta Terra como um todo, e também as relações políticas e econômicas daquele local com o exterior, para que não haja uma alienação e um estreitamento de visão que levem a resultados pouco significativos; ou seja, agir consciente da globalidade existente em cada local.

Vale observar um destaque feito por uma das educadoras a respeito de seu papel de identificadora dos atores envolvidos para uma discussão, a qual não pode ser feita à distância ou com mera teorização: é serviço de campo, com as dificuldades e recompensas daquele que tem a disposição e capacidade de se misturar com os atores, vivenciar suas dificuldades e apelos, não só pela mera observação, mas pela troca de informações e possibilidade de obter a confiança dos envolvidos, para então, a partir desse momento identificar e convidá-los à discussão.

Destacamos ainda algumas inquietações dos profissionais do Direito sobre a Educação Ambiental. Temos considerações de que a educação não foi ainda efetivada, nem colocada em prática. Um desses profissionais defende ainda que a Educação Ambiental deva ser impactante, contrariando uma crítica recorrente feita no campo da Educação Ambiental aos procedimentos educativos centrados na imagem negativa do meio ambiente, enfatizando situações de poluição e de pobreza, no lugar de dar elementos de valorização de um determinado lugar

habitado e de revalorização dos aspectos positivos, especialmente os relacionados à identidade cultural e à toponímia.

Talvez se você pegasse e levasse o aluno no aterro da Cachimba e mostrasse, fizesse sentir o cheiro de gás metano, aquilo começa a despertar um interesse maior... A Educação Ambiental deve ser mais impactante, ter exemplos práticos, e não só ficar no status conceitual, a ecologia é isto, não polua... Acho que tem que mostrar mesmo, como os bolsões de pobreza influenciam porque eles influenciam também, tudo passa pelo meio ambiente. (D. F.,p.2)

Para outro desses profissionais, pelo pouco tempo de sua criação, a Educação Ambiental é considerada ainda bastante incipiente, sendo apontada a falta de inserção adequada no ensino formal e no ensino informal.

Não teve muita influência, penso que a Educação Ambiental ainda é muito frágil, incipiente... As nossas crianças agora estão sendo formadas tendo uma noção, iniciando uma noção... Ainda não acredito que seja o ideal como as escolas vêm abordando a questão ambiental, então ainda não deu tempo, acredito que pode acontecer futuramente. (A.L., p.3)
Nós não tivemos no ensino formal e não está inserida no ensino não formal também de forma adequada. (A.L., p.3)
O Educador Ambiental... Acho que a grande maioria ainda se restringe às salas de aula, e o pouco que tenho contato com os educadores, são nos cursos de pós-graduação e um tanto na parte de aprendizagem primária e secundária, eu acho que ainda falta um pouco. (D.F., p.3)

Outro destaque importante entre as necessidades inerentes ao campo da Educação Ambiental diz respeito ao princípio da participação. Não tem como haver produção de multiplicadores sem a participação das comunidades envolvidas na questão ambiental. O envolvimento da comunidade de maneira ampla é condição primordial para o estabelecimento dos objetivos da Educação Ambiental; sem este movimento social não se logrará qualquer fruto de alteração ética e/ou comportamental com responsabilidade ao ambiente.

Mas a idéia é que forme multiplicadores para dar continuidade a este processo, que é um processo longo e que deve ser contínuo para obter resultado (A.L p.3).
Deve ter uma socialização do saber, não é só levar profissionais que são formados, que tem um determinado conhecimento e que eles sabem mais do que o público que você trabalha, mesmo crianças, tem que se partir do que ele pensa e fazer uma socialização disto (A.L. p.4).

Você cria oportunidades que a pessoa se sinta a vontade de colocar sua opinião sua ética, entre aspas, e por mais que você não concorde, você construir e dialogar com ela. Então assim a relação que a gente tem é baseada neste ponto, comunicação e diálogo, pois a gente trabalha muito com participação social. (M.L. p. 4, 5 e 9)

Mas na realidade nós deveríamos estar caminhando para isso, para que as pessoas pudessem estar mais instrumentalizadas para agirem na realidade de forma adequada para reivindicar seus direitos, bom claro, não só os seus direitos, mas entenderem melhor qual são seus deveres e aí é claro que estaríamos participando efetivamente na comunidade e politicamente. (S.M.C., p.8)

Um aspecto importante que ocorreu tanto no relato do histórico do Direito Ambiental, quanto na discussão das competências do profissional da área é a questão da necessidade de interdisciplinaridade. O profissional do Direito, quer seja o jurista, o advogado, o promotor ou qualquer outro envolvido na questão ambiental necessita ter um conhecimento mais profundo não só do Direito Ambiental, mas também de outras áreas das ciências. É o que um dos entrevistados designa como “encontro dos saberes”, quer sejam teóricos ou práticos.

É necessário um encontro dos saberes. Então os limites que eu vejo dos profissionais que atuam nesta área é não compreender bem que nós somos interdependentes nas diversas áreas que atuamos, nas diversas áreas de conhecimentos que nos qualificamos, além do conhecimento profissional/técnico, é preciso de algo mais é preciso uma compreensão que vai além da academia (E.P., p.6).

Fui trabalhar com questões ambientais há quatro anos, com fiscalização, e é difícil reconhecer tipos de madeiras, verificar as técnicas e práticas. Então não é possível ficar adstrito à doutrina, pois se você não obtiver conhecimento técnico e prático sobre as questões ambientais você não consegue defender seu ponto de vista, não adianta você falar sobre desmatamento, se você não sabe exatamente as consequências, como é realizado, como é feito (A.B.C., p.6).

Neste contexto relata Benjamin (1993, p.375), especificamente aos Promotores de Justiça, mas que pode ser usado aos outros profissionais:

Mas tampouco é suficiente concretizar a função (questão da especialização) e proteger seu titular de pressões (questão da independência). Essas duas exigências pouco significam sem que os Promotores de Justiça sejam submetidos a rigoroso e contínuo treinamento, tanto em questões jurídicas ambientais, como também em outras áreas da Ciência Ambiental. Um promotor de Justiça Ambiental que desconhece os rudimentos de Ecologia, Geografia Humana, de Economia, é alguém incapaz de retirar o máximo proveito de seu esforço de implementação.

Como reflexo da pressão dos movimentos sociais o Direito Ambiental também passou a absorver conhecimentos de outras áreas e evoluiu com mais rapidez que outros ramos do Direito, tanto que redefiniu e incorporou a ruptura antiga da dicotomia entre o Direito Público e Direito Privado para uma nova significação através do Direito Coletivo.

Uma questão importante evidenciada nas falas dos educadores quando analisaram as competências do profissional do Direito diz respeito ao caráter essencialmente técnico de sua atuação. Um deles chega a sugerir que tal atuação esteja voltada aos interesses políticos e econômicos: “a ação do profissional do Direito é muito voltada aos interesses, interesses econômicos, políticos” (A.L., p.6). Isso é, no entanto, reconhecido também por um profissional da área jurídica quando trata das limitações de atuação no campo:

Quem advoga com a questão madeireira é um ótimo campo para ganhar dinheiro, pois o madeireiro, pecuarista minerador é um infrator em potencial, eles fazem 90% a 95% de sua exploração irregular. [...] A partir do momento que pretendem aplicar o Direito Ambiental de forma correta ela é podada nas questões de ordem política, você tem um limite político para impor o Direito Ambiental. (A.B.C., p.5)

Quando se trata do advogado defendendo a posição do cliente na condição de infrator, não há como se negar a existência de uma volta para uma ação individualista e economicista. Mas, logicamente, ela não deve ser entendida como uma condição caracterizadora de toda ação no campo. No entanto, poucos dos educadores entrevistados trabalharam efetivamente de forma direta com os profissionais do Direito, o que pode sugerir que essa idéia generalizada nos parece mais estereotipada, do que propriamente uma conclusão pautada em experiência pessoal mais profunda.

A observação de que os profissionais do Direito Ambiental têm uma visão mais tecnicista das questões ambientais, podem ser reflexo do modelo ainda predominante da escola de Direito no Brasil.

Como vemos nas impressões coletadas pelos advogados, o Direito Ambiental é matéria nova na maioria das faculdades brasileiras, tem uma constituição curricular fragmentada e muitas vezes voltada somente para as questões de cunho punitivo, principalmente com a ênfase nas ações e medidas

jurídicas envolvendo infrator da lei. Em grande parte das faculdades é colocada à disposição dos alunos como disciplina optativa e nunca permeada nos outros “ramos” do Direito com sua base quase intocável.

O Direito Ambiental tinha esta dificuldade, pois tinha uma visão mais burocrática de se trabalhar meio ambiente do que uma pessoa realmente, que uma pessoa que trabalha na comunidade, com pessoas. (A.L., p.5.) Já trabalhei dentro da própria instituição envolvido dentro deste processo de capacitação de conselho gestor e de formação de conselho, para levar a informação de gestão ambiental e então como você vai fazer isso para uma pessoa que tem um discurso, ele é muito técnico, então a gente senta junto tenta trabalhar estas questões de que termos usar e também buscando o perfil adequado para trabalhar com a comunidade etc. (M.B. M, p.7)

Logo, mais uma vez se justifica a necessidade de diálogo entre saberes e de um trabalho integrado. É evidente que há uma responsabilidade de igual teor entre ambos os profissionais, no entanto, é preciso que se compreenda que em qualquer diálogo, deve haver pontos de tensão, então cada ator deve trazer sua posição, ora mais técnica, ora mais social, ora mais economicista.

Outro destaque interessante feito por um dos profissionais do Direito diz respeito ao crescente reconhecimento da sociedade sobre a importância do papel do profissional do Direito Ambiental. O conhecimento do Direito é fundamental em todas as esferas da sociedade, de forma que o reconhecimento daquele que atua com Direito Ambiental não se fará por modismo passageiro. Sua atuação deverá ocorrer pelo árduo caminho da pesquisa, do trabalho, da dedicação e do empenho do sonho conjunto de proteção à vida. Sem isso os entes estatais que atuam no campo (Ministério Público, Poder Judiciário e demais entidades ligadas ao poder Executivo) não poderão ter a independência e a segurança para a implementação da normatização.

Por outro lado, para que essa implementação se dê é importante o reconhecimento também dos Educadores Ambientais como motivadores da construção coletiva do discurso ambiental. De nada adianta ter as condições objetivas para tal implantação, como a segurança e a determinação de criação de órgãos especializados em Direito Ambiental, como foi colhido em observações de um entrevistado, sem que sejam submetidos a uma eterna captação de conhecimentos.

3.5 IMPORTÂNCIA DOS CONHECIMENTOS SOBRE LEGISLAÇÃO E DA ÉTICA AMBIENTAL

Os participantes da pesquisa são unânimes em afirmar a importância do conhecimento da legislação para ambos os profissionais. Um dos profissionais do Direito destaca que tal conhecimento é importante não só para profissionais da área ambiental, mas para todo cidadão, sendo mesmo um dever cívico.

Dentro de várias observações realizadas, verificamos que o conhecimento da legislação tem papel informativo para facilitar a interpretação, a construção reflexiva e a visão política.

Profissionais do Direito:

O Educador Ambiental precisa conhecer a legislação ambiental... É um dever do cidadão quanto mais um cidadão que vai trabalhar com outros cidadãos no sentido de prepará-los para viver de forma sustentável... (E.L.P., p.12)

Penso que é fundamental até para que o educador possa contribuir de forma crítica com o aperfeiçoamento da legislação ambiental que emana do Estado. (E.L.P., p.13)

É fundamental, não há como desligar. Porque a legislação vai influenciar na vida da pessoa que está sendo educada. (D.F., p.5)

É de extrema importância. Percebo no meu trabalho que muitos daqueles que prejudicam o meio ambiente de alguma forma, é falta de conhecimento. (A.C.C., p.7).

É necessário ter conhecimento do capítulo da Constituição sobre o Meio Ambiente, a lei 9605, "a lei da vida". (A.B.C., p.7)

Educadores Ambientais:

Falta muito conhecimento tanto para quem é educador quanto para o público que ele vai trabalhar, deveria ser mais difundido, trabalhar de forma mais didática, porque tem coisa que são complexas e dão diversos tipos de interpretação. (A.L., p.7)

Para o Educador Ambiental o conhecimento não é o mesmo da área de um profissional do Direito, mas tem que ter. [...] Se vai trabalhar em mediação de conflito, tem que pelo menos ter uma idéia de qual a legislação que fala sobre isso. (M.L., p.7).

Acho relevante, fundamental até para discutir de forma mais contundente com os alunos, e na realidade qual é o Educador Ambiental que teve esta oportunidade? [...] Eu vejo de extrema importância a formação do Educador Ambiental aliado a esta área, porque ele vai poder também possibilitar uma reflexão mais politizada ao aluno. (S.M. C, p.9)

Apesar de haver unanimidade sobre a necessidade de conhecimento, os Educadores Ambientais reconhecem que possuem pouco conhecimento, que só detém o básico necessário para informar as comunidades com as quais trabalham. Não obstante, reforçam que o conhecimento da legislação é fundamental na mediação de conflitos e para os cursos de capacitação.

Como dito no início da análise deste item, cada entrevistado deu sua contribuição sobre o conhecimento de legislação, alguns de forma mais abrangente e outros, como o do recorte abaixo, de forma específica na área de atuação com a necessidade de saber onde acessá-la, ou seja, não sendo um conhecedor de todo o mecanismo legislativo sobre a área, pois não é um especialista, mas ter informações pertinentes a sua área específica com acesso rápido.

Eu acho que não é seja importante eu saber a lei, eu acho que assim: a Política Nacional de Educação Ambiental eu tenho que saber, sistema nacional de unidade de conservação eu tenho que saber, porque estas são as que atuo mais, mesmo assim eu não sei a lei toda, mas sei onde acessar, talvez seja mais importante que exista a lei sobre aquele assunto e onde posso acessar do que o conteúdo da lei propriamente dita. (M.B.M., p.7)

O que realmente nos admirou foi a posição corajosa de todos quando questionados sobre o conhecimento pessoal da legislação ambiental, não tendo acontecido em nenhum dos relatos algum titubeio na transmissão da informação. Tal impressão talvez não apareça na simples leitura dos recortes, mas para quem ouviu e transcreveu cada entrevista, é esta a mais forte das impressões.

Muito pequena, sei algumas coisas, mas realmente ler a lei são poucas a que eu leio, sei da Educação Ambiental, são muito específico para aquela situação, ou para aquele determinado momento que eu necessito. (A.L., p. 7)

Ele poderia ser melhor (M.B.M. p.7)

Apesar de ter feito um estudo de um ano eu ainda sou muito frágil neste sentido, eu precisava estudar mais retomar mais acompanhar mais este processo no meu ponto de vista. (S.M. C, p.9)

Então, a gente tem certo conhecimento porque a atuação da Educação Ambiental no IBAMA é de intervenção. A gente lida muito com isso, tendo uma situação de conflito a gente pesquisa, vai ao processo, vai ao pessoal da divisão jurídica, analisa antes para ter um mínimo de conhecimento para chegar lá na hora de conversar com as pessoas, passar o máximo de informação e informação correta. (M.L., p.8)

Tanto os profissionais do Direito quanto os Educadores Ambientais afirmam que a ética ambiental deve ser motivo de discussão em todas as áreas de conhecimento. Dois dos profissionais do Direito destacam que a questão ética é uma questão de responsabilidade com relação à vida e à coletividade. Entre os Educadores Ambientais, há também referências recorrentes à ética da responsabilidade, sendo reforçados os princípios de comunicação, diálogo, espírito coletivos e consciência crítica.

Tomando algumas considerações do relato dos entrevistados sobre o fundamento ético do discurso ambiental, verificamos os valores éticos colocados como princípio formador tanto do educador, como do educando, e de toda a sociedade.

Profissionais do Direito:

A ética ambiental é de extrema importância, não só no Direito, mas em todas as áreas. Acredito que em todos os cursos deveria ser abordada a questão da ética ambiental... (A.C.C. p.7).

Então, eu vejo que a questão ambiental é uma questão de ética na medida em que todo o atentado, toda a ofensa ao equilíbrio ambiental é uma ofensa à coletividade, ao sentido do bem comum... (E.L.P., p.13).

Principalmente na área de educação que você trabalha na formação de pessoas, é imprescindível. Você tem que internalizar, você quer que o teu público aja de determinada forma, você tem que primeiro mostrar aquilo. (A. L., p.8).

Educadores Ambientais:

Eu acho que a ética é importante em qualquer área (A.L., p.8).

A ação educativa é sempre pautada sobre princípios éticos. (M.L., p.8).

A pedra fundamental é o respeito. Você respeitar as opiniões, valores, conhecimentos... Baseada neste ponto: comunicação e diálogo... Trabalhar em cima da fundamentação de respeito e melhoria da qualidade de vida. (M.L., p.9).

Quando penso em ética da responsabilidade, penso em todos aqueles valores que são mais ou menos universais: o respeito, a cidadania, honestidade, justiça, solidariedade. [...] Por isso é importante esta área estar presente na formação do Educador Ambiental. (S.M.C., p.10)

Destaca-se uma longa reflexão proposta por um dos profissionais do Direito, condicionando a possibilidade de uma efetiva ética ambiental a uma ética social, de forma que sem justiça social jamais se poderá falar em equilíbrio ambiental. Nesse sentido, a ética ambiental precisa ser pensada como um mecanismo de proteção da coletividade, que tenha como pressuposto a criação de um modelo altruístico visando

o bem comum, com capacidade de mudança do discurso vazio para uma realidade de equidade socioambiental.

É essa lógica que capitaliza o lucro que socializa o prejuízo que tem que ser invertida para que se compreenda finalmente que o equilíbrio ambiental é tão necessário à vida e que toda a expropriação de recursos naturais é um atentado contra a vida e o patrimônio de toda a sociedade e de toda a humanidade e assim deve ser considerado para termos uma ordem social mais justa, somente assim iremos produzir uma justiça ambiental que está toda para ser construída, e uma justiça ambiental é um pressuposto para uma justiça social, e é interessante que sem uma justiça ambiental não teremos jamais justiça social no mundo. (E.L.P., p. 10)

Esta construção tem como finalidade uma alteração do modelo capitalista atual, com a formação de uma justiça ambiental que é pressuposto da justiça social. Nesse sentido, o princípio ético elementar por traz deste discurso parece ser justamente a responsabilidade para com o ambiente e, por consequência, para com os outros. Esse viés da ética da responsabilidade é observado, como visto no último fragmento, também na fala de outro participante, o que aproxima a realidade da análise dos discursos às considerações sobre os valores defendidos por Jonas (1995) e Boff (2003).

CAPÍTULO IV

SÍNTESE DOS ELEMENTOS CENTRAIS DO DISCURSO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EDUCAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE NOVOS DISCURSOS

CIDADANIA AMBIENTAL E A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE

A NECESSÁRIA APROXIMAÇÃO DIALÓGICA ENTRE OS CAMPOS DO DIREITO E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1. A EDUCAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE NOVOS DISCURSOS

Não obstante ao que já foi mencionado nos capítulos anteriores, parece haver certa confusão desta relação intrínseca entre essas diferentes dimensões (discurso ambiental/Educação Ambiental e Direito Ambiental), predominando a idéia de separação entre educar e punir, ações relacionadas respectivamente com vivência/discurso e norma. Parece não ser muito claro aos Educadores Ambientais⁴⁶, que as mudanças da dimensão ética da normatização dependem de como suas ações têm abalado e provocado novas construções no discurso ambientalista, deixando o encargo da imposição da norma para os profissionais do Direito Ambiental⁴⁷. Por outro lado, esses profissionais atribuem aos educadores à tarefa de prevenir ou remediar problemas.

Entende-se, portanto, a necessidade de um constante diálogo entre os campos. Embora aconteça silenciosamente essa retroalimentação, de forma que a Educação Ambiental se coloca como geradora de novos discursos e o Direito Ambiental aponta para demandas de ações educativas, parece haver uma falha causando um hiato de entendimento, que promove um distanciamento comunicativo entre os profissionais.

Diante das reflexões que pudemos desenvolver até aqui, não parece arriscado afirmar que a busca da transição de paradigmas fortemente racionalistas e tecnicistas para aqueles que incorporaram posições dialógicas como instrumentos metodológicos vêm ocorrendo, apontando para a efetiva formação de valores e atitudes. Desse processo participam, sem dúvidas, a Educação Ambiental e o Direito Ambiental. Ambos são sinalizadores de mudanças que se iniciam na gênese e disseminação de novos discursos, sem o que não é possível qualquer alteração na relação do ser humano com o ambiente.

⁴⁶ Tomamos aqui como educadores ambientais todos os profissionais, das diferentes áreas de conhecimento, que lidam diretamente com produção de conhecimento sobre a relação ser humano-ambiente e com a motivação de diálogos reflexivos sobre esses conhecimentos, tanto no âmbito da educação formal, em todos os seus níveis, quanto nas ações junto a comunidades não escolares.

⁴⁷ Tomado aqui como o profissional que tem a formação específica no Direito, atuando na especificidade do Direito Ambiental, quer seja na esfera pública ou privada.

Segundo Leis (1998, p.97), a compreensão de que a relação ser humano-ambiente é um ponto central da problemática ética deve ser assumida como “um dos maiores progressos do homem contemporâneo”, representando uma expansão dramática da consciência sobre a condição humana.

Um novo discurso, fruto do exercício de repensar essa relação, bem como da relação dos seres humanos entre si, é o passo inicial para a superação dos modelos insustentáveis vigentes, fundados nas verdades da modernidade.

Para compreender e solucionar os problemas ambientais, temos que enfrentar o desconforto de pensar científica e socialmente, sem o instrumental filosófico-metodológico da ciência moderna. (...) Assim, para superar as concepções otimistas e tradicionais da ciência, carregadas de desesperanças pelo despreparo teórico, tanto por sua superficialidade quanto pela sua objetividade obsessiva, a história nos oferece a relação entre o conhecimento e a dimensão sociocultural das relações sociais para contribuir na construção do novo paradigma da responsabilidade da ação humana, na natureza e na sociedade. A busca desse novo sujeito (igual na diversidade) é tarefa concreta, histórica, política e social da Educação Ambiental. (TOZONI-REIS, 2004, p. 137).

Sem dúvida o desafio se impõe inicialmente ao campo educativo, mas este depende inequivocamente do exercício de sedimentação dos novos discursos e princípios éticos na dimensão que regula e organiza a vida social, ou seja, da normatização construída no Direito. Se aos Educadores Ambientais cabe a motivação e disseminação de novas idéias e discursos, aos profissionais do Direito cabe organizar essas idéias e discursos em expressões acordadas entre os diferentes atores sociais, educar para sua efetiva compreensão e zelar pelo cumprimento dos acordos que tal compreensão gera. Assim, o desenvolvimento de ambos os campos são perfeitamente interdependentes.

Iniciamos esse trabalho apontando a lógica de um desenvolvimento convergente entre Educação Ambiental e Direito Ambiental. Ao final do segundo capítulo, após termos passado por um breve histórico dos dois campos e estudado os elementos essenciais de cada um, expressos no material teórico e na legislação, pudemos constatar várias aproximações entre eles. Foram exatamente essas aproximações que nos fizeram reforçar a idéia que tínhamos desde o início e que acabamos por sistematizar no esquema apresentado no fechamento do segundo capítulo: que a educação, entendida no seu conceito amplo e complexo, é a formadora dos discursos que acabam por fundamentar a normatização.

Nas nossas reflexões teóricas, deixamos claro que a Educação Ambiental seria tratada como um processo amplo que inclui aqueles movimentos de ativistas

ambientalistas, pelos quais se iniciou e ganhou espaço a veiculação das questões ambientais. Nesse sentido, a normatização é tomada como derivada desses movimentos educativos que deram e tiveram papel na gênese e disseminação dos novos discursos sobre a relação do ser humano com o ambiente.

Lembremo-nos, no entanto, que as respostas dos participantes da pesquisas para a pergunta sobre a possível influência dos campos na consolidação do discurso ambiental, houve quem afirmasse não haver qualquer influência da Educação Ambiental no discurso ambientalista e os que afirmam a relação, apesar de não serem claros ao tentar caracterizá-la. Não há, portanto, a percepção da relação que entre educação, novos discursos, ou seja, de que todo o discurso se faz mediante uma ação educativa. Não obstante, houve também quem colocasse a possibilidade de novas normas e reformulações na legislação serem alcançadas por meio de um processo educativo efetivo.

É nesse sentido que a única diferenciação identificada entre o campo educativo e legislativo – a que parece revelar um fundamento ético ecocêntrico mais nítido na Educação Ambiental e o antropocentrismo responsável no Direito – é plenamente compreensível. Isso porque, logicamente, há uma necessidade de tempo para que as novas construções discursivas sejam incorporadas no senso comum e acordadas nas normas.

Leis (1998, p.97-99) afirma que houve nas décadas de 60 e 70, um exagerado caráter normativo do ambientalismo, que acabou resultando uma luta maniqueísta, marcada pela oposição entre posturas biocêntricas e preservacionistas. Tal marca perdeu expressão nos anos 80 quando se investiu esforços em atingir o equilíbrio entre polaridades e contradições na nossa civilização. Ao fazer uma síntese dos princípios que fundamentaram esse processo, o autor identifica um movimento de princípios hierárquicos a princípios igualitários: a superação de princípios de antropocentrismo e individualismo pelo princípio biocêntrico e o senso de comunitarismo.

Rocha (2006, p.67-68), utilizando-se de reflexões de Loureiro (2003), no entanto, problematiza essa concepção de Leis, enfatizando que esse movimento pressupõe uma ética de sacrifícios para chegar à condição igualitária entre os animais e os demais seres da natureza, e que esse caminho idealmente perseguido significa uma desconsideração do poder de construção de hegemonia numa

sociedade de contradições. Desconsiderando, porém, essa divergência, não há como negar a dinamicidade do processo de construção dos princípios éticos.

Dessa forma, espera-se que os princípios éticos de caráter ecocêntrico, já difundidos entre os Educadores Ambientais ganhe espaço no discurso dos legisladores e desfaça, há seu tempo, as marcas antropocêntricas da normatização. Parece ser assim que várias outras mudanças discursivas foram se incorporando paralelamente nos campos, de modo a resultar as várias aproximações e similitudes identificadas.

Entre essas aproximações podemos destacar, a título de síntese, a inserção do ser humano nos contextos, minimizando assim uma concepção naturalista de meio ambiente, concepção antropocêntrica, que como visualizamos ao tratarmos dos pressupostos éticos dos campos, marcou o desenvolvimento dos discursos ambientalistas, especialmente no Direito Ambiental. Da mesma forma, vale destacar o paralelismo entre a evolução da perspectiva de prevenção, no campo do Direito Ambiental e a defesa da preservação e ações de proteção na Educação Ambiental. A transposição das posturas de protesto à de diálogo e negociação de conflitos é também algo que marca a evolução do discurso nos dois campos.

Algo de grande importância que aparece na literatura e nas falas dos atores da Educação Ambiental é a superação da idéia de que a transmissão de informações sobre problemas ambientais seja suficiente para provocar as mudanças necessárias na relação ser humano-ambiente. Com essa mudança, cai também em desuso a crença de que as ações pontuais são eficazes e, daí por diante, ganha espaço o entendimento do desafio dos educadores como formação de novos valores e competências. Dessa forma, embora a informação seja considerada como fundamental na literatura de ambos os campos, já há um avanço no entendimento de profissionais de ambos os campos sobre um pressuposto mais amplo das mudanças necessárias: “o ambientalismo não apela nem confia em soluções técnicas ou em determinismos históricos para cuidar da natureza. Pelo contrário, apela e confia em mudanças de comportamento e de atitudes básicas dos seres humanos” (LEIS, 1998, p.98).

É entendendo a necessidade dessas novas condições que ambos os campos incorporam em seus discursos a defesa da reflexividade e da cidadania. De fato, a participação, o senso de cidadania e o princípio da responsabilidade necessário a esses exercícios são os elementos mais expressivos da

compatibilidade entre os dois campos. No Direito Ambiental a perspectiva da prevenção, que supera a ação punitiva, exige por si só a efetiva participação dos cidadãos.

4.2 CIDADANIA AMBIENTAL E A ÉTICA DA RESPONSABILIDADE

Os princípios éticos são essenciais para a formação de novos discursos, sob o risco de se apresentarem como doxologias infundadas. Independente de serem tomados à luz da diferenciação entre ética e moral, como em Boff (2003, p.28-29) e Loureiro (2003, p.34), ou da sua sinonímia baseada no mesmo radical etimológico, tais princípios são o fundamento da organização das relações sociais.

Enfatizamos no segundo capítulo que há diferentes correntes da ética ambiental, como nos aponta Pelizzoli (2002) e Junges (2004). Uma leitura cuidadosa de cada uma dessas correntes, no entanto, nos levará à discussão de categorias como alteridade, solidariedade, respeito com as outras formas de vida, responsabilidade com as concretudes e a coletividade, etc. Se bem analisarmos, todos esses elementos estão direta ou indiretamente relacionados com o princípio da responsabilidade. Não seria por acaso o papel de destaque da responsabilidade e da participação nas literaturas da Educação e do Direito Ambiental, bem como do discurso dos participantes desta pesquisa. De fato, os princípios éticos independente de suas correntes parecem pressupor cidadania ambiental.

Quando nos referimos à EA, situa-mo-la num contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-se como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretiza-se a partir da possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e por conta disso, converter-se em ator co-responsável na defesa da qualidade de vida. (JACOBI, 1998, p.12).

Neste contexto destacamos ainda as reflexões de Ordóñez (1992, p. 51-56), que toma a ética como fundamento da Educação Ambiental e relata que a crise ecológica relaciona-se com um problema de responsabilidade frente à vida, não só em sua conservação, mas também para seu enriquecimento. O autor reforça que devemos aproveitar os acertos e erros do passado considerando a responsabilidade com as novas gerações, e a responsabilidade frente a si mesmo.

La educacion ambiental está llamada a ser tributana de esta opción, la emancipacion del ser humano, su ambiente y su sistema social para la vida plena, con abundancia de recursos de vida, lo que demanda modificar las relaciones sociales y hacerlas más justas, lo que demanda una opción de carácter radical, la opción por la vida. (ORDÓÑEZ, 1992, p. 56).

Esta formação cidadã é enunciada por vários autores que se debruçam sobre o tema e que colocam a Educação Ambiental como um elemento estratégico na formação emancipatória e crítica das relações humanas com a característica dialógica necessária para as transformações sociais.

4.3 A NECESSÁRIA DA APROXIMAÇÃO DIALÓGICA ENTRE OS CAMPOS DO DIREITO E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Muito embora estejam reconhecidas nos levantamentos sistematizados as aproximações entre objetivos, meios e fundamentos entre discursos e ações de ambos os campos, é possível identificar certo distanciamento entre eles, especialmente quando se discutem as esferas de competência de seus profissionais.

A título de ilustração podemos retomar a referência que os profissionais fazem à natureza preventiva almejada em suas ações, mas sempre citando a conscientização antes da ação punitiva e o resgate da cidadania como atribuições dos educadores. No outro extremo, os Educadores Ambientais vêem os profissionais do Direito como simples aplicadores das leis, operacionalizadores do instrumental jurídico, delegando-lhe um fazer objetivista, diferenciado da esfera subjetivista da ação educativa. Os profissionais do Direito, por sua vez, discordam dessa análise e assumem papéis conciliatórios, de conscientização e de motivação da dialogicidade. Em outros termos, se o Educador Ambiental tem uma visão estreita dos legisladores, estes requerem para si funções próprias da educação, mas ao se referirem à práxis desenvolvida, conclamam os educadores sempre que essas funções são efetivamente requeridas.

Aqui queremos destacar é tanto no que diz respeito ao reconhecimento das competências mútuas, quanto no que tange a algumas categorias do discurso propagado pelos educadores e ainda não consolidado entre os profissionais do Direito, ainda há um distanciamento, não obstante o reconhecido espaço de diálogo

já aberto entre os campos e testemunhado nos seus históricos e nas concepções confluentes que desenvolveram sobre Educação Ambiental.

Entendemos, a partir dessa constatação, que uma maior aproximação dialógica e epistemológica entre os campos seja necessária. O hiato entre as ações educativas e a imposição das leis precisa se transformar no contínuo processo de reflexão ética, diálogo, negociação de interesses e novos e justos contratos jurídicos expressos na normatização. Esse processo tem como mediadores também constantes e concomitantes os educadores e profissionais do Direito. Não se trata de um educador tido como um requerido antecedente preventivo, substituído posteriormente por corregedor impondo a ordem por força do instrumental jurídico. Trata-se de duas esferas norteadoras da coletividade que encaram como seus papéis a motivação de decisões democráticas concebidas de forma consciente e madura pelos que exercem a cidadania ambiental.

Na prática dessa relação, no entanto, o que tem prevalecido como já apontado neste trabalho, é a fiscalização antecedendo o diálogo e os processos educativos, o que acaba por tornar a norma como um instrumento imperativo e, por consequência, a ação de quem a opera, essencialmente punitiva. É necessário que a ação educativa dos Educadores Ambientais construa o terreno dos novos discursos para que sobre ele a ação educativa compartilhada com os profissionais do Direito dê conta de motivar ou justificar a prática da lei.

Em todo o trabalho observou-se que a questão da interdisciplinaridade e do diálogo de saberes esteve presente no discurso dos dois campos. Na dimensão do Direito isso ficou evidente tanto nas expressões dos entrevistados, quanto na constatação de vários autores de que o Direito Ambiental é hoje um conhecimento derivado da apropriação de outras áreas (MILARÉ, 2005; SIRVINKAS, 2006; SANTILLI, 2005; RODRIGUES, 2005). Da mesma maneira, é evidente a base interdisciplinar sobre a qual se deu o surgimento e desenvolvimento da Educação Ambiental.

Portanto, pode-se perceber por estes relatos que a Educação Ambiental vem sendo definida como eminentemente interdisciplinar, orientada para a resolução de problemas locais. É participativa, comunitária, criativa e valoriza a ação. É uma educação crítica da realidade vivenciada, formadora da cidadania. É transformadora de valores e atitudes através da construção de novos hábitos e conhecimentos, criadora de uma nova ética, sensibilizadora e conscientizadora para as relações integradas ser humano/sociedade/natureza objetivando o equilíbrio local e global, como forma de obtenção da melhoria da qualidade de todos os níveis de vida. (GUIMARÃES, 1995, p.28).

Assim, tanto o Direito Ambiental quanto a Educação Ambiental inserem-se num tema complexo que não suporta uma *episteme* baseada numa visão linear e polarizada. Diante desta complexidade e da dinâmica das relações entre os inúmeros fatores envolvidos no processo ambiental é de esperar que os campos em estudo neste trabalho procurem uma aproximação dialógica, pois sem ela corre-se risco eminente de congelamento e estagnação resultando em maior crise ambiental, vez que é de domínio público o fato de não existir uma solução isolada ou única e o ambiente compreendido de maneira ampla deve ter abordagem holística.

O ambiente passou a ser definido como formado pelos aspectos biótico + abióticos + a cultura do ser humano (sua tecnologia, artefatos, construções, artes, ciências, religiões, valores estéticos e morais, ética, política, economia, etc.). Esse princípio colocava a Educação Ambiental numa abordagem holística, ou seja, uma abordagem integral, do todo, considerando todos os aspectos da vida. Para se compreender a complexidade do próprio ambiente, das interdependências ecológicas, políticas, econômicas sócias, etc. (DIAS, 2000, p.113)

Da mesma maneira do Direito Ambiental em uma sociedade de risco como a que vivemos, tem como pressuposto a necessidade de compreensão integral, sem a qual não poderá dar conta de sua contribuição nas multifacetadas soluções dos casos concretos.

O problema suscitado ao Direito Ambiental nas sociedades de riscos não é, portanto, exatamente apenas o de compreensão inadequada da nova ordem de problemas que se estabelecem a partir de composições e relações, mas o de tomar decisões a partir da qualidade diferenciada desses problemas, que importa considerar sinteticamente o problema de como superar da melhor forma possível o conjunto de imprevisões, incertezas e indefinições que tipificam os processos em que decisões e escolhas devem ser realizadas para a concretização dos objetivos de proteção do ambiente nas sociedades de risco. (LEITE & AYALA, 2004, p.117)

Portanto, no Direito Ambiental as escolhas são realizadas não em processos prontos, definidos e plenamente acabados, mas devem se pautar nas alternativas de soluções de conflitos com tensões, interesses, conceitos e valores diferentes a cada instante, não podendo se valer de uma norma ou regra prontamente definida. Cabe aos seus profissionais a realização de uma proposta crítica, construtiva para dar respostas ao que é posto, de forma que, reforçamos, sem uma postura dialógica, inclusiva e abrangente de outros saberes estaria fadada ao insucesso. Nesse intercâmbio de reflexões e ações, a ponte com a Educação Ambiental é imprescindível.

Sem essa postura crítica, dialógica e passível de reconstruções, a aplicação dos princípios básicos do Direito Ambiental, tais como o da participação e da responsabilidade, poderá sucumbir ao risco de reproduzir a crise ecológica, especialmente quando sanciona condutas tolerantes que agravam ainda mais os problemas: “o direito vem produzindo a crise ecológica, na medida em que sanciona condutas e cria tolerâncias. [...] Os operadores não apenas resolvem problemas. Em certas situações criam outros mais graves” (FAGÚNDEZ, 2004, p. 583).

Assim, temos que a interdisciplinaridade deve reger as questões ambientais sendo muito mais que a mera disponibilidade de relações dos diversos saberes: a simples presença dos outros conhecimentos estampados no Direito Ambiental não garante a interdisciplinaridade. Esse tema foi comentado pelos entrevistados dos dois campos de forma muito clara, bem como encontrado na literatura citada (BENJAMIN, 1993, p. 375; RODRIGUES, 2005, p. 96; ProNEA, 2005, p.37): há necessidade de motivar a postura emancipatória, crítica, inclusiva e dialógica para uma nova realidade sociopolítica que leve em conta o ambiente e que prime por negociações e pela tomada de decisões compartilhada e baseada na pluralidade de saberes. Para tanto, a aproximação dialógica entre os campos do Direito Ambiental e da Educação Ambiental são fundamentais.

A compatibilização dos princípios éticos que fundamentam o Direito Ambiental e a Educação Ambiental é essencial para esta aproximação. Tanto Educação Ambiental quanto Direito Ambiental são meios para se atingir um fim comum: a cidadania ambiental, reflexo de um novo paradigma ético que destaca o ser humano na sua relação com o outro e com o ambiente. Desse princípio fundamental deriva a construção de novos valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente (art. 1º Lei 9.795/99). A Educação e o Direito Ambiental são requisitos fundamentais para a consolidação desse novo paradigma que se alimenta não só das informações contidas entre os campos, mas da necessária intrincada relação entre seus discursos e ações. Somente dessa relação surgirão resultados promissores e duradouros na busca de sociedade voltada à ética da responsabilidade.

No campo da Educação Ambiental a reconstrução da relação ser humano-ambiente passa pela resensibilização do ser humano e a necessária religação do homem com seus contextos vivenciais.

O sentido da ética que nasce da vivência intencional com o mundo, via experiência estética, é o que embasa o caminho que deve ser trilhado na Educação Ambiental, uma vez que ela aponta para um esforço de profundas vivências e reflexões sobre a relação do ser humano com a natureza e o outro, capazes de motivá-lo à responsabilidade sócio-ambiental. O despertar dessa ética transcende os contextos morais vigentes e históricos e depende da ressensibilização do ser humano e da revisitação de seus sentidos de vivência concreta e coletiva. (Marin^b, 2007, p.118)

Loureiro (2003, p.34) destaca que, independentemente da orientação teórica e política que se adote, “a ética ecológica é a mola reflexiva que permite que, mesmo inseridos em uma cultura consumista, individualista e de valorização da frivolidade, passemos a questionar esta própria cultura”. Trabalhar por essa ética ecológica deve ser meta para a educação.

No Direito Ambiental o norte das mudanças é a sensibilização da coletividade, sua organização e participação e a invocação dos princípios jurídico-ambientais para a efetivação do exercício da responsabilidade: “a norma assumida deve encaminhar ações concretas, pois somente assim funciona como cânon crítico para outras realizações da vida.” (BOFF, 2003, p.94).

Em síntese, consideramos que os dois campos necessitam de uma aproximação dialógica, pois é pela ética do diálogo (BOFF, 2003) que o ser humano estabelece os princípios que resultarão a reciprocidade e a responsabilidade. Sem a comunicação não há como perenizar tais conceitos na sociedade. Sem a participação ativa, a qualidade de informação e a postura crítica de todos os atores sociais, as mudanças esperadas não ocorrerão. Portanto, a aproximação dialógica dos dois campos aqui considerados é condição básica para um modelo socioambiental mais justo.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início de nosso caminho investigativo, propúnhamos estudar as aproximações ou distanciamentos existentes no desenvolvimento da educação e do Direito Ambiental. Tínhamos, naquele momento, uma hipótese de que, na visão dos profissionais dos dois campos haveria uma nítida separação entre as suas esferas de atuação e a ausência de consciência clara da convergência entre os campos. Como visto, embora tenha sido possível detectar várias similitudes de objetivos, meios e fundamentos entre os campos, há ainda uma visão nebulosa sobre as

sobreposições, no que diz respeito às atribuições, e os espaços de diálogo a serem construídos.

Tínhamos ainda a intenção expressa de verificar onde e com qual precisão os elementos do discurso ambiental estão expressos na normatização. A partir da reconstituição histórica do desenvolvimento da educação e do Direito Ambiental, pudemos já iniciar a compreensão das aproximações entre os discursos relacionados às questões socioambientais em ambas as áreas, o que se definiu ainda melhor na comparação de materiais teóricos e documentos oficiais desenvolvidos em ambas as áreas. Tal caminho nos levou à observação de um claro intercâmbio entre os campos, de forma que muito do que está expresso nas normatizações refletem, de fato, os discursos que foram se desenvolvendo a partir dos intensos movimentos ambientalistas ocorridos a partir da década de 70.

A análise comparada das fontes teóricas e da legislação permitiu também destacar os princípios éticos que fundamentam e motivam os discursos e ações dos campos em questão. Tal estudo possibilitou a visualização de uma discreta diferenciação: a presença de abordagens pautadas em uma base ecocêntrica e outras com sutil marca antropocêntrica na Educação Ambiental, em oposição a um antropocentrismo responsável predominante no campo jurídico. Não obstante, consideramos, dada a visível interconexão entre os campos testemunhada pelos seus históricos, há de se considerar que essa diferença terá efeito apenas temporal, de forma que as novas reflexões veiculadas nos discursos devem acabar sistematizadas na normatização futura. Esse processo dinâmico já parece visível, se considerarmos a referência que se faz no campo do Direito à formação holística do ser humano, entendida como um desenvolvimento cognitivo, social e espiritual, discurso recorrente no campo da Educação Ambiental.

Outra questão que nos propusemos a trabalhar foi a forma como os profissionais envolvidos na questão – Educadores Ambientais e Profissionais do Direito- vêem a relação entre Educação Ambiental e Direito Ambiental e seus papéis nesse processo de reconstrução da relação ser humano-ambiente. Pelas entrevistas com alguns desses profissionais detectamos uma frágil compreensão sobre as formas de inter-relação entre os campos, havendo até mesmo uma negação de que os discursos veiculados no campo do Direito se constituíram num movimento educativo prévio. Além disso, evidenciamos que há um entendimento da necessidade de diálogo entre os campos justificada pela também indicada

sobreposição de interesses e frentes de atuação de seus profissionais. Há, no entanto, em alguns casos, uma interpretação falha sobre suas mútuas atribuições e competências.

Em vista disso, foi possível chegar a uma idéia sintética de que, embora já haja uma aproximação entre os campos, é necessário intensificá-la a partir de discussões sobre os princípios éticos que fundamentam seus discursos e ações, bem como sobre seus domínios cognitivos e seus limites de atuação, tornando mais claros os esforços de cada campo em prol do objeto que lhes é comum, desfazendo assim possíveis visões equivocadas que impedem ainda mais a ação compartilhada e a convergência entre os campos. Nesse contexto, valem-nos como estímulo as reflexões de Reigota (1998, p.49):

Aprender com alguém significa, no mínimo, a presença de duas pessoas, significa também que essa relação poderá acontecer entre iguais e desiguais, traduzindo-se em encontros, parcerias, cumplicidade, solidariedade, criatividade e também o lado inverso e menos prazeroso, como desencontros e desorganização.

Justificam-se, nesse momento, a proposição de que se intensifiquem ainda mais os esforços de diálogo entre os educadores e profissionais da área jurídica e que esse esforço se inicie nos seus cursos de formação e avancem para encontros acadêmicos onde sejam possíveis as divulgações de iniciativas e reflexões desenvolvidas em cada campo e a discussão de frentes de atuação compartilhada nos âmbitos local, regional e nacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. C. A ética das virtudes e meio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo: Ano 11, n 44, out.-dez. 2006. p. 64-78.

BAUER. M.W.; GASKELL, G. Tradutor Pedrinho A. Guareschi. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BENJAMIN, A. H. (Org.). **Dano Ambiental: prevenção, reparação e repressão**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 2. 1993.

BÍBLIA, V.T. Gêneses. Português. **Bíblia Sagrada**: Trad. João Ferreira de Almeida. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2007, Cap. 1, vers. 28.

_____. Gêneses. Português. **Bíblia Sagrada**: Trad. João Ferreira de Almeida. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2007, Cap. 3, vers. 17.

BOFF, L. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Ecologia mundialização espiritualidade**. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **Ethos Mundial: um consenso mínimo entre os humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1998.

BRASIL. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Constituição Federal, coletânea de legislação de direito Ambiental/ org. Odete Medauer, obra coletiva de autoria da Editora dos Tribunais- 3. ed., atual. E ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

_____. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1999. p.138

BRASIL. Lei 5.197, de 03 de Janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção a fauna e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1967. p.177

_____. DECRETO-LEI Nº 1.413, de 14 de agosto de 1975. Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais. Diário Oficial da União, Brasília, 1975. p.113.

_____. LEI Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial da União, Brasília, 1997. p.470.

_____. LEI No 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 20 de setembro de 1850

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARNEIRO, S. M. M. Ética e educação: a questão ambiental. **Revista de Educação PUC- Campinas**. Campinas-SP: n 22, jun. 2007. p.97-107.

_____. Direitos difusos e cidadania. **Revista paranaense de geografia**. Curitiba-PR: n 02, 1997. p. 24-30.

CARVALHO, Y. C.de M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo, Cortez, 2004. p. 137-174.

CATALAN, M. J. Fonte principiológicas do Direito Ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo: Ano 10, n 38, abr.- jun. 2005. p.160- 180.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental princípios e práticas**. 6. ed. rev. E amp. .São Paulo: Gaia, 2000.

_____. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana**. São Paulo: Gaia, 2002.

FAGÚNDEZ, P. R. A. Reflexões sobre o Direito Ambiental. In: LEITE, J.R.M; BELLO FILHO, N.B. (Orgs.) **Direito ambiental contemporâneo**. Barueri, Sp: Manole, 2004. p.557-588.

FRIEDMAN, J. **Empowerment: the politics of the alternative development.** Cambridge: Blackell Publishers, 1992.

GADAMER, H.G. **Verdade y Método.** Salamanca: Ediciones Sígueme, 1988.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Pedagogia da terra.** São Paulo: Petrópolis, 2000. p. 168-202.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de pesquisa Social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária.** Campinas/SP: Papirus, 1996.

GUATTARI, F. **As três ecologias.** 5. ed. Campinas/SP: Papirus, 1995.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas, SP: Papirus Editora, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia.** Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. **O discurso filosófico da modernidade.** Trad. Luiz S. Repa; Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOU AISS, Antônio; AVERY, Catherine B. (Ed.). **The new barsa dictionary of the english and portuguese languages = Novo dicionário barsa das línguas inglesa e portuguesa.** Associate editor: José E. A. do Prado. Assistant editors: Edna Jansen de Mello Clarke [and] Fernando Antônio de Mello Vianna. New York: Appleton-Century-Crofts, c1964.

JACOBI, P. Educação e cidadania. In: **São Paulo. Secretaria do Estado do Meio Ambiente/Coordenadoria de Educação Ambiental. Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências.** São Paulo: SMA/CEAM, 1998. pp.11-14.

JONAS, H. **El principio responsabilidad.** Barcelona: Herder, 1995. p.16-90.b

JUNGES, J. R. **Ética ambiental.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

KRAWCZYK, N. (Org). **O cenário educacional Latino- americano no limiar do século XXI: reformas em debate.** Campinas SP: Editora Autores associados, 2000 p. 1-12.

LANFREDI, G. F. A educação ambiental como instrumento de participação da sociedade na defesa do meio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, Ano 7, n 26, abr. – jun. 2002. p. 297-304.

LEFF, E. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. Ciudad del México: **Formación ambiental**, vol. 9-10, 1997. p. 18-23.

LEIS, H. R. Meio Ambiente, ética e religião na sociedade contemporânea. In: São Paulo. Secretaria do Estado do Meio Ambiente/Coordenadoria de Educação Ambiental. **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências.** São Paulo: SMA/CEAM, 1998. pp.97-102.

LEITE, J. R. M. ; AYALA, P.A. Transdisciplinaridade e a proteção jurídico-ambiental em sociedades de risco: direito, ciências e participação. In: LEITE, J.R.M; BELLO FILHO, N.B. (Orgs.). **Direito ambiental contemporâneo.** Barueri, Sp: Manole, 2004. p.99-125.

LOUREIRO. C. F. B. **Cidadania e meio ambiente.** Salvador; Centro de Recursos Ambientais, 2003.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro.** 6. ed. rev. atual. e amp. São Paulo: Malheiros, 1996

MARIN, A. A. A educação ambiental num contexto de complexidade do campo teórico da percepção. **Interciência**, vol. 28, n 10, out. 2003. p. 616-619.

_____. Ética, moralidade e educação ambiental. **Revista Interciência.** vol. 29, n 3, 2004. p. 153-157.

_____. A natureza e o outro: ética da compaixão e educação ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 2 n 2, 2007. p.11-27.

_____. Ética, estética e educação ambiental. **Revista de Educação PUC-Campinas.** 2007. n 22. p.109-118.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente doutrina- jurisprudência – glossário**. 4. ed. rev. atual. e amp. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

NAZO, G. N.; MUKAI, T. O direito ambiental no Brasil: evolução histórica e a relevância do direito internacional do meio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, Ano 7, n 28, out.-dez. 2005, p. 70-100.

ORDÓÑEZ, L. Hacia uma filosofia de la educacion Ambiental. In: **Práxis: Ética e meio ambiente**. Costa Rica: Universidade Nacional, Departamento de Filosofia, 1992. p. 45-58.

PÁDUA, S.M. & TABAREZ, M.F. (Orgs.). **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: FNMA/MMA/IPE, 1997. p. 271-281.

PELIZZOLI, M. L. **Correntes da Ética Ambiental**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PALANCA, Nelson. Globalização: a difícil fuga do mundo administrado. In: LASTÓRIA, Luiz A.C.N. *et al.* (orgs). **Teoria crítica, ética e educação**. Piracicaba/Campinas: Unimep/Autores Associados, 2001.

PIVA, R.C. **Bem Ambiental**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2000.

PRIGOGINE, Y. ; STANGERS, I. **A Nova Aliança**. Brasília; UnB, 1991.

ProNea. **Programa nacional de educação ambiental**. 3. ed. Brasília: MMA/ME, 2005.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995. (Questões da nossa época, v. 41).

REIGOTA, M. **Verde cotidiano o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ROCHA, Ronaldo G. Ecoideologias associadas aos movimentos ambientais: contribuições para o campo da educação ambiental. **Educar em Revista**, n.27, jan-jun/2006. p.55-73.

RODRIGUES, M. A. **Elementos de Direito Ambiental**. 2. ed. rev. atual. e amp. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

SAITO, C. H. Política nacional de educação ambiental e construção da cidadania: desafios contemporâneos. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.) **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 47-60.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, R. Ética ambiental e funções do direito ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo: Ano 5, n 18, abr.- jun. 2000. p. 241-250.

SATO, M. **Educação ambiental**. São Carlos: RiMa Editora, 2003. p. 22-40.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e representação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SILVA, J. A. **Direito Ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1995.

Silva, J. R. **Paradigma biocêntrico: do patrimônio privado ao patrimônio Ambiental**. Rio de Janeiro : Renovar, 2002.

SIRVINKAS, P.S. **Manual de Direito Ambiental**. 4. ed. rev. atual. e amp. São Paulo: Saraiva, 2006.

SOUZA, R. S. de. **Entendendo a questão ambiental**: temas de economia, política e gestão do meio ambiente. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 274-313.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. Campinas, SP:Autores Associados, 2004.

VIOLA, E. J. ; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil,1971-1991 do biossetorialismo preservacionista para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P.F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora UNCAMP, 1992, p.73-102.

YARZÁBAL, L. **Consenso para a mudança na educação superior**. Curitiba: Champagnat, 2002. p. 25-61.

WAINER, A. H. **Legislação ambiental brasileira: subsídios para a história do Direito Ambiental**. Rio de janeiro: Forense, 1991.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**: Palavras e ações. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1990.

AZNAR M. P. **A construção do conhecimento na educação**. Porto Alegre: ArTmed, 1998.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Trad. Desidério Murcho *et al.* Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1997.

BRASIL. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei n. 9.394, de 1996. Brasília: Senado Federal, 1997.

BRZEZINSKI, I. **LDB interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. 3. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.

CAPRA, F. **Sabedoria incomum**: conversa com pessoas notáveis. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1990.

CARNEIRO, S. M. M. Geografia: pós-modernidade & (des)territorialidade. **Revista Paranaense de Geografia**. Curitiba-PR: n 2, 1997. p.24-31.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CHOMSKI, N. **Estruturas Sintáticas**. Lisboa : Edições 70, 1980.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: DESLANDES, S. F. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**./ DESLANDES, S. F.; NETO, O.C.; GOMES, R. ; MINAYO, M. C. S. (ORG.) Petrópolis: Vozes, 1994.

COTTINGHAM, J. **A filosofia de Descartes**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1986.

COZBY, P. C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Editora Atlas, 2003. p. 52-77.

DEMO, P. **Conhecer & aprender**: sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: ArTmed, 2000.

_____. **Pesquisa : princípio científico e educativo**. 2.ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.

DESCARTES, R. **As paixões da alma**. São Paulo : M. Fontes, 1998.

_____. **Discurso do método**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

DOMENACH, J. M. **Abordagens à modernidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

FEYERABEND, P. K. **Adeus à razão**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4. ed. , 1984. p. 145-152.

_____. **As palavras e as coisas**. Lisboa : Edições 70, 1995.

FREITAS, V. P. **Direito Ambiental em evolução**. 1.ed., 3. tir. Curitiba; Juruá, 2002.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Educação e razão histórica**: historicismo, positivismo e marxismo história e historiografia da educação. São Paulo: Cortez, 1994.

GLOCK, H. J. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (Orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

IBAMA. **Como o IBAMA exerce a educação ambiental/ coordenação- Geral de Educação Ambiental.** 2. ed. Brasília: IBAMA, 2006.

KOYRE, A. **Considerações sobre Descartes.** 3 ed. Lisboa: Presença, 1986.

KUJAWSKI, G. de M. **Descartes existencial.** São Paulo: Herder, 1969.

MATURANA, H. R. **Emoções e linguagem na educação e na política.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Desenvolvimento e Educação Ambiental.** Brasília: INEP, 1992.

MORA, J. F. **A filosofia analítica:** mudança de sentido em filosofia. Porto: Rés, 1982.

MORAES, R. de. (Org.). **Filosofia, educação e sociedade:** (ensaios filosóficos). Campinas: Papirus, 1989.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita:** repensar a forma, reformar o pensamento. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Introdução ao pensamento complexo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

PELUSO, L. A. **A filosofia de Karl Popper:** epistemologia e racionalismo crítico. Campinas: Papirus, 1995.

PETERS, E.L. **Temas de direito e meio ambiente.** Curitiba: Juruá, 2005.

PETRAGLIA, I. C. **Edgar Morin:** a educação e a complexidade do ser e do saber. Petrópolis: Vozes, 1995.

POURTOIS, J. P.; DESMET, H. **A educação pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1999.

RUSCHEINSKY, A. (Org.) **Educação ambiental:** abordagens múltiplas. Porto Alegre, 2002. Artmed, p. 48-59.

SANTOS, B. de S. **Discurso sobre as ciências**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

SEARLE, J. R.; DENNETT, D. C.; CHALMERS, D. J. **O mistério da consciência**. Tradução: André Yuji Pinheiro Uema e Vladimir Safatle. São Paulo: Paz e Terra, 1998a.

SOARES, C. D. Como agem os grupos de interesse e as comunidades epistemológicas sobre a configuração da política ambiental. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo: Ano 9, n 36, out.-dez. 2004. p. 58-84.

VELASCO, S. L. Ética e princípios da educação ambiental: introdução. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande do Sul, vol.17, p.113-126, 2006.

ANEXOS

ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS	161
ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	164
ANEXO 3 - ANUÊNCIA DO COMITÊ DE ÉTICA	166
ANEXO 4 – PARECER DE APROVAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA.....	167
ANEXO 4 - ENTREVISTAS DEGRAVADAS COM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA ARQUIVADAS EM CD	168

ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Educadores ambientais

DADOS GERAIS

NOME:

FORMAÇÃO:

INSTITUIÇÃO:

TEMPO EM QUE TRABALHA COM EDUCAÇÃO AMBIENTAL:

BLOCO 1. Contextualização

- relato da sua inserção no campo da Educação Ambiental
- trabalha com extensão e/ou pesquisa
- principais projetos de extensão
- linha temática em que desenvolve as pesquisas

BLOCO 2. Histórico

- quais as principais mudanças significativas que você considera que tenham ocorrido do início de sua participação no campo da Educação ambiental até os dias atuais
- O que teria a acrescentar com relação à evolução conceitual da Educação Ambiental
- Como apresentaria um conceito de Educação Ambiental neste momento
- Quais vivências e experiências considera significativas para a construção do conceito que tem hoje de Educação Ambiental?
- Como você vê a participação da educação ambiental na consolidação do discurso ambientalista?
- Considera que a educação ambiental tenha tido influência na incorporação do discurso ambientalista na área do Direito Ambiental?

BLOCO 3. Profundidade no foco da pesquisa

- Diante de uma situação crítica de um problema ambiental que esteja enfrentando, ou de problemas que sejam recorrentes nos seus contextos de

atuação, qual sua principal reação como educador? Pensando nisso, discorra sobre a questão da competência do Educador Ambiental

- Como vê o papel dos profissionais do direito ambiental nestes contextos.
- Já trabalhou de forma integrada com profissionais do Direito Ambiental? Como foi essa experiência?
- Considera que o conhecimento sobre Legislação Ambiental seja importante para os Educadores Ambientais? Como avaliaria seu nível de conhecimento sobre Legislação Ambiental?

Profissionais do Direito

DADOS GERAIS

NOME:

FORMAÇÃO:

INSTITUIÇÃO:

TEMPO EM QUE TRABALHA COM EDUCAÇÃO AMBIENTAL:

BLOCO 1. Contextualização

- relato da sua inserção no campo do Direito Ambiental
- trabalha com extensão e/ou pesquisa
- principais projetos de extensão
- linha temática em que desenvolve as pesquisas

BLOCO 2. Histórico

- quais as principais mudanças significativas que você considera que tenham ocorrido do início de sua participação no campo do Direito Ambiental até os dias atuais
- Como você vê a participação do Direito Ambiental na consolidação do discurso ambientalista?
- Considera que a educação ambiental tenha tido influência na incorporação do discurso ambientalista na área do Direito Ambiental?
- O que teria a acrescentar com relação à importância da Educação Ambiental
- Como apresentaria um conceito de Educação Ambiental
- Quais vivências e experiências considera significativas para a construção do conceito que tem hoje de Educação Ambiental?

BLOCO 3. Profundidade no foco da pesquisa

- Diante dos problemas ambientais trabalhados em sua vivência profissional, qual sua principal limitação? Pensando nisso, discorra sobre a questão da competência do profissional do Direito Ambiental.
- Como vê o papel dos profissionais da educação ambiental nestes contextos.
- Já trabalhou de forma integrada com profissionais da Educação Ambiental? Como foi essa experiência?
- Considera que o conhecimento sobre Legislação Ambiental seja importante para os Educadores Ambientais ?

ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

- a) Você está sendo convidado a participar de um estudo com a finalidade de realização de pós graduação (mestrado) no Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) na UFPR , pesquisador Mauricio de Jesus Tozetti, Orientadora Prof^a. Doutora Andréia Aparecida Marin intitulado “DISCURSO AMBIENTALISTA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA”. É através das pesquisas que ocorrem os avanços importantes em todas as áreas, e sua participação é fundamental.
- b) O objetivo desta pesquisa é verificar como os profissionais da área da Educação Ambiental e os profissionais do Direito Ambiental vêem as qualidades, fragilidades, singularidades, potenciais e a inter-relação entre as duas áreas e suas ligações sendo assim:

Objetivo Geral:

Identificar os elementos comuns e dissonantes entre os princípios em que se pautam a Educação Ambiental e o Direito Ambiental e analisar as formas como os profissionais de ambas as áreas vêem seu papel na configuração do discurso ambiental e nas mudanças necessárias da relação ser humano-ambiente.

Objetivos Específicos:

- a- Realizar uma reconstituição histórica do desenvolvimento da Educação e do Direito Ambiental, na tentativa de apontar aproximações e distanciamentos entre os discursos relacionados às questões socioambientais em ambas as áreas;
- b- Identificar, a partir de materiais teóricos e documentos oficiais desenvolvidos em ambas as áreas, os princípios éticos que fundamentam e motivam seus interesses e ações com relação às questões socioambientais;
- c- Levantar, a partir de entrevistas com profissionais de ambas as áreas, a compreensão que têm sobre o desenvolvimento do discurso ambientalista e sobre os papéis dos Educadores Ambientais e dos profissionais do Direito Ambiental nesse processo;
- d- Formular uma síntese reflexiva sobre a natureza dos princípios éticos em ambas as áreas e a forma como eles se refletem na fundamentação dos discursos e no reconhecimento das atribuições em cada área.

- c) Caso você participe da pesquisa, será necessário colher as informações de forma gravada em fita cassete para futura análise
- d) Estão garantidas todas as informações que você queira, antes durante e depois do estudo com o pesquisador Mauricio de Jesus Tozetti, nos seguintes canais de acesso: mauricio30224546@yahoo.com.br; Fones 9958.1974; 3022.4546 e 3023.9091 ou no endereço Rua Cel. Luiz José dos santos, 1271 Boqueirão Curitiba/PR CEP:81670-400.
- e) A sua participação neste estudo é voluntária. Você tem a liberdade de se recusar a participar ou, se aceitar participar, retirar seu consentimento a qualquer momento.
- f) As informações relacionadas ao estudo poderão ser inspecionadas pelos orientadores e o entrevistador que executa a pesquisa e pelas autoridades legais. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **confidencialidade** seja mantida.
- g) A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo a pesquisa termine, as fitas serão desgravadas.
- h) Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro.
- i) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Eu, _____ li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento sem justificar minha decisão. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Curitiba, ____ de _____ de 2008.

ANEXO 3 – ANUÊNCIA DO COMITÊ DE ÉTICA

ANEXO 4 – PARECER DE APROVAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA.

**ANEXO 5 - ENTREVISTAS DEGRAVADAS COM OS PARTICIPANTES DA
PESQUISAS ARQUIVADAS EM CD.**